

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS DA LINGUAGEM**

ANDRÉA MARTINS TEIXEIRA

**O ATENDIMENTO TERAPÊUTICO ONLINE DE
ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA: PROCESSOS DE
SUBJETIVAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO**

POUSO ALEGRE, MG

2016

ANDRÉA MARTINS TEIXEIRA

**O ATENDIMENTO TERAPÊUTICO ONLINE DE
ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA: PROCESSOS DE
SUBJETIVAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Área de Concentração: Linguagem, Conhecimento e suas Tecnologias.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Santana Cavallari.

POUSO ALEGRE, MG

2016

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta monografia, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

Assinatura:

Data:

Teixeira, Andréa Martins

O atendimento terapêutico online de orientação psicanalítica: processo de subjetivação e significação / Andréa Martins Teixeira. Pouso Alegre, 2016. 124.f.

Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Santana Cavallari

1. Psicanálise. 2. Linguagem. 3. Análise de discurso. 4. Tecnologia. 5. Atendimento terapêutico online.

CDD: 410

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada **“O ATENDIMENTO TERAPÊUTICO ONLINE DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO”** foi defendida, em 4 de novembro de 2016, por **ANDRÉA MARTINS TEIXEIRA**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98008614, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Juliana Santana Cavallari
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Profa. Dra. Flaviane Faria Carvalho
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL
Examinadora



Profa. Dra. Paula Chiaretti
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinadora

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Dalva Martins Teixeira, pelo incentivo e parceria.

Aos meus familiares Evaldo, Mi, Ana Luíza e João, por me acolherem toda semana.

À Liege Lise, amiga amada, por todas nossas trocas.

À orientadora Professora Doutora Juliana Santana Cavallari, pelas inúmeras conversas e observações tão enriquecedoras.

Às Professoras Doutoras Flaviane Faria Carvalho e Paula Chiaretti, pelas infintas e primorosas contribuições à minha dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Univás, pela prestatividade e apoio.

Aos pacientes que generosamente responderam minhas perguntas, permitindo a realização da minha pesquisa.

A todos os colegas e amigos que conheci ao longo desta jornada, pelos bons momentos de aprendizagem que tivemos juntos.

A meus amigos e colegas psicanalistas, que se fizeram presentes nesta dissertação de forma tão generosa, obrigada pelo feliz encontro.

RESUMO

TEIXEIRA, A. M. **O atendimento terapêutico online de orientação psicanalítica: processos de subjetivação e significação.** 2016. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Univás, Pouso Alegre, 2016.

O presente estudo tem por objetivo analisar como se dá o funcionamento da linguagem a partir do uso das novas tecnologias no atendimento terapêutico online de orientação psicanalítica, em contraposição ao atendimento presencial, bem como verificar como se constitui a relação analista/analizando via Skype. Em suma, interessa-nos observar como se dão os processos de subjetivação e de significação nesse tipo de atendimento online. Para tanto, a pesquisa se pauta nos estudos de Freud, que embora não contasse com os recursos da Linguística, concebe o inconsciente em termos de linguagem, e em Lacan que, usando ferramentas teóricas tomadas de Saussure, aprofunda a concepção freudiana e afirma que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. Foram mobilizados conceitos oriundos da psicanálise para contemplar e fornecer subsídios para o nosso objeto de análise, tais como transferência, interpretação e ato analítico. Para a compreensão dos efeitos das novas tecnologias na constituição do sujeito e das relações sociais, recorreu-se às discussões tecidas por Castells, Ferreira, Lévy, dentre outros. A Análise de Discurso de linha francesa, encabeçada no Brasil por Orlandi, nos forneceu os dispositivos teórico-metodológicos para desenvolvermos a análise do corpus discursivo, constituído pela mais recente resolução do CFP sobre o atendimento online e por respostas de analistas e analisandos a um questionário escrito, que interroga sobre a experiência desses sujeitos com o atendimento terapêutico online de orientação psicanalítica. Desse modo, pretende-se trazer à tona questões e contribuições acerca dos processos de subjetivação e de significação que se dão neste tipo de interlocução e compreender qual seria a função e os efeitos da tecnologia da informação nesta nova configuração de atendimento online.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Linguagem. Análise de Discurso. Tecnologia. Atendimento Terapêutico Online.

ABSTRACT

TEIXEIRA, A. M. **The therapeutic online treatment by psychoanalytical guidance: subjectivity and meaning process.** 2016. 99f. Master's Dissertation (Language Sciences), Univás, Pouso Alegre, 2016.

This study aims to analyze how language works from the use of new technologies in therapeutic online treatment by psychoanalytical guidance, as opposed to personal treatment and verify how is the relationship between analyst/analyzing via Skype. Therefore, the research has the theoretical and methodological framework of Freud's studies, which although not count on the resources of Linguistics, conceived the unconscious in terms of language, and Lacan, using theoretical tools taken from Saussure, deepens Freud's conception and claims that the unconscious is structured like a language. In this sense, concepts will be mobilized coming from Psychoanalysis to contemplate and provide subsidies to our object of analysis, such as transfer, interpretation and analytical act. To understand the effects of new technologies in the constitution of the subject and of social relations, it used the discussions woven by Castells, Ferreira, Lévy, among others. The French Discourse Analysis, headed by Orlandi, will provide us with the theoretical and methodological devices to perform the analysis of the discursive corpus, namely: the latest CFP's resolution on the online treatment as well as answers from analysts and analysands to a written questionnaire, which investigates the experience of these subjects with therapeutic online treatment by psychoanalytical guidance. Thus, we intend to bring up issues and contributions on subjective processes and meanings that occur in this type of dialogue and understand what the function and the effects of information technology in this new configuration of online treatment.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Language. Discourse Analysis. Technology. Therapeutic Online Treatment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 CONCEITOS NORTEADORES.....	8
1.1 Um breve olhar sobre a história da psicanálise	8
1.2 O trabalho do psicanalista	14
1.3 Voltando à constituição do sujeito	17
1.4 O sujeito para Freud e Lacan	19
1.5 O sujeito para Análise de Discurso	20
1.6 A produção de significados no ciberespaço	27
1.7 Instantaneidade e produção de conhecimento	30
2 DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA AD	34
2.1 O dispositivo teórico da Análise de Discurso	34
2.2 Procedimentos teórico-analíticos da AD	36
2.3 Definição e recorte do corpus	37
2.4 Procedimentos metodológicos.....	41
2.5 Processos discursivos na produção dos sentidos	42
3 ANÁLISE DOS REGISTROS DISCURSIVOS	46
3.1 O atendimento terapêutico online de orientação psicanalítica e o seu processo de regulamentação.....	46
3.2 Analisando o discurso institucional do CFP.....	51
3.3 Analisando as formulações de analistas e pacientes.....	56
3.3.1 O posicionamento do Analista.....	57
3.3.2 O posicionamento do Paciente	66
3.3.3 Discutindo as subjetividades de Analistas e Pacientes	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS.....	91

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, em Viena, um médico neurologista judeu, Sigmund Freud, cria a Psicanálise. Às vésperas do colapso da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, o autor escreve “*O mal-estar na civilização*”, obra publicada no ano seguinte e que oferece uma penetrante investigação sobre as origens da infelicidade, sobre o conflito entre indivíduo e sociedade e suas diferentes configurações na vida civilizada.

Em “*mal-estar na civilização*”, Freud convoca os psicanalistas a se ocuparem do mal-estar do homem no mundo civilizado e a se interessarem pela subjetividade contemporânea. Freud sempre mostrou uma grande preocupação em avançar e manter a Psicanálise dentro da ciência.

Comecei minha vida profissional como neurologista, tentando aliviar meus pacientes neuróticos. Eu descobri alguns fatos novos e importantes sobre o inconsciente. Dessas descobertas, nasceu uma nova ciência: a psicanálise. Eu tive que pagar caro, por esse pedacinho de sorte. A resistência foi forte e implacável. Finalmente, eu consegui. Mas a luta ainda não terminou. Meu nome é Sigmund Freud¹.

Apesar das mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que vivenciamos desde a descoberta da Psicanálise por Freud, o mal-estar na civilização não diminuiu e precisa ser endereçado de outras maneiras, levando-se em conta as condições de produção atuais do discurso e de nossa sociedade, visto que a subjetividade se constitui nas/pelas diversas mudanças que se dão no espaço simbólico.

Pensar nesse mal-estar, hoje, é levar em conta toda a ansiedade de uma sociedade interligada por uma rede de comunicação que transforma tudo em espetáculo, inclusive as relações afetivas e sociais, marcadas pela intensidade e pelo imediatismo por um lado e, por outro, pela transitoriedade. Considerando a forte presença da internet e das tecnologias ditas de comunicação nas relações estabelecidas entre os sujeitos de linguagem, nos perguntamos: como o sujeito se articula e faz laço social na atualidade?

¹ Relato extraído do documentário francês Sigmund Freud: *A Invenção da Psicanálise*, de Elisabeth Roudinesco e Elisabeth Kapnist (1997).

Falamos de sujeito sem deixar de considerar sua singularidade, ou seja, aquilo que lhe é mais particular, radical e fundante; e pensamos que a forma como o sujeito se vale das novas tecnologias nos dará pistas de como ele estabelece laços sociais na atualidade.

Frente ao aparecimento de uma grande gama de possibilidades tecnológicas, que se presentificam nos mais diversos âmbitos pessoais e sociais, interessou-nos investigar o modo como as possibilidades tecnológicas da atualidade afetam as práticas terapêuticas online de orientação psicanalítica.

Não é só o atendimento clínico de orientação psicanalítica que é afetado por todas essas mudanças, como observa Freire:

As tecnologias de informação e comunicação têm transformado a vida das pessoas nos centros urbanos: celular, câmera digital, Ipod, vídeo game, tablet e palm. Por meio da digitalização, a computação (a informática e suas aplicações), as comunicações (transmissão e recepção de dados, voz, imagens etc.) e os conteúdos (livros, filmes, pinturas, fotografias, música etc.) convergem: o computador vira um aparelho de TV, a foto sai do álbum para um cd-rom e pelo telefone se conecta na Internet, uma subversão do conceito de suporte textual, tal como o conhecemos (FREIRE, 2009 apud TAKAHASHI, 2000, p. 70).

Considerando a prática clínica de orientação psicanalítica que leva em consideração a singularidade de cada paciente, pretendemos, por meio da perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso em uma interface com a Psicanálise, compreender como as mudanças sociais e tecnológicas (im)possibilitam e afetam os atendimentos clínicos online, tendo em vista que esse tipo de atendimento tem se tornado cada vez mais frequente.

Historicamente, no Brasil, a Psicanálise sempre foi associada, de algum modo, à Psicologia, embora esses campos do saber se pautem em noções distintas de sujeito e de linguagem. No Brasil é comum que as pessoas, de modo geral, não saibam as diferenças e as especificidades existentes entre a psicologia social e a psicanálise que acabam se confundindo. No campo acadêmico isso também se observa: muitos periódicos e eventos realizados na área de Psicologia também contam com contribuições psicanalíticas, sem que as diferenças conceituais sejam bem mercadas ou postas em evidência.

Grande parte dos psicanalistas brasileiros também são psicólogos, em especial os que trabalham em instituições como escolas, hospitais, centros médicos, etc. Conseqüentemente, esses profissionais acabam se submetendo ao Conselho

Federal de Psicologia (doravante CFP) que funciona como instância reguladora da prática profissional.

Considerando a força que a discursividade jurídica possui na contemporaneidade enquanto legitimadora de práticas profissionais e sociais, parece-nos relevante observar o efeito que o CFP e suas regulamentações produzem nos psicoterapeutas, visto que este órgão regulador atua como um importante mecanismo de controle e poder (FOUCAULT, 1996), delimitando o que pode ou não ser feito no âmbito das práticas terapêuticas, incluindo a prática terapêutica online.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), que regulamenta os atendimentos psicoterapêuticos e outros serviços psicológicos, tratou na Resolução CFP 12/2005 sobre a prática do atendimento clínico mediado pelo computador, não reconhecendo sua eficácia enquanto tratamento, a não ser pelo caráter experimental e científico, desde que o mesmo não tenha função psicoterapêutica. Dessa forma, pretendemos endereçar algo que já se inscreveu em nossa sociedade, apesar de não ser uma prática validada pelo CFP.

A Psicanálise e as variadas linhas de Psicoterapia mantêm entre si uma diferença teórico/prática, que será descrita mais adiante neste trabalho. Neste estudo, vamos privilegiar o atendimento online de orientação psicanalítica.

Importante destacar que, por conta dessa diferença, por serem campos do saber distintos, o fato de a Psicanálise não estar vinculada ao CFP e de não ser regulamentada por nenhum outro Conselho Federal, confere certa liberdade aos seus atendimentos que não são normatizados por um conselho específico, o que não quer dizer que a Psicanálise não tenha um rigor teórico que fornece suporte para o trabalho do analista. Por outro lado, como já mencionado anteriormente, exige-se, da maioria dos psicanalistas que atuam no Brasil, especialmente dos que atuam em instituições públicas escolares, dentre outros, que estes também sejam psicólogos (além de psicanalista) e possuam registro no conselho da categoria.

Como psicóloga e analista, fui fisgada por esta problemática e me propus a compreender como se dá esta prática social de atendimento online, através do relato de analistas e pacientes, e dos seus efeitos tanto para a prática psicoterapêutica de orientação psicanalítica quanto para a sociedade.

O que se nota é que a tecnologia está cada vez mais presente em nossa sociedade e nas relações interpessoais. As pessoas se comunicam, cada vez mais,

por intermédio dos dispositivos eletrônicos e os Conselhos, que regulamentam as profissões, tentam, através de suas resoluções, normatizar e regular o uso de tais ferramentas, muitas vezes denegando o que já está inscrito e em pleno funcionamento na sociedade, ao invés de buscar compreender essa nova modalidade de intervenção clínica, seus efeitos e desdobramentos.

Paralelamente, uma nova forma de estabelecer laço social se configura pelo uso das tecnologias da comunicação no ciberespaço. Segundo Chamorro (2016)², este uso impacta diretamente a histórica intimidade do ato analítico – o chamado “cara a cara”, ampliando este campo de interação. A particularidade deste novo tipo de interação é a passagem do íntimo para o público: é cada vez mais comum os pacientes não priorizarem a presença física do analista. Isso implica a possibilidade e a ameaça de o analista não se sustentar mais no lugar do Outro (CHAMORRO, 2016).

Nesse sentido, Chamorro (2016) nos leva a refletir sobre a necessidade ou não do corpo do analista para conduzir a análise, em função dos aparatos tecnológicos disponíveis na atualidade: seria possível provocar a divisão do sujeito em análise por meio dos suportes digitais? Daí a importância de refletirmos sobre o efeito dessa prática para a qual somos convocados, salienta o psicanalista.

Ainda sobre a questão do corpo, Ventura (2016)³ explana sobre o surgimento de um tipo de laço social inédito, colocando em xeque um modo de estar no mundo. A relação que o sujeito estabelece com o tempo e com o corpo, motivada pela era virtual e pelo discurso capitalista, tem criado novas subjetividades, formadas por laços sociais organizados pela ausência do corpo e pela busca rápida da satisfação do gozo (VENTURA, 2016).

Para Lise (2012)⁴, o virtual se confirma, portanto, como um espaço de inter-relações, e o atendimento clínico online se apresenta como uma nova realidade: “caberá a cada psicanalista, caso a caso, ou seja, na singularidade de cada atendimento, decidir em que condições pode se dar o tratamento, guiando-se pela ética da psicanálise”.

² Comentários do autor disponíveis em:

<<http://www.congressoamp2016.com/uploads/b759b0af7492f5d8731029d7fb8a72707029fe48.pdf>>

³ Comentários do autor disponíveis em:

<<http://www.congressoamp2016.com/uploads/b759b0af7492f5d8731029d7fb8a72707029fe48.pdf>>

⁴ Disponível em: <<http://www.ipla.com.br/editorias/saude/psicanalise-on-line.html>>. Acesso em 10 mai. 2016.

Sem perder de vista a presença maciça dos aparatos tecnológicos em nossa sociedade contemporânea, este estudo encontra sua relevância social e teórica atrelada à necessidade de compreender, por meio de uma pesquisa teoricamente embasada e da análise dos registros coletados, o funcionamento da linguagem que se estabelece via tecnologia, a fim de apontarmos e problematizarmos as (im)possibilidades dos atendimentos online de orientação psicanalítica que já vêm ocorrendo, considerando o significativo aumento dessas ferramentas tecnológicas na prática psicanalítica.

Por ser algo novo na prática psicanalítica e também psicoterapêutica, este estudo também ganha relevância por seu caráter científico, tendo em vista a escassez de estudos sobre este tema, o que reforça a importância de um estudo cuidadoso com este enfoque.

Com base nessas considerações, a presente dissertação tem como objetivo geral observar como se dá o funcionamento da linguagem e os processos de significação, a partir do uso das novas tecnologias ou aparatos tecnológicos no atendimento online de orientação psicanalítica, em contraposição ao atendimento presencial, de modo a problematizar esta nova modalidade de atendimento e seus efeitos na relação entre analista e analisante, em particular, e na sociedade, de modo geral.

Nossos objetivos específicos são: compreender como o tratamento online de orientação psicanalítica se apropria e/ou modifica o construto teórico da Psicanálise, a princípio pensado para os atendimentos presenciais e para o *setting* analítico convencional; observar e compreender de que modo analista e analisando se subjetivam diante desta nova modalidade de atendimento online e quais são as especificidades no/do funcionamento da linguagem em sua materialidade digital, propiciada pelas novas tecnologias.

Para contemplarmos os objetivos propostos neste estudo, iremos ancorar a análise do corpus discursivo nas seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Como as relações entre analista e analisando se dão nessa nova modalidade de atendimento online?
- b) A transferência entre analista e analisando, que é condição para que ocorra uma análise de orientação psicanalítica, se sustenta na virtualidade?

- c) Como analistas e analisandos se subjetivam diante deste tipo de atendimento online?
- d) Como se dá o funcionamento da linguagem e da comunicação no meio digital e de que modo afetam os processos de significação e de subjetivação?

O corpus da pesquisa é composto pelas resoluções do CFP sobre o atendimento online e pelas respostas a um roteiro para entrevista, contendo quatro perguntas abertas. Este roteiro foi enviado e respondido, via e-mail, por quatro analisandos e quatro analistas que fazem uso da tecnologia para realizar os atendimentos de orientação psicanalítica. Foram escolhidos analistas e analisandos que praticam o atendimento online via skype.

A análise dos registros discursivos deverá atravessar a aparente transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito como fonte dos sentidos. Para tanto, esta pesquisa se ancora nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa (AD) numa interface com a Psicanálise. O dispositivo teórico-analítico da AD investe na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade; no trabalho da ideologia (CHINÁGLIA, 2013).

Alguns estudos anteriormente realizados contribuiram para o desenvolvimento desta dissertação e de sua temática. Ferreira (2015) fornece subsídios a este estudo ao discutir sobre o papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia; Ventura (2016), pelo viés da Psicanálise, fomenta o debate sobre como se estabelecem os novos laços sociais a partir do suporte virtual; Cavallari e Santos (2015) tratam da presença das práticas neoliberais no discurso capitalista-empresarial e de seus efeitos na constituição de subjetividades contemporâneas; Orlandi (2007, 1996) nos aponta os princípios e procedimentos de análise e interpretação do discurso pela ótica da AD; Oliveira (2009) e Donnamaria (2013) abordaram o impacto do virtual e das interações no ciberespaço sobre a linguagem e a constituição do sujeito no atendimento psicanalítico online, dentre outros.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta as teorias e os conceitos que fundamentam a compreensão dos acontecimentos discursivos e das práticas sociais aqui estudados. O segundo capítulo trata dos

dispositivos teóricos adotados para a realização da pesquisa, incluindo a caracterização da mesma, a definição e coleta do corpus, e os procedimentos de análise adotados. Já o terceiro capítulo traz a análise do *corpus* da pesquisa, composto pela análise do processo de regulamentação do atendimento psicanalítico online, com foco especial na Resolução nº 011/2012 do CFP. Em seguida, procedemos à análise das respostas fornecidas pelos analistas e pacientes entrevistados, os quais praticam o atendimento online de orientação psicanalítica. Por fim, são tecidas as considerações finais, com base nas análises realizadas, com o intuito de contemplar nossos objetivos de pesquisa. Além disso, ao término desta pesquisa, abordaremos as limitações, contribuições e problematizações endereçadas na presente pesquisa, além de algumas sugestões para pesquisas futuras que eventualmente poderão advir do estudo ora empreendido.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS NORTEADORES

No presente capítulo, serão abordados alguns conceitos-chave, bem como discussões teóricas concernentes à relação entre os campos da Psicanálise e da Análise de Discurso, para que possamos endereçar as novas formas de constituição do sujeito e das relações sociais no ciberespaço, e a temática desta dissertação, qual seja, a presença e os efeitos das novas tecnologias na clínica de orientação psicanalítica.

1.1 Um breve olhar sobre a história da psicanálise

A psicanálise surgiu na década de 1890 através dos estudos e observações de Sigmund Freud, um médico neurologista interessado em descobrir um tratamento efetivo para pacientes com sintomas de neurose e histeria. Em seus “Estudos sobre a Histeria”, Freud revolucionou o modo de conceber a vida psíquica dos seres humanos.

Conversando com os pacientes, Freud acreditava que seus problemas seriam provenientes da não aceitação de origem cultural, associados a desejos inconscientes e fantasias de natureza sexual recalcados.

Para Jorge e Ferreira (2005), a teoria psicanalítica de Freud foi um marco na história da humanidade, pois postulou que o homem seria regido por forças que escapam à própria consciência. Diante desta descoberta, o ser humano, que tanto se exaltou por diferenciar-se de todas as demais espécies animais, por ter o controle da própria mente, constatou que a sua consciência era apenas a ponta de um imenso iceberg.

Segundo Roudinesco e Plon (1998 apud FRANCO, 2004), Freud designou a psicanálise como um método peculiar de psicoterapia chamado de tratamento pela fala⁵. Esta modalidade de tratamento foi influenciada pelo processo catártico de

⁵ Ao batizar a psicanálise de *talking cure*, Anna O. sinalizava que a cura de seus sintomas estava calcada na narrativa que fazia de sua história. Graças a essa experiência inaugural, Freud pôde decifrar a trama discursiva que estrutura as inúmeras formações do inconsciente.

Breuer, por meio do qual se buscava uma descarga considerada adequada, para afetos patogênicos, pautada na investigação do inconsciente através da livre associação e interpretação dos conteúdos latentes na fala, sonhos, nos atos falhos, chistes e nos demais sintomas apresentados pelo paciente.

A história da psicanálise teve início com a paciente Berta Pappenheim, conhecida pelo codinome Anna O. Em sua obra “Estudos Sobre a Histeria” (1893-95), Freud demonstrou como o impasse do método catártico, obtido através da hipnose, precisou de alterações para que a psicanálise pudesse surgir.

Anna O., a paciente que motivou a *talking cure* (a cura pela fala), apaixonou-se por seu terapeuta, Dr. Breuer, e ofereceu pistas do que seria mais tarde chamado por Freud de transferência (OLIVEIRA, 2009, p.70). Na época, Anna O. tinha 21 anos e possuía uma série de sintomas como: oscilação excessiva de humor; angústia; sonambulismo; perturbações graves na visão e na linguagem; aversão aos alimentos; paralisias por contratura; anestésias; tosses, etc. (OLIVEIRA, 2009, p.70).

Ao adotar a *talking cure* como método terapêutico, Freud descarta definitivamente a hipnose e concentra os seus esforços na tentativa de descobrir, tomando como ponto de partida as associações livres do paciente, o que ele deixava de se lembrar, e por isso, superar a resistência à interpretação.

De acordo com Laplanche e Pontalis, a associação livre é um:

[...] método que consiste em exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos que acodem ao espírito, quer a partir de um elemento dado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação) quer de forma espontânea (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 71).

No que tange à constituição da psicanálise e sua proposta, Freud apresentou uma gama de definições, tais como: um procedimento para investigação de processos mentais que de outra forma são praticamente inacessíveis, um método psicoterápico baseado nessa investigação para o tratamento de distúrbios neuróticos, ou ainda um método investigativo do inconsciente baseado principalmente nas associações livres do paciente, que são a garantia da validade interpretativa nas evidências significativas inconscientes das suas palavras e das suas produções imaginárias (sonhos, fantasias etc.) (FREUD, 1913).

Para Freud (1930), o foco da psicanálise está na “causa” da insatisfação e da angústia do sujeito e com o mundo dos objetos. Ao desvelar a causa, a tarefa da

psicanálise é orientar o sujeito, através da interpretação do inconsciente, ajudando-o a construir uma relação menos dissonante com os objetos que trazem satisfação. Trata-se, portanto, de uma estratégia para lidar com aquela sensação de vazio, que amiúde pensamos ser a falta de algo ou de alguém (MAURANO, 2006).

Na opinião de Pamponet (2001, s/n), o principal objetivo da psicanálise é orientar o sujeito, a fim de que se torne capaz de trabalhar seus conflitos e posicione-se melhor diante dos impasses que a vida cotidiana a todos os momentos nos impõe. É por esta razão que a palavra possui um estatuto privilegiado, porque é a expressão viva do sujeito e o meio através do qual ele pode se libertar da dor de existir, ao fazer análise e ao tentar simbolizar sua existência e seus impasses subjetivos.

O método básico da Psicanálise, segundo Freud (1904), consiste na interpretação sob transferência e da resistência com a análise da associação. Maurano (2000) argumenta que o fenômeno da transferência é a chave da invenção dessa nova modalidade de tratamento.

Na prática psicanalítica, o conceito de transferência ganha uma nova significação: “o estabelecimento de um laço afetivo intenso, que se instaura de forma quase automática⁶ e independente da realidade, na relação do paciente com o analista, revelando o pivô em torno do qual gira a organização subjetiva do paciente (MAURANO, 2000, p.15-16). O conceito de transferência é crucial para a presente pesquisa, pois conforme já mencionado na introdução, iremos observar, dentre outras coisas, se a transferência entre analista e analisando, que é condição para que ocorra uma análise de orientação psicanalítica, se sustenta na virtualidade. Daí a importância de retomarmos esse conceito para problematizarmos como a transferência se dá e como ela funciona no atendimento online, observando de que modo os suportes virtuais afetam a relação transferencial entre analista e analisando. Não podemos ocultar ou menosprezar essa nova realidade que invade o *setting* e pleiteia um lugar na transferência (BARBOSA *et al.*, 2013).

Trabalhar a transferência num mundo digital consiste, na visão de Barbosa *et al.* (2013 apud BONAMINIO, 2011), em:

acolher e intervir sobre um movimento paradoxal que faz com que as paixões sejam mais atuadas que faladas no presente, o que lhe confere um estatuto de constante estranheza. Numa análise, o que é transferido são

⁶ Embora acreditemos nesta dissertação que nem sempre a transferência de estabeleça.

elementos de natureza diversa – pensamentos e afetos –, dirigidos para o analista. Estes elementos podem ser tão pontuais quanto são os traços de identificação: uma entonação, uma data, a sílaba de um nome, irreconhecíveis à primeira vista e que não só se repetem como podem ser criados. A forma com que nossos pacientes e nós mesmos introduzimos em nosso contato os diversos *gadgets* eletrônicos é marcada por nossa própria estranheza frente ao paradigma cibernético. No entanto, não podemos recuar na revisão da implicação, da reserva e da ética do analista para não nos tornarmos analistas analógicos, sem espaço num mundo digital (BARBOSA et. al., s/n, 2013 apud BONAMINIO, 2011).

Com base na citação anterior, podemos afirmar que Barbosa defende um espaço para prática psicanalítica num mundo cercado e marcado pelo digital. É fundamental, portanto, refletirmos em que situações o ato de se fazer presente fora das sessões, tornando-se sempre imaginariamente acessível, favorece a ilusão (da não espera) da falta de barreiras entre um eu e um outrem, a fantasia da instantaneidade e, por outro lado, quando essa postura representa o atendimento das necessidades cujas respostas seriam asseguradoras de um vínculo, sem o qual seria impossível prosseguir na cura (BARBOSA et. al., s/n, 2013).

Lacan (1960) afirma que o fenômeno da transferência se manifesta exclusivamente na relação de alguém que fala com outrem. Ademais, Lacan (1964) salienta que o analista deve aguardar que a transferência ocorra para iniciar o trabalho de interpretação. Isso é o que distingue a boa da má maneira de conceber a transferência.

Segundo Oliveira (2009, p.73), na medida em que analista e paciente vão construindo sua relação, fantasias são despertadas e ganham novas roupagens. Aos poucos, o analista assume, por substituição do paciente, o lugar de alguém importante na sua vida. É justamente aqui que ocorre a chamada a transferência, necessária para que se tenha a entrada efetiva em análise.

Silvestre (1989) ressalta que:

a transferência é pois antes de tudo a verificação de que uma coisa chega a um lugar onde não aparecia antes (...) ela toma uma significação e uma função inéditas; significação e função que se impõem ao sujeito porque ele descobre que o que ele encontra assim é o que ele procurava (SILVESTRE, 1989, p.93).

Este conceito é de grande relevância para esta dissertação, pois no meio virtual (online) iremos observar como a transferência se dá, sobretudo no que tange

à demanda de saber (dirigida ao analista) sobre o próprio desejo que o analisante desconhece ou não consegue acessar. Cavallari (2015) apresenta uma interessante discussão, com base em Lacan e Silvestre, acerca da relação transferencial, ao enfatizar seus potenciais efeitos, inclusive de outras ordens, fora do *setting* analítico:

Pelo viés psicanalítico, a transferência está diretamente ligada à função de sujeito suposto saber e ao desejo. A função de sujeito suposto saber, segundo Lacan ([1964] 1998, p.220), “pode ser, para o sujeito, encarnada em quem quer que seja, analista ou não (...)”. Ao abordar o amor de transferência, Silvestre (1989, p.97) pontua que “o ensinante, o padre, o sábio, o patriarca, o amigo suficientemente disponível, são do mesmo modo, em tal ou qual ocasião, objeto de transferência – de sentimentos transferenciais – indo da afeição amistosa ao amor apaixonado” (CAVALLARI, 2015, p.97).

Para Lacan (1960), a transferência é condição primordial para que o tratamento psicanalítico aconteça, permitindo que o paciente conte espontaneamente ao analista tudo o que lhe vier em seus pensamentos, sem restrições, num processo de associação livre. Em função disso, Freud elegeu a associação livre como regra fundamental da psicanálise e requisito para o trabalho.

As diferenças no manejo⁷ da interpretação da transferência são de notável importância para esta pesquisa, pois aparecem nos relatos dos entrevistados. Em virtude disso, consideramos oportunas para este estudo a sistematização proposta por Gillio et al. (2009), que traça as diferenças entre a má e a boa maneira de manejar a transferência.

Para este autor, o mau manejo envolve ações como interpretar *na* transferência, visar ao sujeito do enunciado, referir o sujeito em relação à realidade, gerar a identificação ao analista, atualizar a ilusão que leva à identificação, manejar de maneira centrípeta, desde “eu mesmo”, colocar-se como sujeito saber a verdade, entabular uma relação dual, incidir em uma suposta parte sã do sujeito, ter a adequação do paciente à realidade empírica como meta e trabalhar desde uma lógica positivista.

Já o bom manejo da transferência implica interpretar *sob* transferência, visar ao sujeito da enunciação, referir o sujeito em relação ao significante, ir além da identificação ao analista, atualizar a realidade sexual do inconsciente, manejar de maneira centrífuga, desde “si mesmo”, colocar-se como um sujeito suposto saber a

⁷ O termo manejo da transferência é utilizado por Freud para indicar como agir com a transferência que se manifesta no início do tratamento (MEIRELLES, 2012).

verdade, estabelecer a relação analítica na irreciprocidade, compreender que a suposta “parte sã” está interessada no fechamento do inconsciente, dirigir a análise a partir da percepção da pulsação do inconsciente e trabalhar desde uma ética (GILLIO et al., sem ano).

Com efeito, a prática psicanalítica engendra um tipo de laço social singular e dependente do que é articulado pela fala:

[...] Lacan parte da evidência de que a linguagem, a cadeia simbólica, determina o homem antes do nascimento e depois da morte. O bebê vem ao mundo marcado por um discurso, no qual se inscrevem a fantasia dos progenitores, a cultura, a classe social, a língua, a época, etc. enfim, podemos dizer que tudo isso constitui o campo do Outro, lugar onde se forma o sujeito (JORGE; FERREIRA, 2005, p. 44).

Lacan refere-se ao inconsciente como Outro (com inicial maiúscula), diferente do outro (com inicial minúscula), que representa os sujeitos falantes.

Oliveira (2009, p.75) destaca outro elemento a ser observado, a contratransferência, “o conjunto de reações afetivas do analista em relação ao paciente, seja consciente ou inconsciente”. Segundo Maurano (2000):

[...] quando um analista dá importância aos afetos suscitados nele por seus pacientes, sua função fica prejudicada, ou inviabilizada, pois o trabalho analítico, diferente de muitos trabalhos psicológicos, não se efetiva como um processo intersubjetivo, ou seja, entre sujeitos (MAURANO, 2000, p. 35).

Segundo Freud (1910), um analista se torna ciente da contratransferência, pela influência dos assuntos levados pelos pacientes, sobre os sentimentos inconscientes do analista. Para que a análise do paciente progrida, é imprescindível que o analista supere suas próprias resistências.

A resistência é definida por Roudinesco e Plon (1998) como:

[...] o termo criado em psicanálise para designar o conjunto das reações de um analisante cujas manifestações, no contexto do tratamento, criam obstáculos ao desenrolar da análise (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.659).

Em geral, o analista deve conduzir a análise de modo que o paciente possa reconhecer a resistência e superá-la, o que só pode se efetivar por meio da relação transferencial, estabelecida entre analista e paciente. O êxito desta relação depende

de como o analista administra a transferência e “quebra” a “barreira” da resistência (OLIVEIRA, 2009, p.76).

Em “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, Freud (1912), destaca a importância de o analista submeter-se a uma análise pessoal, considerada uma condição indispensável para a sua prática psicanalítica.

1.2 O trabalho do psicanalista

Na ótica de Freud (1926), o paciente, em processo de análise, quando está numa postura relaxada, é solicitado a dizer tudo o que lhe vem à mente: sonhos, esperanças, desejos e fantasias. Todo esse conteúdo é de grande interesse do analista/psicanalista, bem como as experiências vividas nos primeiros anos de vida em família (OLIVEIRA, 2009, p.77).

O analista trabalha com o método da interpretação, que pode ser entendido como um:

[...] termo que designa qualquer intervenção psicanalítica que vise a fazer um sujeito compreender a significação inconsciente de seus atos ou de seu discurso, que estes se manifestem através de um dito, um lapso, um sonho, um ato falho, de uma resistência, da transferência, etc. (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 388).

Freud (1926) explica que, normalmente, o analista mantém sua atenção flutuante e escuta, tecendo comentários, apenas quando, no seu julgamento profissional, antevê uma oportunidade para que o paciente torne conscientes os conteúdos recalçados que são supostos, a partir de suas associações livres (OLIVEIRA, 2009, p.77).

Quinet (2000) sublinha

[...] que o sujeito em associação livre é um sujeito dirigindo-se ao analista, cuja presença física nas sessões é condição *sine qua non* para que possa presentificar o inconsciente. Por mais que possa parecer estranho, o inconsciente, psicanaliticamente falando, se presentifica na poltrona do analista (QUINET, 2000, p. 45).

Diante dessas afirmações, procuraremos observar, com base nos relatos dos entrevistados, como esta questão da presença do analista se reconfigura na modalidade de atendimento virtual.

É oportuno, também, definir a noção de corte, que seria uma espécie de recorte de algo que se repete em meio à linearidade da fala do paciente. Para Triska e D'Agord (2013), é exatamente no momento dessa repetição, fechamento ou retorno ao mesmo que o Real⁸ se presentifica.

Para Lacan, o Real é aquilo que não para de se escrever, que permanece sempre externo ao sujeito. O Real é pleno, sem fissura, irrepresentável, inominável. Paralelamente, o Real não é completamente inacessível ao sujeito: ele se depara com o Real, tropeça nele – ponto de interesse fulcral da psicanálise (BALDINI; MARIANI, 2013).

É por esta razão que a psicanálise, enquanto forma de tratamento, pode contribuir para que a realidade psíquica seja alterada, desde que o ser falante que sofre decida aceitar a se submeter a dizer, mesmo sem ter ou saber o que dizer.

É frequente o questionamento feito aos analistas acerca do silêncio e da pouca intervenção na fala do paciente. Para Oliveira (2009, p.78), este comportamento é importante para que as indagações do paciente possam aflorar do objeto de estudo da psicanálise – “o inconsciente que é estruturado como uma linguagem”, nas palavras de Lacan (1964).

Com esta formulação, Lacan trouxe a psicanálise de volta ao domínio da linguagem, fazendo alusão à fala. Conforme elucida Jorge (2000):

[...] o inconsciente não se encontra num suposto mais-além da linguagem, nem em qualquer profundidade abissal ou oculta; ele se acha nas palavras, apenas nas palavras e é nas palavras enunciadas pelo sujeito que ele pode ser escutado. Estruturado como linguagem, é nela que o inconsciente se encontra enraizado (JORGE, 2000, p. 80).

Ainda em relação à afirmação de Lacan (1964, p.25) de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, Longo (2006) destaca que o inconsciente segue as leis da linguagem e que o discurso só existe com a condensação (metáfora) e o deslocamento (metonímia).

Freud, inclusive, postulou que o inconsciente é constituído de pensamento e, para tornar explícitos os nossos pensamentos, temos somente o recurso à linguagem. E é por meio da fala, mais especificamente, que o inconsciente pode revelar-se:

⁸ O uso do Real em maiúsculo serve para marcar o estatuto de um conceito psicanalítico, visto como impossível, diferenciando-se do real, em minúsculo, significante da realidade, que é sempre psíquica.

[...] pensamento e linguagem são diferentes. Contudo é na linguagem que o homem encontra significações, embora precárias, que o protegerão contra o excesso de realidade de um mundo que existe antes da linguagem, pois o mundo e a natureza são estranhos e absurdos para o homem, até que possam se aproximar de nós pela mediação simbólica da linguagem que irá, então, modelar o sentido da realidade (LONGO, 2006, p.12).

Em se tratando da psicanálise clínica, o analista precisa estar preparado para saber que nela há mudanças. Segundo Forbes (1984), a clínica psicanalítica não é um contínuo estático, que se repete na inércia confortável e mimética de seus atores.

Para o referido autor, a frase de Lacan "O inconsciente é estruturado como uma linguagem" já foi tão disseminada que, muitas vezes, acaba servindo mais de rótulo do que de reflexão, talvez acabe encobrindo que nem todo trabalho analítico se limita à interpretação. A flexibilidade e a criatividade das formações inconscientes se opõem à estaticidade de algo que se repete em uma análise.

Neste âmbito, cumpre tecer algumas breves reflexões sobre a interpretação no ato analítico. Afinal, não se trata de sugerir uma conduta ou de solucionar algo, mas de produzir impasses subjetivos. Além disso, vale lembrar que a interpretação, na clínica psicanalítica, só se dá sob transferência.

Chemama (1995, p.109) define interpretação como "a intervenção do analista, que procura fazer surgir um novo sentido além do manifesto, apresentado por um sonho, um ato falho, ou até mesmo alguma parte do discurso do sujeito". O autor ainda complementa:

O que é dito por um paciente não vale apenas por seu sentido, que se articula a partir de palavras organizadas em frases. Ao que o analista presta atenção é a própria sequência acústica, à cadeia significante, que pode ser dividida, no inconsciente, de uma forma completamente diferente (CHEMAMA, 1995, p.108).

O analista interpreta no sentido de ajudar a fazer uma construção, muitas vezes pela via do mal-estar. E, nesse processo, a transferência é a condição de interpretação.

A abordagem de tais conceitos psicanalíticos é de notável importância para esta dissertação, a fim de que o leitor tenha condições de acompanhar com mais facilidade a análise do corpus e sua pertinência para a prática analítica.

1.3 Voltando à constituição do sujeito

O trabalho com a linguagem também é fundamental para a análise do discurso, uma disciplina de entremeio que também se vale da hipótese do inconsciente e de postulados psicanalíticos para se constituir. Cabe ao analista do discurso puxar os fios nos quais linguagem e ideologia estão entrelaçados e indissociavelmente ligados ao sujeito e sua constituição.

Ao trazer a psicanálise para o campo epistemológico da Análise de Discurso, a partir da sua reflexão sobre a história das ciências e sobre a teoria das ideologias, Pêcheux revela que a conceituação tradicional de um sujeito centrado no seu próprio eixo não atendia mais às inquietações de sua época.

Segundo Ferreira (2010, p.10), a ideia da determinação que atua sobre o sujeito era prevalente incompatível com a existência de um sujeito livre, senhor de seus atos e de sua vontade. É justamente nesse ponto que a psicanálise atravessa, com a hipótese do inconsciente formulada por Freud.

O sujeito do discurso vai, então, colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem (FERREIRA, 2010, p.10).

Ao formular a concepção de sujeito, a Análise de Discurso embasa-se numa singularidade que a torna muito peculiar. Afinal, o sujeito do discurso não é mais apenas:

o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano; tampouco, é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade linguística e histórica que a AD lhe atribui (FERREIRA, 2010, p.10).

Devido à configuração tão particular do lugar do sujeito na AD, Ferreira (2010) propõe representá-lo através de uma figura topológica – o chamado nó borromeano, introduzido na psicanálise por Lacan.



Figura 1 – O nó borromeano concebido por Lacan.

Esta estrutura é formada por três anéis indissociáveis e solidariamente interdependentes. Portanto, caso um dos anéis seja eliminado, os outros dois ficariam soltos e perderiam a interligação constitutiva. O nó borromeano simbolizaria, portanto, o lugar do sujeito em meio às noções de linguagem, ideologia e inconsciente:

O sujeito estaria assim sendo afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma delas um furo, como é próprio da estrutura de um ser-em-falta: o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia, expresso pela contradição, e o furo do inconsciente, trabalhado na psicanálise. Daí decorre o fato de a incompletude ser tão marcante para todo o quadro teórico do discurso e contaminar, de certa forma, os principais conceitos que o compõem. É precisamente essa falta que vai acabar tornando-se o lugar do possível para o sujeito desejante e para o sujeito interpelado ideologicamente da análise do discurso (FERREIRA, 2010, p.5).

Segundo Ferreira (2010), é nesta falta enquanto região intersticial comum à Análise do Discurso e à Psicanálise que se instaura um paradoxo, já que a falta pode aqui representar algo que mobiliza o sujeito e a linguagem – é “a presença na ausência”, a que Lacan faz alusão. Para esta autora:

Se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva. A falta é, então, tanto para o sujeito quanto para a língua, o lugar do possível e do impossível (real da língua); impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira – o não-todo no todo, o não-representável no representado (FERREIRA, 2010, p.5).

Uma possível interface entre os estudos em linguagem e em psicanálise se mostra possível a partir da concepção adotada pela autora supracitada de sujeito

clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam.

1.4 O sujeito para Freud e Lacan

Com a descoberta do inconsciente, Freud se torna o responsável pela inauguração de uma noção de sujeito diferente, introduzindo uma dimensão de racionalidade inteiramente nova: o sujeito passa a ser compreendido como algo sempre dividido, cindido, conflitivo, impossível de se identificar de modo absoluto.

Como já mencionado anteriormente, Freud é levado pelos seus pacientes a considerar a fluidez da fala como elemento essencial do tratamento psicanalítico, o que fará com que a associação livre seja eleita por Freud como regra de ouro da psicanálise. Nesse sentido, a psicanálise passa a ser caracterizada como uma forma de cura através da fala.

Com a formulação do conceito de realidade psíquica, Freud opera um deslocamento teórico fundamental a respeito do funcionamento do inconsciente, que extrapola a dicotomia mundo exterior x mundo interior, realidade x fantasia, subjetividade x objetividade.

Para Freud, a realidade psíquica é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade material. Assim, a oposição entre fantasia e realidade se desfaz, pois é na própria fantasia que se encontra o real de que se trata em psicanálise.

A alteração no quadro teórico da psicanálise, em meados da década de 50, se deve a certos desvios que as ideias de Freud vinham ganhando. Até então, a teoria psicanalítica freudiana era lida a partir de um acentuado viés cientificista, de tendência biologizante, que colocava em risco a caracterização desse sujeito do inconsciente (FERREIRA, 2010, p.10).

Surge então Lacan, nas décadas de 50 e 60, propondo um resgate da teoria freudiana no que tange à análise da linguagem. Revisitando a linguística saussureana e estabelecendo diálogos críticos com Benveniste e Jakobson, Lacan afirma que, ao falar, o sujeito diz mais do que imagina ao ser constituído por essa ordem própria que é o sistema da língua. Para ele, o inconsciente é estruturado e

funciona como uma linguagem, e o que mais importa nesse funcionamento são os significantes.

Um dos mecanismos de funcionamento do inconsciente é o de vir à tona, provocando cortes no discurso efetivo, causando falhas, esvaziando o que se diz com lapsos e chistes, bem como com repetições e articulações significantes que produzem furos nos sentidos e escapam aos ouvidos de quem fala.

O sujeito do inconsciente, portanto, tem sua estrutura como pura descontinuidade, descontinuidade no real. Ou seja, o sujeito fala e só depois se dá conta do que disse com seus lapsos e chistes, marcas que denunciam a presença do sujeito do inconsciente como descontinuidade no real. Este real do inconsciente figura-se sem nome, sem substância, sem sentido. É justamente na ignorância de si mesmo que o sujeito se depara nos vacilos dos seus dizeres que buscam circunscrever o real (BALDINI; MARIANI, 2013, p.7).

De acordo com esta visão descentrada de sujeito, não haveria, portanto, um único significante capaz de representar o sujeito em si. Ou seja, o sujeito seria, para Lacan, um significante que remete a outro significante, constituindo-se a partir da linguagem. Desta forma, Lacan procurou aproximar a psicanálise a uma análise linguística. Para o autor, o significante não pode ser capturado pela linguagem, contudo, esta pode ser articulada em uma estrutura simbólica e formar uma cadeia de significantes.

1.5 O sujeito para Análise de Discurso

Também é necessário retomarmos a noção de inconsciente em Freud e Lacan e sua importância para a concepção de sujeito postulada pela AD. Segundo Tfouni, que realiza uma aproximação entre algumas noções postuladas pela AD e pela psicanálise, o sujeito:

(...) surge como efeito de um assujeitamento à linguagem, ou à primazia do simbólico, por que tanto na AD como na Psicanálise o sujeito não é aquele do empirismo, não podendo ser reduzido a categorias de classificação. Não é um indivíduo, visto que é aquele que emerge entre significantes: O sujeito é aquilo que um significante representa, para outro significante de modo único. Estes fatos marcam sua particularidade” (LACAN, 1985a, p.197 apud TFOUNI, 1992, p.2).

A concepção psicanalítica de sujeito é introduzida na Linguística pós-estruturalista a partir da Escola Francesa de Análise de Discurso, inaugurada por Pêcheux, na França. Ao fundar a AD como disciplina de entremeio, convocando a Psicanálise como uma das disciplinas constituintes desse campo, Pêcheux apontava para a interdisciplinaridade como destino dos estudos relativos à linguagem e ao discurso. Desde então, esse campo de estudo passou a figurar entre os pilares que sustentam e fomentam a interlocução entre as duas disciplinas (MELO, 2005, p.64).

Para Longo (2006), linguagem e a psicanálise são domínios tão contíguos que não é tarefa simples estabelecer um limite entre os dois campos, separados pela mais porosa das fronteiras. A passagem de uma para outra está sempre aberta, basta seguir as fendas do caminho. Na opinião desta autora:

O homem, portanto, gira em torno da língua, sem centro, sem purificação de linguagem que a torne transparente à verdade, sem a promessa de redução da polissemia, sem unidade de sentido. A partir do estruturalismo, a linguagem como discurso torna-se o único testemunho objetivo da identidade de um sujeito, cuja única saída é viver no vigor de sua ambiguidade (LONGO, 2006, p.07).

Freud estabeleceu a relação da Psicanálise com a Linguagem, mas seus contornos foram melhores definidos quando teve sua expressão de maior importância com Jacques Lacan, que foi quem promoveu a aproximação da Psicanálise com Saussure, pela via do Estruturalismo Linguístico.

A linguística estrutural de Saussure apareceu depois da Psicanálise, mesmo que alguns autores sugiram que, na *Interpretação dos sonhos*, Freud já estava antecipando a teoria da linguística e as indagações sobre a estrutura do discurso, prevendo o aparecimento de uma nova ciência: a linguística e fazia isto também quando se referia as produções do inconsciente, deixando clara a incompletude da língua, considerando que o sentido do enunciado dependia de vários fatores extralinguísticos (MILLER, 1989, p.89).

Lacan, ao propor uma releitura de Freud apoiada nos princípios da linguística saussuriana, fez da linguagem a condição do inconsciente, “renunciando à ideia freudiana do substrato biológico, herdado do darwinismo” (ROUDINESCO, 2000, p.137). O autor desenvolve um aforismo de que *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*, ou seja, admite que a linguagem, como sua estrutura preexiste à entrada nela de cada sujeito, num dado momento do seu desenvolvimento mental.

Temos, aqui, um ponto de aproximação entre o sujeito da Psicanálise e o da Análise de Discurso: o lugar onde eles estão não tem centro, nem é a fonte do sentido, eles são determinados, construídos a partir da relação com o outro. Dessa forma, sujeito, linguagem e discurso poderiam ser concebidos como estruturas que possuem uma incompletude, uma falta constitutiva.

O discurso é o objeto da AD, que se interessa por estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos”, o que permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto (ORLANDI, 1999, p.17). Desta forma, quando Orlandi retoma Pêcheux (1969) para estabelecer que o discurso é efeito de sentidos entre locutores, passa a ressaltar a relação indissociável entre sujeito, história e língua, uma vez que a produção de sentidos se dá pelo modo como esse sujeito se constitui, estabelecendo-se um sistema significante, permeado pela exterioridade histórica e pela ideologia que afeta o sujeito de modo inconsciente.

Considerando que a proposta da AD consiste em *ver além das aparências*, ou seja, detectar, no discurso, não só os conteúdos conscientes, mas também os inconscientes e ideológicos, propomo-nos a refletir sobre o funcionamento discursivo e no modo como o discurso produz efeitos de sentido e de verdade, sem perder de vista as suas condições de produção.

O dispositivo teórico-analítico da AD vai privilegiar o processo de produção dos sentidos do material analisado, sem perder de vista que não temos o propósito de verificar o por trás do texto ou do *corpus*, no sentido de descobrir sua verdade oculta, mas de mostrar como um discurso se produz e faz sentido.

Para Pêcheux, a língua, objeto da Linguística, deve ser reconhecida pelo seu funcionamento, e não por suas funções. Na perspectiva deste autor, o objeto da análise do discurso cruza a via do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação (CHAGAS, 2011, p.79).

Em sua obra “O discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux (1988) afirma que, quando o sujeito pensa “o que quer dizer”, faz a interpretação do discurso⁹ diante das suas condições de produção, que produzirão diversos efeitos de sentido. Por isso, a interpretação não leva a um sentido já-dado, mas produz efeitos de

⁹ Cumpre assinalar aqui a diferença entre a noção de interpretação para a Psicanálise e para a Análise do Discurso. Para a AD, estamos mergulhados na linguagem, fadados a tudo interpretar e significar. Já para a Psicanálise, especificamente na instância analítica, a interpretação deve se dar sob forma de transferência.

sentido pelo impacto da história na linguagem. Além disso, a língua é concebida pelo autor como não transparente, o que potencializa tais efeitos.

Em se tratando da posição do analista do discurso e do psicanalista, vale salientar que ambos se defrontam com objetos de trabalho constituídos no interior de uma relação da qual também fazem parte, colocando em jogo, dessa maneira, o estatuto de objetividade e neutralidade reservado a uma concepção de ciência, conforme explica Mariani (2003, p.59):

o desejo do psicanalista não é o mesmo do analista do discurso e isso traz consequências teórico-práticas relativamente à descrição e à compreensão das questões sobre o sujeito e sobre a linguagem que se apresentam. Em termos bastante genéricos, nem o analista do discurso irá psicanalizar os textos (orais, escritos e não-verbais) que se propõe a analisar, nem o psicanalista vai se deter nas condições ideológicas de produção do discurso do paciente, uma vez que seu interesse estará centrado fundamentalmente nos processos do significante, nos deslizamentos metafóricos e na aparição fugaz do inconsciente (MARIANI, 2003, p.59-60).

Com efeito, a articulação feita entre a AD e a Psicanálise, na presente pesquisa, não tem a pretensão de buscar a regulação dos objetos e das práticas analíticas na relação estabelecida entre os analistas e pacientes entrevistados, visto que a ideologia e o inconsciente afetam os gestos de compreensão-interpretação das leituras e escutas empreendidas (MARIANI, 2003). Neste estudo, iremos nos valer do dispositivo teórico-analítico da AD, de modo a compreendermos questões sobre o sujeito e a linguagem, com base nas formulações postas pelos sujeitos de pesquisa e nos trechos das resoluções do CFP aqui abordados.

Para Pêcheux (2006 [1983]), interpretar é produzir um enunciado que “traduza” o enunciado de origem. O autor também mostra como o apagamento do sujeito no enunciado produz um sentido de discurso sem sujeito, negando a interpretação aos discursos logicamente estabilizados.

Segundo Pêcheux (1988), toda descrição está exposta ao equívoco, uma vez que todo enunciado é intrinsecamente passível de se tornar outro e seu sentido derivar discursivamente para outro. Daí decorre a possibilidade de um enunciado ser descrito como uma gama de pontos de deriva possíveis, que oferecem lugar à interpretação, foco da análise do discurso.

Pêcheux (1988) afirma que toda descrição acarreta uma interpretação, realizada por sujeitos que mobilizam várias memórias, de acordo com suas relações

sociais, produzindo novas significações. Essa é a razão pela qual Pêcheux afirma, também, que cabe ao interpretante a responsabilidade de sua interpretação, derivadas de sua tomada de posição no gesto de leitura.

Para Orlandi (1996, p.18), esse é o lugar da interpretação ou, mais especificamente, dos gestos de interpretação. Para a autora, a interpretação “é o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história”. É por esta razão que a AD visa compreender os gestos de interpretação, isto é, como alguns significantes “tomam corpo” na história, prendem-se a sentidos e se tornam signos para uma dada posição-sujeito de onde um sujeito enuncia em determinadas condições de produção, já interpelado pela ideologia, já falado pelo Outro.

Feitas essas considerações sobre os efeitos de sentido e os gestos de interpretação, faz-se necessário retomar algumas noções que se mostram produtivas para o desenvolvimento da análise dos registros discursivos, de acordo com os postulados da AD. Pêcheux (1988, p.173) atribui considerável ênfase às noções de esquecimento 1 e 2, pois possuem um papel fundamental na cristalização dos sentidos, responsáveis por criar o efeito de um sujeito pleno e dono do seu dizer. Trata-se do esquecimento ideológico: o sujeito pensa ser a fonte do sentido quando, na verdade, apenas retoma sentidos já-ditos, a partir do trabalho que o inconsciente e a ideologia realizam sobre ele.

Com relação à ilusão do sujeito de que o efeito de sentido produzido pelo que diz é sempre o mesmo, Pêcheux postula o esquecimento número 2 que produz a ilusão de que aquilo que o sujeito diz significa exatamente aquilo que ele quis dizer, e não poderia ser dito de outro modo. O autor desmascara essa ilusão, mostrando que não há uma relação termo-a-termo entre linguagem e pensamento: há sempre outras formas de dizer o mesmo (sob o viés da paráfrase, por exemplo), que vão denunciar aquilo que é apagado, mesmo que inconscientemente, e que permite recuperar a presença de uma ausência necessária à significação (ORLANDI, 1997).

Cabe ressaltar, ainda, o destaque atribuído por Orlandi (1997, p.43) ao conceito de formação discursiva (FD) de Pêcheux¹⁰, definido como “aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito”. Em virtude disso, pode-se afirmar que os sentidos sempre são formulados ideologicamente, isto é, os sentidos

¹⁰ Pêcheux reformulou o conceito de formação discursiva (FD), originalmente criado por Foucault.

não estão predeterminados na língua, mas se encontram constituídos nas e pelas formações discursivas.

De acordo com Orlandi (1997), a ideologia, entendida a partir de uma definição discursiva, opera na ordem do discurso produzindo evidências e inserindo o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência:

Ao passo em que produz evidências, a ideologia, enquanto estrutura-funcionamento, dissimula sua existência a partir de seu próprio funcionamento, criando assim a ilusão da transparência dos sentidos a partir do apagamento da determinação da formação discursiva (enquanto instância ideológica de produção de sentidos) e mesmo do interdiscurso (enquanto instância de memória do já-dito). Logo, a ideologia não é ocultação, mas função necessária entre língua e mundo (ORLANDI, 1997, p. 46-47).

A partir do entrelaçamento de tais noções de sujeito, formação discursiva, ideologia e interdiscurso, é que se pretende, neste estudo, analisar o corpus coletado, na tentativa de compreendermos os processos de subjetivação dos sujeitos de pesquisa, sem deixar de considerar sua singularidade, ou seja, aquilo que lhe é mais particular, radical e fundante, sem deixar de contemplar as inúmeras possibilidades com as quais esses sujeitos podem se identificar. Tais elementos nos trarão pistas de como ele estabelece laços sociais na atualidade, caracterizada pelo uso cotidiano das novas tecnologias da comunicação.

Ao materializar-se na linguagem, a ideologia articula-se como o princípio norteador das matrizes de sentidos presentes nas formações discursivas, princípio que oculta sua estrutura em seu próprio funcionamento: o de produzir a evidência e a transparência dos dizeres (ORLANDI, 1997).

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação com a formação discursiva que o domina. É uma unidade imaginária do sujeito, pois se apoia no fato de que os elementos dos interdiscursos constituem discurso do sujeito e os traços daquilo que o determinam, já que os enunciados são sempre repetidos pelo sujeito (CHAGAS, 2011, p.80). Na seção analítica, essas considerações teóricas serão articuladas ao corpus da pesquisa, quando buscaremos compreender como isso se dá e é posto em funcionamento na fala dos entrevistados.

Vale destacar que Pêcheux chama a atenção para a materialidade da linguagem e da história: em relação à materialidade do discurso e do sentido, o autor

afirma que os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes, isto é, em sujeitos dos seus discursos e dessas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que são coerentes (FERREIRA, 2010). Assim, o autor busca articular ideologia e inconsciente na constituição do sujeito, através de e sob a linguagem.

Ferreira (2010) pontua algumas considerações relevantes sobre a relação entre ideologia e inconsciente:

Outro ponto importante a investigar nessa relação ideologia-inconsciente é que o sujeito, ao ser constituído pela linguagem, encontra nela sua morada e disso decorre uma marca do sujeito enquanto efeito de linguagem. Por outro lado, ao sofrer a determinação da ideologia, por via da interpelação, o sujeito se configura como assujeitado. E por ser também um sujeito do inconsciente, descontínuo por excelência e que se ordena por irrupções pontuais, esse sujeito se mostra como desejante. Efeito de linguagem, assujeitado e desejante, eis, então, nosso objeto de investigação em toda sua complexidade e heterogeneidade (FERREIRA, 2010, p.8).

A morada do sujeito fica tomada, como se vê, pela inscrição ideológica atrelada ao assujeitamento e pelo efeito de evidência discursiva, ao passo que o desejo vem da relação com o Outro da linguagem. Vale lembrar, contudo, que tanto o desejo como a ideologia possuem um modo de ocultação inconsciente: de fato, o que se oculta é a determinação inconsciente e a ideológica, e não o inconsciente, já que o inconsciente é a superfície, o próprio encadeamento. A AD concebe a ideologia não como conjunto de ideias ou como ocultação da realidade, mas como condição para o sentido, justamente quando oculta o seu funcionamento e seu efeito de evidência discursiva.

Talvez seja por isso que, em sua obra “Só há causa daquilo que falha”, Pêcheux (1988) sugere que aquilo que manca, que falha, que é retificado, é da ordem de um desejo. Essa causa não é uma causa determinada, pois ela é algo sem causa sem origem precisa. Entre a causa e o que afeta existe um tropeço. E é justamente neste hiato, naquilo que falha, é que se encontra essa causa. Por isso é tão relevante estar atento ao que falha e que pode produzir deslocamentos.

A linguagem é uma condição essencial para a constituição do sujeito. A formação da estrutura imaginária, por sua vez, é feita pelo registro simbólico. É o olhar do outro que permite a constituição de uma imagem unitária, de modo que o sujeito se vê como é visto por seus semelhantes.

Promover a interface entre linguagem e identidade significa mostrar a relevância da cultura no que se refere à estrutura. Para Chagas (2011, p.76), “tanto a linguagem quanto a identidade passam a se inserir em culturas diversas, o que leva a psicanálise a se interrogar sobre diferentes formas de constituição do inconsciente”. Na perspectiva da referida autora, a fala somente se concretiza porque cada falante se apresenta como sujeito, retornando a ele mesmo como eu no seu discurso, tornando-o, desse modo, o seu eco.

Este panorama teórico e a interface entre a AD e a Psicanálise ancoram esta pesquisa e fornecem subsídios para a análise do corpus coletado, por meio do qual pretendemos observar como analistas e analisandos se subjetivam diante do atendimento online e, ainda, como se dá o funcionamento da linguagem no meio digital e de que modo afetam os processos de significação e de subjetivação.

1.6 A produção de significados no ciberespaço

A linguagem mediada pelas tecnologias online é caracterizada por dois aspectos principais: a desterritorialização e a instantaneidade, decorrentes do fenômeno da globalização (SANTOS, 2000).

Castells (1999, p.512), por sua vez, define lugar como “um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física”. Além disso, salienta que os lugares não são necessariamente comunidades, sendo definidos por qualidades físicas e simbólicas. Segundo Castells (1999), o lugar está excluído do poder, pois seu significado está ligado à experiência, e não ao conhecimento. Nesse sentido, Souza e Costa (2005, p.106) destacam que o poder emanaria, então, dos não-lugares, nas redes do espaço de fluxos.

Zoppi-Fontana e Diniz (2008, p.98) concebem o espaço como um lugar atravessado pela memória, ou seja, um determinado local (físico) constituído em sítio de significância (ORLANDI, 1996), no qual se cruzam diferentes gestos de interpretação.

Nesse sentido, um espaço é sempre lugar para sujeitos que o interpretam com suas práticas (discursivas e outras) e está sempre-já inscrito na memória discursiva, a partir da qual adquire robustez imaginária e se estabelece, na sua

materialidade territorial e histórica, como espaço de inscrição dos processos de identificação que constituem os sujeitos (ZOPPI-FONTANA; DINIZ, 2008, p.98).

Na atualidade, devido ao processo ampliado de virtualização, surge uma série de lugares desterritorializados, e por isso, independentes de um espaço físico. Para Mocellim (2009, p.94), estes lugares são reais, na medida em que agregam símbolos e significados compartilhados, mas são virtuais na medida em que os “habitantes” dessas localidades não estão presentes num mesmo espaço físico.

Neste contexto, o ciberespaço pode ser considerado como um novo espaço que reúne novas formas de sociabilidade – que não exigem a presença corporal – permitem a formação de novos lugares, conforme será observado no capítulo analítico desta pesquisa. Estes novos lugares engendram uma ciber-sociabilidade, que se constitui a partir de softwares que interligam usuários da rede.

Ao ser caracterizado com um tipo de localidade, os ciberespaços são identitários, permitem a interação de seus “habitantes” independentemente de um espaço físico que defina e delimite sua identidade ou lugar social (MOCELLIM, 2009, p.94). Com base na afirmação anterior, podemos ponderar que aquilo que sustenta uma análise de orientação psicanalítica é a transferência, para além da presença física.

As relações mediadas pela tecnologia online podem construir relações pessoais, afetivas e éticas. Por meio desses tipos de relações, somadas a uma sociabilidade identitária e a um conjunto de significados compartilhados, é que são designados os lugares (MOCELLIM, 2009, p.94).

Contudo, cabe ressaltar que a interação social via internet não segue um padrão de sociabilidade. Castells (2004, p.48) destaca que “o mundo social da Internet é tão diverso e contraditório quanto a própria sociedade”. O convívio na internet tem suas próprias regras, crimes, ofensas, incutindo-os nos que nela habitam, instituindo etiquetas, normas sociais, costumes, engendrando, portanto, uma cultura no sentido pleno do termo (SOUZA; COSTA, 2005, p.108).

Cumprido sublinhar que o ambiente artificial, produzido pelo homem, é também ambiente e, como tal, influencia a configuração cultural da humanidade da mesma maneira que o ambiente natural. Para Souza e Costa (2005, p.107), o próprio ambiente natural é apropriado pelo simbolismo humano, deixando de ser exclusivamente natural e sendo absorvido pela floresta de símbolos onde habita o

homo sapiens. Já o virtual, conforme a concepção de Lévy (1996), consiste na releitura, na atualização de algo que existe concretamente.

Para Lemos (2002, p. 137), o ciberespaço não é desconectado da realidade, mas um complexificador do real, visto que excede as operações básicas e atinge um extremo onde a realidade e a virtualidade se fundem em uma só.

Souza e Costa (2005) traçam um panorama a respeito da nova vida cultural que se delinea em nossa sociedade:

Decorrido algum tempo de convívio com as tecnologias de comunicação, essas já passam a fazer parte da vida cultural e do cotidiano não mais como um elemento estranho, que impõe rupturas, estabelece distâncias, estranhamento ou promove diferenciações. Antes, torna-se mais um elemento do convívio social. Mais um instrumento, que com suas peculiaridades, permite a organização de comunidades e a vida social [...] Pode-se dizer que há também uma territorialização pela linguagem, que sustenta, opera e concede existência aos programas, àquele espaço do ciberespaço; a identificação por esse ou por aquele software, por essa ou aquela interface gráfica. Nesse ínterim, ordem e estabilidade são incertezas. A única convicção é a da mudança. A cultura que emerge desse contexto é mista, nômade, instável e incoerente (SOUZA; COSTA, 2005, p.109).

Pessoas reais se encontram e se afetam no ciberespaço, cada uma com seu computador, independentemente do lugar físico onde cada uma se encontra, razão pela qual nenhum relacionamento pode vir a ser considerado falso ou ilusório simplesmente pelo fato de se realizar via internet (DONNAMARIA, 2013, p.6).

Para Levy (2005, p.47), “é virtual toda entidade desterritorializada, capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ela mesma presa a um lugar ou tempo em particular”.

Com o uso crescente das novas tecnologias da comunicação (NTICs) eclode uma variedade de possibilidades de linguagem e construção de novos ambientes e espaços para transformar as formas de se comunicar. Souza (2003, p.13) explica que isso decorre do fato de o ser humano, ao longo de sua história, manter-se sempre na expectativa de desvelar novos horizontes, explorar territórios alheios, impulsionado pelo desejo de interação e de descoberta.

Segundo Lévy (2005), o espaço cibernético é o terreno onde a humanidade funciona na atualidade. E acrescenta que o ciberespaço introduz a interação

coletiva, uma nova forma de relacionamento, de interação social e simbólica, de fazer e dar sentido às relações entre os seres humanos:

É um novo espaço de interação humana que já tem uma importância profunda principalmente no plano econômico e científico, e, certamente, esta importância vai ampliar-se e estender-se a vários outros campos, como por exemplo, na pedagogia, na estética, na arte, na política (...) Profissionais de várias áreas como: psicólogos, psicanalistas, pedagogos, artistas, entre outros profissionais que não estavam interessados em fenômenos tecnológicos passaram a dar mais atenção e interesse às questões tecnológicas dessa nova cultura, a cibercultura, considerada um novo equipamento coletivo de sensibilidade, de inteligência e de relação social (LÉVY, 2005, p. 13).

Em se tratando da classificação dos tipos de linguagem adotados no espaço cibernético, Marot (2003) designa como assíncrona a linguagem não verbal presente em todos os outros tipos de comunicação mediada pelo computador. Já a linguagem síncrona é caracterizada como a linguagem verbal mediada pelo computador, falada por meio de todos os recursos disponíveis aos sujeitos interconectados para se comunicarem em simultâneo pela voz, como é o caso dos chats e das videoconferências.

É com base nessas reflexões que se pretende investigar, neste estudo, qual é o efeito das novas tecnologias nos processos de significação e de subjetivação decorrentes de atendimentos virtuais de orientação psicanalítica, mediados não só pela linguagem, mas pelas novas tecnologias de linguagem.

1.7 Instantaneidade e produção de conhecimento

No que tange à instantaneidade e simultaneidade das interações mediadas pela tecnologia online, parece ser bastante profícuo recorrer à história das ideias linguísticas, para refletir sobre a relação entre conhecimento e tecnologia.

Para tanto, faz-se necessário considerar as atuais reflexões em torno das tecnologias de linguagem não como uma verdade imutável, mas sim levar em conta a sua historicidade, problematizando seus efeitos na sociedade.

Segundo Ferreira (2015, p.2), as tecnologias são geralmente associadas a um sentido de modernidade e novidade. De acordo com essa lógica, as tecnologias que se tornam obsoletas são rapidamente descartadas e esquecidas.

A produção de conhecimento e a criação de tecnologias não podem ser exploradas sem levar em conta o papel e o poder fundador da linguagem. Afinal, dentre as inúmeras e diversas tecnologias que o homem produz, muitas delas são tecnologias de linguagem, segundo a referida autora.

Os estudos de Aurox (1992, 1998) explanam sobre os efeitos de três importantes revoluções na história do homem referentes à linguagem, quais sejam: o aparecimento da escrita, a gramatização das línguas do mundo e a mecanização da linguagem por meio da informatização.

Aurox (1998 apud FERREIRA 2015) explica que a escrita teve um papel decisivo na passagem dos chamados *saberes epilinguísticos* – saberes inconscientes que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem – aos *saberes metalinguísticos* – saberes construídos e manipulados enquanto tais com a ajuda de uma metalinguagem. Sob este viés, pode-se tomar o aparecimento da escrita como uma revolução tecnológica, grande responsável por criar as condições necessárias para o advento das demais revoluções.

As três revoluções tecnolinguísticas são apontadas por Aurox (1998 apud FERREIRA, 2015) como instauradoras de instrumentos linguísticos externos ao indivíduo. Tais autômatos também não simularão nem substituirão verdadeiramente a competência humana, mas, sem dúvida, poderão prolongá-la e transformá-la (FERREIRA, 2015, p.8).

Desse modo, as tecnologias podem ser compreendidas não apenas como uma extensão do sujeito, visto que elas não se restringem a prolongar a competência humana, mas também a transformá-la, produzindo, assim, efeitos sobre o sujeito.

Em virtude disso, Ferreira (2015, p.9) afirma que, “em nossa sociedade, a escrita é uma tecnologia que vem sendo produzida e reproduzida através de diferentes tecnologias, transformando e re-transformando a inteligência humana e a sociedade”. A referida autora acrescenta:

É pela linguagem que o homem se significa no mundo e significa o mundo; é pela linguagem que ele produz e reproduz seus saberes, seus inventos, suas tecnologias, quaisquer que sejam eles. Se não fosse assim, as

tecnologias mais rudimentares seriam um mero acidente que não faria sentido. Seriam apenas um acidente não simbolizado, não interpretado, e que, por isso, não poderia ser reproduzido. Se o homem é um ser tecnológico, ele o é enquanto um ser de linguagem. É nesse sentido que a linguagem tem um papel e um poder fundador para quaisquer saberes e tecnologias que possam ser criados (FERREIRA, 2015, p.10).

A escolha do Skype como tecnologia de linguagem, alvo desta pesquisa, deve-se ao fato de ter se tornado uma das ferramentas que se encontram muito presentes em nossas práticas cotidianas pessoais, acadêmicas e profissionais. Através de sua utilização, acredita-se ser possível encurtar distâncias e superar barreiras espaço-temporais que se apresentam em no nosso cotidiano.

Face a este cenário, torna-se indispensável tomar como ponto de partida as tecnologias de linguagem disponíveis para então reinventá-las continuamente, tomando seus “dados” como textos, com toda a espessura e opacidade dos quais eles se constituem (FERREIRA, 2015, p.23).

Com o avanço crescente das novas tecnologias da comunicação (NTICs) eclode uma variedade de possibilidades de linguagem e construção de novos ambientes e espaços para transformar as formas de se comunicar e as formas de se fazer laços e vínculos sociais.

É nesse território digital do ciberespaço, uma das facetas do acontecimento tecnológico do século XX, que são tecidas, nesta pesquisa, as reflexões sobre a língua e seu funcionamento no espaço digital onde decorrem as conversas instantâneas pelas videoconferências do Skype. Além disso, interessa-nos também compreender como esses espaços digitais, nos quais o sujeito pode “livremente” manifestar o seu desejo através da fala, contribuem para a constituição do sujeito (DIAS, 2009).

Considerando o funcionamento discursivo no meio eletrônico e sua fluida materialidade digital, Ferrarezi e Romão (2012) assinalam que:

o ciberespaço móvel e articulado pelas redes da Internet é marcado pela velocidade de acesso a discursos que circulam pela sua topologia associativa, entre nós e links, que viabilizam outras formas e possibilidades de constituir sentidos que, para o sujeito-navegador, parecem ser infinitas, travestidas pela ilusão de tudo poder dizer, acessar e controlar, a qual foi flagrada por Pêcheux (1997), em suas considerações sobre os dois esquecimentos (FERRAREZI; ROMÃO, 2012, p.437).

É interessante observar, inclusive, que essa ilusão de tudo poder dizer e acessar também se materializa na fala dos entrevistados.

O ciberespaço é, assim, um espaço discursivo, onde também se encontram os embates, as relações desiguais de poder, que abarcam os sentidos dominantes, naturalizados pela ideologia e estabilizados pela memória, e aqueles que podem rompê-los, trazendo o novo, aquilo que outrora foi silenciado (FERRAREZI; ROMÃO, 2012, p.438).

Esses elementos serão resgatados no decorrer da análise do corpus, quais sejam: a repetição, na forma de já-dito, dos sentidos já naturalizados e a dispersão que produz sentidos outros.

Tais considerações reforçam, portanto, o interesse da presente pesquisa em investigar como os sentidos são produzidos nesse ciberespaço, como se dá o funcionamento da linguagem neste “território”, como ela é afetada e de que maneira tais elementos afetam o sujeito de linguagem.

Para tanto, recorreremos aos procedimentos analíticos da AD com o intuito de recuperar alguns dos sentidos produzidos pelos dizeres de analistas e pacientes sobre o atendimento online de orientação psicanalítica. É na materialidade linguística que podemos entrever algo que é reescriturado e retomado, isto é, ressignificado e re-dito, produzindo deslocamentos.

CAPÍTULO 2

DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA AD

Neste capítulo, será apresentado o dispositivo teórico-metodológico adotado para o desenvolvimento desta pesquisa. Iremos abordar desde a caracterização da investigação, a definição e delimitação do corpus discursivo, até os procedimentos de análise empregados. Esta pesquisa também se pauta nos estudos e conceitos contemplados no Capítulo 1, que fornecem o aporte teórico-analítico necessário para a compreensão e a reflexão acerca da temática aqui investigada.

2.1. O dispositivo teórico da Análise de Discurso

Com o intuito de observar os processos de significação que se dão tanto no documento oficial produzido e sustentado pelo CFP como na resposta dos entrevistados, esta pesquisa se insere no quadro teórico-metodológico oferecido pela AD, numa interface com alguns conceitos psicanalíticos que se mostram relevantes para desenvolver a temática aqui proposta, qual seja: o atendimento online de orientação psicanalítica.

Sob o viés discursivo, a unidade dos elementos linguísticos se dá pela deriva dos sentidos. Ou seja, a construção da coesão do texto não é feita pela coerência lógica de ideias, mas pelo movimento histórico (discursivo) dos sentidos. Daí a necessidade de caracterizar também o estatuto e o lugar da argumentação na Análise de Discurso, o que implica levar em conta os sujeitos, o político, a história e a ideologia – isto é, o discurso.

Encontrar o sentido construído a partir da/na materialidade linguística e histórica é também um dos objetivos da AD, não se circunscrevendo apenas ao âmbito das palavras, já que os sentidos estão intrinsecamente ligados à exterioridade, ou seja, às suas condições de produção (ORLANDI, 2007). Na visão de Orlandi (2007, p.40), “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário”.

Para Orlandi, que retoma o construto teórico de Pêcheux (2005, p. 21), o discurso é o “efeito de sentidos entre locutores”, a “palavra em movimento”. É por esta razão que uma mesma palavra, em textualidades similares e num mesmo espaço de enunciação, pode significar (designar) diferentemente (GUIMARÃES, 2002).

Ao operar sobre a textualização do político, a Análise de Discurso perscruta os gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. Uma vez que o político é constitutivo, a compreensão, ou melhor, a própria leitura, em Análise de Discurso, é também política (ORLANDI, 1998).

Orlandi (1998) sublinha que a Análise de Discurso (des)territorializa a noção de leitura pela noção de discurso enquanto efeito de sentidos, lançando assim uma crítica chamada "ilusão de conteúdo", responsável por produzir a impressão da transparência da linguagem:

Pelo trabalho da ideologia, o conteúdo se substitui à forma material, isto é, a forma tomada na história (historicidade), corp(oralidade) do sentido, linguístico-histórica. Expor o olhar leitor à opacidade do texto - finalidade da Análise de Discurso (M. Pêcheux, 1984) - é aceitar a inscrição da língua na história para que haja sentido. É aceitar ao mesmo tempo que há real tanto da língua quanto da história, sendo o sentido já um gesto de interpretação e o sujeito a própria interpretação (ORLANDI, 1998, p.74).

Desta perspectiva, pode-se afirmar que o sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, isto é, uma espécie de "posição". Em síntese, tratam-se de lugares "representados" no discurso.

No quadro da Análise de Discurso, a língua é concebida como ordem significante, capaz de produzir equívocos, falhas e deslizes. Conforme já assinalado, o sujeito deve ser entendido como histórico, posição que se produz entre outras, entre discursos distintos em uma relação regulada com a memória do dizer, que por sua vez é operada pelo esquecimento (ORLANDI, 1998):

Paralelamente, esse jogo torna possível a relação entre o real e a realidade, sendo o real função das determinações históricas das condições materiais do discurso e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso, em um processo de significação pelos dois esquecimentos: o que produz no sujeito a impressão de estar na origem do sentido e o que produz a impressão da realidade do pensamento (coincidência entre pensamento/ linguagem/ mundo) (ORLANDI, 1998, p.78):

A consequência disso é que os enunciados são tomados, pelo analista de discurso, a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas. As intenções, derivadas do nível da formulação, já foram, portanto, determinadas no nível da constituição do discurso, na qual as posições do sujeito já foram estabelecidas por uma relação desigual e contraditória com o dizer (ORLANDI, 1998, p.78).

Desse modo, as intenções são compreendidas como produtos dos processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto, pois as filiações ideológicas já estão pré-definidas e o jogo da argumentação deriva justamente das posições dos sujeitos, conferindo-lhes significado (ORLANDI, 1998):

Se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem, no entanto, sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva afetada pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido. Os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados (ORLANDI, 1998, p.78).

Os argumentos derivam também das relações entre discursos e têm um papel fundamental nas projeções imaginárias do nível da formulação, isto é, das antecipações. As considerações teóricas aqui abordadas são fundamentais para a compreensão dos processos de significação que permeiam nosso material de pesquisa.

2.2 Procedimentos teórico-analíticos da AD

De acordo com a AD, que fundamenta este estudo, interessa-nos observar como o sujeito de linguagem se posiciona discursivamente. Em virtude disso, a pesquisa em voga é de natureza interpretativa, já que o foco da AD está no sentido produzido, e não no conteúdo do texto¹¹.

Para a AD, a linguagem não é transparente, mas opaca, razão pela qual o analista de discurso deve se debruçar sobre a opacidade da linguagem, tendo em

¹¹ Enquanto a AD busca os efeitos de sentido associados ao discurso, a Análise de Conteúdo (doravante AC) focaliza somente o conteúdo do texto, sem estabelecer relações externas a este. Nesta acepção, a AD visa compreender os sentidos manifestados pelo sujeito através do seu discurso; ao passo que a AC busca compreender o pensamento do sujeito por meio do conteúdo expresso no texto, com base em uma concepção transparente de linguagem.

vista o posicionamento discursivo do sujeito, validado socialmente pelo entrelaçamento entre o social, a história e a ideologia, produzindo, assim, sentidos.

É a descrição da materialidade léxico-semântica do enunciado, portanto, que nos possibilita entrever a opacidade da linguagem e do enunciado, apontando para as suas consequências sociais, políticas, históricas e ideológicas.

Nesse âmbito, torna-se oportuno tecer algumas considerações sobre a prática de análise discursiva, sobretudo no que tange aos gestos de interpretação do analista a partir da descrição dos arranjos linguísticos. Esse tipo de abordagem permite, assim, descrever a materialidade posta (o objeto de análise) para compreender as especificidades dos dizeres produzidos pelos sujeitos entrevistados. Inserindo-se na perspectiva discursiva, Orlandi (2007) destaca que:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi (ORLANDI, 2007, p.30).

Nesse sentido, Orlandi (2007) argumenta que a análise não se limita à interpretação em si, tampouco busca uma solução para isso. Daí porque não se pode afirmar que existe verdade oculta nos textos, mas sim gestos de interpretação que o analista realiza, ancorado no dispositivo teórico-analítico da AD.

2.3 Definição e recorte do corpus

A presente pesquisa tem como foco o atendimento psicoterapêutico de orientação psicanalítica mediado pelo computador, o que nos leva a estudar as diferenças existentes entre o atendimento presencial e o online, bem como compreender o modo como os processos de subjetivação e de significação são afetados por esse tipo de atendimento, que possui uma materialidade virtual e não mais presencial.

O corpus da pesquisa é composto por respostas dadas a um roteiro para entrevista semiestruturada, contendo três perguntas abertas, de modo que os entrevistados pudessem falar livremente sobre a temática ora abordada.

Cabe ressaltar que o corpus discursivo foi recortado para análise, levando-se em conta os princípios da AD. Orlandi apresenta, no artigo “Segmentar ou recortar” (1984, p.9-26), os motivos pelos quais a Análise de Discurso trabalha com a ideia de “recortar”, ao invés de “segmentar”, como faz a Linguística. Segundo a autora, uma unidade discursiva representa fragmentos correlacionados de linguagem e situação de enunciação. Isso explica porque o recorte é uma unidade discursiva, isto é, um fragmento da situação discursiva. O recorte se diferencia, então, do segmento, que é, apenas, uma unidade da frase ou do sintagma.

Na segmentação, leva-se em conta a relação entre unidades dispostas linearmente. A hierarquização dos níveis de análise é feita mecanicamente. Já os recortes propostos pelo analista de discurso não ocorrem dessa maneira, uma vez que não existe uma passagem automática entre as unidades e o todo que elas constituem. Na perspectiva discursiva, o texto é visto como o todo em que se organizam os recortes. O todo se relaciona com as condições de produção, com a situação discursiva. O recorte remete à ideia de polissemia e não à de informação. Com efeito, é na e pela situação de interlocução que se fazem os recortes.

Compreende-se, para efeito da análise dos recortes discursivos, um contexto de interlocução menos imediato: o da ideologia. Desse modo, ao constituir um determinado corpus a respeito de uma questão, ou em torno de um acontecimento, o fizemos por meio da construção de uma “unidade discursiva” (ORLANDI, 1984) ou recorte de formulações feitas em certas condições de produção, que levam em conta a linguagem e a situação de enunciação. Para chegarmos aos recortes discursivos analisados a seguir também levamos em conta algumas regularidades enunciativas vislumbradas no corpus de pesquisa e que apontam para o já-dito, para a memória do dizer e para a formação discursiva na qual o enunciador se insere para que suas formulações produzam sentido(s).

Em se tratando desta dissertação, há corpus de arquivo, já que será analisado trechos da regulamentação mais recente do CFP acerca do atendimento psicoterapêutico online, como também corpus experimental, no caso: as respostas dos entrevistados a um questionário escrito.

Ainda sobre o modo de se abordar o corpus de pesquisa, segundo o dispositivo da AD, Orlandi (2007) afirma que uma prática discursiva se dá pela integração entre ideologia, história e linguagem. A ideologia é definida como o posicionamento do sujeito ao se vincular a um determinado discurso.

Para a autora, é possível dizer que a ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de “evidência”, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “naturais”.

Na ideologia, não há ocultação de sentidos, mas apagamento do processo de sua constituição. Conforme Orlandi (2007, p.49), “o trabalho ideológico é um trabalho de memória e do esquecimento, pois é quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá”. A referida autora (2007, p.49) conclui que “é justamente quando esquecemos quem disse, quando, onde e por que, que o sentido de colonização produz seus efeitos”.

Já a história representa o contexto social e histórico; e a linguagem, por sua vez, seria a materialidade do texto originando “pistas” do sentido que o sujeito pretende oferecer.

Cumprido esclarecer qual é o enfoque analítico conferido à pesquisa. Partindo da ideia de que qualquer elemento pode ser analisado como marca linguística ou discursiva, o dispositivo teórico-analítico da AD nos permite selecionar determinadas marcas linguísticas para interpretação. Em virtude disso, não é preciso analisar tudo o que aparece na entrevista, pois realiza-se uma análise vertical, e não horizontal, na qual o que mais importa é selecionar a marca linguística e relacioná-la com as condições sócio históricas de sua existência. Assim, as várias leituras do texto levarão o analista do discurso a estranhar as palavras ou formas sintáticas que marca (m) o discurso e/ou que se repete(m).

Para a coleta dos registros discursivos, utilizou-se a entrevista semiestruturada com um roteiro previamente estabelecido. As entrevistas foram realizadas por meio de um questionário elaborado e enviado para quatro sujeitos de pesquisa que fazem uso do Skype para realizar atendimentos psicoterapêuticos online de orientação psicanalítica.

Tendo em vista que o nosso interesse é investigar as formas de subjetivação e de significação que se dão no atendimento virtual de orientação psicanalítica, formulamos e endereçamos perguntas abertas aos analistas e pacientes, através

das quais nossos sujeitos de pesquisa pudessem discursivizar sobre esta nova modalidade de atendimento que tem se mostrado como uma possibilidade viável na atualidade. Interessou-nos saber dos entrevistados as diferenças que eles vivenciavam e identificavam entre os atendimentos online e presencial, bem como o modo como se posicionavam, discursivamente, neste tipo de atendimento mediado pelas novas tecnologias. Buscamos formular perguntas semelhantes tanto para os pacientes como para os analistas, de modo a contrapor e a vislumbrar como eles significam o atendimento via Skype, a partir do lugar que ocupam na formação social mais ampla.

O roteiro para entrevista semiestruturada é composto pelas perguntas abaixo, que foram respondidas por escrito e sem a presença física do pesquisador, já que o questionário (anexo) foi enviado e recebido por email:

- 1) Como é, para você, ser atendido/atender online?
- 2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?
- 3) Existe algum aspecto tecnológico que atrapalha ou ajuda nos atendimentos psicoterapêuticos online?

O contexto institucional do CFP, responsável por regulamentar a prática profissional, bem como o âmbito das novas relações interpessoais configuradas no ciberespaço são domínios que fazem parte das “condições” de produção do discurso, representadas no corpus em análise.

A delimitação dos eixos de análise nos possibilitou estabelecer alguns “recortes discursivos”, os quais foram analisados posteriormente. Com efeito, o recorte é uma consequência da teoria e uma construção particular feita pelo analista a partir de suas perguntas de pesquisa e dos objetivos que visa a contemplar.

Em se tratando da análise do documento emitido pelo CFP, o recorte foi feito no sentido de destacar as marcas linguísticas que ensejam efeitos de sentido associados às ideias de provisoriedade, bem como conflitos e equívocos que constituem o discurso da instituição.

Já em relação à análise das respostas dos analistas e pacientes às perguntas do questionário, os recortes foram feitos com o propósito de remontar os processos

discursivo-ideológicos que atuam na produção dos sentidos e o processo de subjetivação dos enunciadores diante desta nova modalidade de atendimento online, haja vista a necessidade de se adaptarem à realidade social e cultural (im)posta pelas novas tecnologias e por práticas pautadas pelo sistema capitalista-empresarial.

Com base em tais recortes, buscamos, a princípio, algumas regularidades enunciativas que nos apontam para a “formação discursiva” predominante nos acontecimentos discursivos abordados, bem como a heterogeneidade dos sentidos. Afinal, as regularidades materializadas nos dizeres analisados nos permitem, entre outras coisas, acessar os pré-construídos que evocam a memória do dizer em funcionamento na sociedade e o modo como sentidos outros são produzidos.

2.4 Procedimentos metodológicos

Para realização da presente pesquisa, inicialmente, procedeu-se a um levantamento bibliográfico sobre o tema investigado, para melhor delimitar o objeto de análise e os objetivos desta pesquisa. Posteriormente, foi elaborado o roteiro para entrevista semiestruturada e selecionados os entrevistados que fazem uso do atendimento psicoterapêutico online de orientação psicanalítica, de modo a contemplarmos os objetivos específicos deste estudo, partindo da materialidade posta por esses entrevistados.

O roteiro para entrevista foi enviado e respondido, via e-mail, por quatro analisandos e quatro analistas que fazem uso da tecnologia, mais especificamente do Skype, para efetivar os atendimentos psicoterapêuticos online.

O critério de escolha dos analistas entrevistados deveu-se ao fato de fazerem parte de uma mesma equipe, que atende pacientes que buscam um aconselhamento genético em um centro de pesquisa. São pacientes que, amiúde, têm dificuldades físicas de locomoção, já que são portadores de algum tipo de doença genética que afeta o desenvolvimento neuromuscular, neurológico, comportamental e humano – ficando, assim, impossibilitados de comparecer semanalmente ao consultório, para dar prosseguimento ao seu atendimento. Por esse motivo, foi ofertada esta modalidade de atendimento online como solução para manter tais atendimentos, cujos primeiros contatos entre analistas e analisandos, na

maioria das vezes, foram presenciais. Cada profissional escolheu aleatoriamente um paciente, que se submeteria ao tratamento online. Este dado é de significativa relevância, enquanto condição de produção específica do discurso analisado na presente investigação.

Cabe ressaltar que as perguntas endereçadas aos analistas e analisandos foram as mesmas. A partir das respostas fornecidas, procurou-se entrever, nas formulações postas, como cada um se subjetiva diante desta nova modalidade de atendimento.

Cumprе sublinhar, como já mencionado anteriormente, que o referido roteiro propôs perguntas abertas que mobilizassem as respostas dos entrevistados. Juntamente com o roteiro (ver anexo) foi enviado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), salientando a preocupação em manter o anonimato dos pesquisados e o nosso interesse de pesquisa.

Por fim, no que tange à análise, foram consideradas as condições de produção em um contexto sócio histórico e ideológico, para proceder à análise da regulamentação do CFP e, em seguida, das respostas dos analistas e pacientes entrevistados, finalizando com a discussão dos dados obtidos.

Com base nessas condições, buscou-se desvelar os efeitos de sentido produzidos em cada acontecimento discursivo, lembrando que os enunciadores se inserem em uma determinada formação discursiva para que seus dizeres produzam sentidos.

2.5 Processos discursivos na produção dos sentidos

Antes de iniciarmos a análise dos registros discursivos, iremos abordar, teoricamente, alguns processos discursivos, tendo em vista que alguns desses processos se materializaram em nosso corpus de pesquisa.

Segundo a perspectiva da AD, a linguagem é engendrada no batimento entre o mesmo e o diferente – em outras palavras, entre a paráfrase e a polissemia. A paráfrase constitui o que se pode denominar de matriz de sentido. Os processos parafrásticos pressupõem que, em todo dizer, há sempre algo que se mantém, ou seja, o dizível, a memória.

Nesse sentido, a paráfrase representaria o retorno aos mesmos espaços do dizer. Tal dispositivo analítico é de extrema relevância para a AD, porque todo dizer vai se estruturando a partir de famílias parafrásticas, que conferem continuidade espaço-temporal ao sentido formulado em algum ponto da linha histórica do indivíduo ou da sociedade (ORLANDI, 2007).

Pêcheux (1996) e Orlandi (2005) assinalam que o funcionamento da linguagem e a produção de efeitos de sentido se configuram pela relação pendular entre os processos parafrásticos e os polissêmicos:

Por paráfrase entende-se retomada dos dizeres para a atualização das palavras já ditas - uma nova significação e uma significação nova devido à polissemia, ou seja, atribuição de novos sentidos aos dizeres, por meio da criatividade (PAULON et al., 2014, p.30-31).

Portanto, a polissemia, em relação à paráfrase, é definida como o deslocamento, a ruptura na continuidade engendrada pela paráfrase, apresentando, assim, uma outra forma de dar continuidade ao processo de significação (que é mantida pela paráfrase), lidando continuamente com o equívoco (ORLANDI, 2007).

É justamente porque o real da língua está sujeito à falha e o real da história é passível de ruptura é que é possível ocorrer a transformação dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, 1999, p.36). Esta é a razão pela qual, para a AD, a incompletude é a condição essencial da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos e, por conseguinte, nem o discurso, já estão prontos e acabados.

Portanto, pode-se inferir que o discurso é construído a partir da tensão permanente entre a força do mesmo (paráfrase) e a força do diferente (polissemia) sobre o dizer. Embora os discursos sejam construídos por meio da paráfrase acerca de tudo o que já foi vivenciado, em alguns momentos, é possível realizar uma ruptura e experimentar um sentido novo no dizer cotidiano.

Enquanto a paráfrase evidencia-se como matriz de sentido, principalmente por sua tensão com a polissemia, a ela também se vincula o chamado interdiscurso, processo discursivo que se forma como a memória do dizer. O interdiscurso é entendido como aquilo que é falado antes, em outro lugar, independentemente, uma espécie de memória discursiva, responsável por sustentar cada tomada da palavra (ORLANDI, 2007).

Para a AD, o efeito metafórico também é um dispositivo analítico fundamental, caracterizada pelo uso de uma palavra em vez de outra, através de um processo de transferência que condiciona o modo de significação das palavras.

Segundo Pêcheux (1996), não existe sentido sem metáfora, visto que ela se constitui na relação estabelecida, a partir do deslizamento de sentidos entre palavras e expressões. Para Orlandi (2005), a metáfora é um dos lugares privilegiados no qual a ideologia e a historicidade se manifestam, dados os equívocos criados por essas variáveis no inconsciente do enunciador, permitindo que os sentidos conferidos pelos próprios sujeitos sejam evidenciados.

Por fim, a formação imaginária consiste na base constituinte das condições de produção do discurso, em virtude da organização mental que estimula o dito, ao permitir a formulação do que não pode ou não deve ser dito, isto é, o não-dito. As relações de sentido são produzidas a partir das referências e das inter-relações que os discursos configuram entre si (ORLANDI, 2005).

De acordo com Orlandi (2005), um discurso aponta para outros que o sustenta, fazendo parte de um processo discursivo mais amplo e sistematicamente contínuo. Acrescenta Pêcheux (1996) que um discurso é produzido em função das relações estabelecidas pelo seu autor com tudo aquilo que já foi dito, com a posição que ocupa e com a posição da pessoa para a qual o discurso é direcionado e assim sucessivamente.

A estratégia de antecipação requer que o enunciador experimente, mesmo que parcialmente, a posição de ouvinte, a partir do seu próprio lugar de enunciador. Essa habilidade, segundo Pêcheux, consiste na capacidade de imaginar o modo como o próprio discurso produz efeito no outro, antecedendo o ouvinte e predizendo onde este o aguarda. O processo de argumentação embasa-se, em grande parte, nesse mecanismo, produzindo seus efeitos no interlocutor.

Com efeito, uma das tarefas da AD é atravessar o imaginário que regula o sujeito em sua discursividade, desvelando o modo como os sentidos estão sendo produzidos para, então, perceber o que está sendo dito, afinal “os sentidos não estão nas palavras nelas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2005, p.42).

Desta perspectiva, a presente pesquisa buscará atravessar o imaginário que regula o já-dito sobre as novas tecnologias, apontando para o seu funcionamento e efeitos no atendimento psicoterapêutico online de orientação psicanalítica. Ao

ultrapassar esse imaginário, torna-se possível entrever como o efeito de evidência discursiva e de verdade se constrói nos relatos dos entrevistados desta pesquisa.

O referencial teórico-analítico acima fornecerá subsídios para investigar como analista e analisando se subjetivam e produzem sentidos diante de uma nova modalidade de atendimento psicoterapêutico.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS REGISTROS DISCURSIVOS

Neste capítulo será apresentada a análise do *corpus* discursivo da pesquisa. A seção encontra-se dividida em dois subcapítulos: o primeiro apresenta a análise de alguns recortes discursivos da Resolução nº 011/2012 do CFP; já o segundo, analisa alguns trechos dos depoimentos provenientes das entrevistas feitas com quatro analistas e quatro pacientes que praticam o atendimento psicoterapêutico online de orientação psicanalítica. Achamos pertinente, no item a seguir, proceder à análise discursiva da resolução que busca regulamentar e legitimar o atendimento psicoterapêutico realizado pela internet, de modo a vislumbrarmos como esse tipo de atendimento é discursivizado e de que modo interfere ou afeta os atendimentos online de orientação psicanalítica, lembrando que, como dissemos anteriormente, grande parte dos psicanalistas no Brasil são, também, psicólogos e, portanto, suas práticas são, em certa medida, geridas pelos conselhos fiscalizadores da profissão. Além disso, acreditamos que observar o modo como o conselho federal de psicologia e de medicina se posicionam diante do atendimento online refletirá o modo conflitante e hesitante com que a sociedade lida com esse tipo de prática mediada pela tecnologia.

3.1 O atendimento terapêutico online de orientação psicanalítica e o seu processo de regulamentação

O ciberespaço tem sido explorado para atingir os mais diferentes propósitos, inclusive para buscar por tratamentos psicoterapêuticos e/ou analíticos. A videoconferência via Skype, por exemplo, é uma ferramenta que se encontra muito presente em nossas práticas cotidianas pessoais, acadêmicas e profissionais.

A referida ferramenta permite aos sujeitos verem suas expressões faciais, suas posturas, ouvir os tons de voz, risos, choros, e outros elementos de comunicação verbal e não-verbal – oferecendo, dessa forma, condições similares a uma conversa presencial (DONNAMARIA, 2013, p.17).

Em que pesem as eventuais diferenças e/ou restrições entre os atendimentos presencial e online, não se trata de comparar as modalidades, e nem de defender uma modalidade em detrimento da outra, mas sim de investigar de que modo esses recursos afetam os processos de significação e de subjetivação no atendimento online – observando, assim, o seu funcionamento, sem apagar suas especificidades.

Segundo Carlino (2010) – psicanalista que exerce atendimentos online há mais de dez anos – a distância e a presença não podem ser mais entendidas como o espaço que separa dois corpos, mas sim como o nível de empatia e disponibilidade que um analista dedica a seu paciente. Para este autor, a transferência entre analista e analisante pode prescindir da presença física:

A transferência, um dos elementos-chave de um processo psicanalítico, pode ter seu leque de possibilidade de produção e emergência potencialmente ampliado na internet. Isso porque o paciente, ao não ter ao seu lado o analista, desprende-se mais facilmente na ancoragem da realidade concreta que ele implica (CARLINO, 2010, p.133).

Nesse sentido, o atendimento psicoterapêutico online poderia contribuir para circunstâncias nas quais o encontro presencial estivesse impossibilitado. Embora haja uma demanda crescente por este tipo de modalidade terapêutica, ainda são incipientes os estudos referentes às normas e regulamentações promulgadas pelo Conselho Federal de Psicologia (doravante CFP).

Na era do virtual, temos nos deparado com muitos desafios, entre os quais destacamos os aspectos éticos que trazem mudanças de paradigmas que nos levam a repensar as ações em nosso cotidiano, inclusive no que diz respeito à nossa formação e prática profissional, diretamente afetada pelos aspectos éticos e jurídicos disseminados na sociedade.

Destarte, considera-se produtivo e oportuno estimular questionamentos concernentes à formação e à atuação dos psicoterapeutas e psicanalistas na sociedade, destacando a ética como condição primordial para os futuros profissionais, haja vista que a ética “acontece no interior do ser humano e se verifica a partir do momento em que questionamos a ação ou conduta praticada ou que se pretende praticar, como uma maneira de controle interno da ação humana” (PINHEIRO et al., 2006, p.116).

A palavra ética origina-se do termo grego *ethos*, que significa “caráter”, “costume” ou “modo de ser” dos homens. Em linhas gerais, ética pode ser definida

como o conjunto de princípios e valores de que serve para orientar as condutas dos seres humanos.

A questão da ética pode ser entendida como intrínseca a qualquer prática profissional, em especial à prática terapêutica e analítica, que se ocupa da saúde psíquica do paciente. A ética na psicologia é pautada por um código de conduta que funciona como lei a ser seguida; já na psicanálise, o que vale é a ética do desejo - uma espécie de ética fundamentada pela responsabilidade, implicando que o sujeito não ceda de seu desejo diante do gozo. A ética do desejo, portanto, humaniza e essencializa o sujeito, protegendo-o do gozo, que seria um excesso, ultrapassagem da barreira da lei. Vale sublinhar também que a ética, na psicanálise, não se pauta em uma ética sócio-historicamente compartilhada ou universal, que dita as condutas certas ou erradas nas práticas sociais atuais, mas sim em uma ética singular. No caso deste estudo, estaremos olhando para atendimentos online de orientação psicanalítica.

No âmbito profissional, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) - que dita os valores a serem seguidos e preservados pela classe de psicólogos - concebe a ética como um código de conduta baseado em valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas e, por isso, passível de transformações no tempo, devendo ser rediscutido sempre que uma nova prática é proposta (CFP, 2005a).

A proeminência dos atendimentos psicoterapêuticos online acabou rompendo com as premissas básicas de um atendimento convencional, mobilizando, assim, o CFP, que regulamenta os atendimentos psicoterapêuticos e outros serviços psicológicos, a debater o assunto. Tal fato deu origem, em setembro de 2000, à primeira regulamentação sobre o atendimento psicológico mediado por computador – a Resolução CFP nº 003/2000 (anexo).

Logo após a primeira normatização, foi promulgada a Resolução CPF nº006/2000 (anexo), instaurando a Comissão Nacional de Credenciamento e Fiscalização dos Serviços de Psicologia pela Internet, “responsável pela avaliação, acompanhamento e fiscalização dos sites” (CFP, 2000b).

A Resolução do CFP nº12/2005 (anexo), por sua vez, revoga a primeira normatização acerca do atendimento online, não reconhecendo sua eficácia enquanto tratamento, a não ser pelo caráter experimental e científico, desde que o mesmo não tenha função psicoterapêutica. Além disso, o serviço de atendimento psicológico oferecido deveria ser identificado por meio de uma credencial de autenticação eletrônica

concedida pelo CFP, a partir de um processo de credenciamento de website do profissional responsável, destinado à sua oferta (DONNAMARIA, 2013, p.25).

Como já mencionado anteriormente, o fato de a Psicanálise não estar vinculada ao CFP e de não ser regulamentada por nenhum outro Conselho Federal confere certa liberdade aos seus atendimentos que não são normatizados. Por outro lado, exige-se, da maioria dos psicanalistas que atuam em instituições públicas, escolares, dentre outras, que estes também sejam psicólogos (além de psicanalista) e possuam registro no conselho da categoria. Assim sendo, esses profissionais também estão submetidos às normas do CFP.

Mais recentemente, o Conselho Federal de Medicina (doravante CFM) manifestou-se contra os atendimentos online, por meio da Resolução nº 1.974/2011 publicada no Diário Oficial da União em 19 de agosto de 2011 e entrando em vigor 180 dias depois, conforme previsto. Um dos destaques da nova regra é a proibição das consultas por telefone e internet. O objetivo é evitar que médicos ofereçam, exclusivamente, serviços a distância. Na visão do CFM, a consulta física é insubstituível.

Contudo, a medida não afeta quem consulta um médico de confiança para tirar dúvidas corriqueiramente: “O médico pode, porém, orientar por telefone pacientes que já conheça, aos quais já prestou atendimento presencial, para esclarecer dúvidas em relação a um medicamento prescrito, por exemplo” (Publicada no *D.O.U.* de 19 de agosto de 2011, Seção I, p.241-244), estabelece o documento sobre a proibição. Ao permitir a orientação por telefone a pacientes já conhecidos pelo médico, ou que ele já tenha atendido presencialmente, o excerto acima materializa a contradição e a inconsistência inerente à tentativa de regulamentação da prática profissional por parte do CFM. O referido trecho produz um efeito de pré-construído sobre o atendimento presencial que seria a base para qualquer outro tipo de atendimento, como se o atendimento presencial garantisse e assegurasse a boa comunicação e vínculo entre médicos e pacientes.

Desta maneira, médicos terão que seguir as regras do CFM para uso de redes sociais, como Twitter e Facebook, que não poderão ser usadas com o objetivo de angariar clientela. Fica também proibida a divulgação de telefone e endereço de consultórios por esses meios.

Em virtude do aumento de websites credenciados e do desenvolvimento tecnológico dos últimos anos, o CFP reabriu o debate por meio da promoção de

eventos na área. O resultado foi a recente publicação da Resolução CFP nº11/2012 (anexo), em vigência desde dezembro do mesmo ano. Embora mantenha os serviços psicoterapêuticos online restritos ao credenciamento eletrônico e ao domínio da investigação científica, a nova regulamentação traz algumas inovações, tais como a permissão do atendimento eventual de clientes em trânsito ou que se encontram momentaneamente impossibilitados de comparecer ao atendimento presencial.

Ademais, o CFP (2012, s/n) destaca que “em quaisquer modalidades destes serviços ao psicólogo estará obrigado a especificar quais são os recursos tecnológicos utilizados para garantir o sigilo das informações e esclarecer o cliente sobre isso”.

Com efeito, a questão da privacidade no atendimento psicoterapêutico online levanta discussões. Segundo Donnamaria (2013, p.26), assim como o ambiente presencial deve ser preservado, é indiscutível proteger o computador, e as comunicações por ele processadas, do acesso de pessoas desautorizadas.

No que tange à preservação do sigilo, é fundamental adotar medidas de segurança online, tais como a atualização dos programas de proteção do computador, como antivírus, antispam e *firewall*, a fim de evitar a invasão de *hackers*, não abrir mensagens ou links de origem duvidosa ou desconhecida, acessar a internet em ambientes privados, etc.

Diante deste quadro, o que se nota é que a tecnologia está cada vez mais presente em nossa sociedade e em nossas relações interpessoais. Embora as pessoas se comuniquem cada vez mais por intermédio dos dispositivos eletrônicos, os Conselhos, que regulamentam as profissões, tentam, através de resoluções, normatizar e coibir tais ferramentas, denegando o que já está inscrito e em pleno funcionamento na sociedade, ao invés de buscar compreender essa nova modalidade de intervenção clínica, seus efeitos e desdobramentos. Com efeito, esta divergência também será perscrutada ao longo deste estudo.

De acordo com Donnamaria (2013):

No Brasil, a despeito da regulamentação do CFP, é expressivo o número de profissionais psicólogos e não psicólogos oferecendo atendimento online sem qualquer referência aos preceitos estabelecidos na Resolução em vigor. Em 2011, contra os 204 websites cadastrados, existiam mais de vinte mil oferecendo terapia online (...) (DONNAMARIA, 2013, p.29).

Não cabe mais, portanto, ignorar ou refutar o assunto. Independentemente de se querer ou não incorporar a prática do atendimento online, conhecer e participar das discussões em torno desta temática é uma maneira de nos prepararmos para lidar com essa nova possibilidade de prática profissional, cada vez mais demandada pelo campo da Psicologia e da Psicanálise, bem como da Medicina e da Educação. Trata-se, também, de um modo de conhecer como este fenômeno afeta o ato analítico (predominantemente presencial desde sua criação) e, conseqüentemente, os processos de significação e de subjetivação que nele se dão, nas condições de produção atuais do discurso.

3.2 Analisando o discurso institucional do CFP

O contexto de exercício profissional da psicoterapia vem se estabelecendo, ao longo dos anos, como uma modalidade de intervenção que extrapolou o domínio dos atendimentos clínicos, das pesquisas laboratoriais, das escolas e do setor de recursos humanos das empresas, estendendo-se em função de novas demandas sociais e produzindo outros sentidos.

Este é justamente o desafio com o qual o Conselho Federal de Psicologia tem lidado desde 2000, quando aprovou a primeira regulamentação sobre o atendimento psicológico mediado por computador, até os dias atuais, com a Resolução nº 011/2012, que regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios eletrônicos de comunicação a distância e o atendimento psicoterapêutico – vale destacar, “em caráter experimental”.

Ou seja, a referida normatização ainda está aberta a discussões e ajustes entre os atores envolvidos nesta teia ideológica e discursiva, tais como os membros do Conselho, a comunidade acadêmico-científica, profissionais liberais ou contratados por diferentes organizações.

A princípio, este capítulo discorre sobre as discursividades (memória discursiva, interdiscurso) que permeiam a regulação mais recente produzida pelo CFP, o que implica, primeiramente, em definir um dos conceitos essenciais para a nossa análise: o de instituição. Segundo Albuquerque (1978), instituição é o conjunto de relações sociais que se repetem, com a finalidade de cumprir com certos

propósitos comunicativos ou demandas sociais. Devido a essa espécie de “ritualização”, acabam por legitimar-se.

Aliar este conceito de instituição à noção foucaultiana de práticas discursivas torna-se bastante produtivo, já que toda instituição social se caracteriza como um elo entre discurso e prática. Tal conceito reúne elementos tanto da criação e adequação dos discursos - constituídos por uma unidade complexa de enunciados - quanto da aplicação destes, nas instituições e nas relações sociais (FOUCAULT, 1996). Como resultado, é definido um saber e, ainda, são determinadas as funções e as formas de comportamento de um dado período histórico.

Tal legitimação acontece em decorrência dos efeitos de reconhecimento dessas relações que se tornaram naturalizadas, como se sempre tivessem existido. Os trechos da resolução que trata da legitimação ou reconhecimento do atendimento psicoterapêutico a distância, destacados abaixo, sinalizam a importância da divulgação ampla dos resultados das pesquisas envolvendo o atendimento psicoterapêutico online, a fim de obter o devido reconhecimento da comunidade científica:

[...] Art. 10. **O reconhecimento da validade** dos resultados das pesquisas em atendimento psicoterapêutico realizadas por meios tecnológicos de comunicação a distância **depende da ampla divulgação dos resultados e do reconhecimento da comunidade científica** e não apenas da conclusão de pesquisas isoladas (CFP, Resolução nº 011/2012).

Adotar a referida concepção de Albuquerque acerca de instituição é importante porque nos coloca na posição de agentes, como se fôssemos atores em cena. É a nossa ação, portanto, que constitui a instituição, que inclusive a reproduz e legitima, até mesmo em termos de reconhecimento e desconhecimento.

É interessante ressaltar ainda que, apesar de se tratar de uma resolução que funciona como um documento que regulariza a prática psicoterapêutica, não há, no artigo destacado acima, uma conclusão ou um posicionamento mais assertivo sobre a legitimação do atendimento a distância. Tal reconhecimento, segundo o documento, está atrelado ao reconhecimento da comunidade científica, o que aponta para o lugar de destaque da ciência em nossa sociedade e dos saberes que ela produz e engendra.

Além disso, cumpre ressaltar que toda instituição instaura um objeto (imaterial, impalpável), ou seja, é aquilo em nome de que ela se faz, e cujo monopólio é reivindicado numa delimitação de âmbito de ação com outras instituições (ALBUQUERQUE, 1978). Cabe, ainda, sublinhar que toda instituição se constitui na e pela relação que estabelece com o seu público-alvo, no caso em questão, na relação entre o CFP e os profissionais que devem seguir as suas normas, como condição para atuarem no mercado e atenderem seus pacientes de maneira regulamentada. Pode-se notar, ao longo da leitura do regulamento, a tensão existente entre as diferentes vozes e posicionamentos ideológicos que o documento materializa.

Os termos em destaque nos trechos abaixo apontam para o movimento de tensão, transição e provisoriedade acerca da regulamentação do atendimento online:

[...] Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico **em caráter experimental**.

[...]

CONSIDERANDO os encaminhamentos dos Congressos Nacionais de Psicologia – CNPs – a respeito da necessidade de que o Sistema Conselhos de Psicologia **deva continuar a aprimorar a validação de sites** que possam prestar serviços psicológicos pela internet, de acordo com a legislação vigente, **ainda que em nível de pesquisa**;

[...]

Art. 1o. São reconhecidos os seguintes serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância **desde que pontuais**, informativos, focados no tema proposto e que não firam o disposto no Código de Ética Profissional da (o) psicóloga (o) e esta Resolução.

O excerto “em caráter experimental” é frequentemente repetido ao longo do texto, configurando um efeito de polissemia, conferindo a ideia de continuidade ao caráter provisório da regulamentação do atendimento online. Tal ideia, associada também à sugestão de ressalva, aparece reescrita de outras maneiras, conforme podemos observar em “deva continuar a aprimorar”, “ainda que em nível de pesquisa”, “desde que pontuais”, materializando, assim, a retomada de algo que já foi mencionado, por repetição.

Nota-se, desse modo, o engendramento de uma relação instituída pelo jogo de forças, de poder e de resistência dada no e pelo discurso do CFP, que visa

materializar um saber ou uma verdade sobre práticas discursivas que fogem aos padrões já regulamentados anteriormente, já que se dão a distância, por meio das chamadas tecnologias da comunicação e informação.

Aliando a noção de discurso de Pêcheux (1996), produzido pelas relações estabelecidas pelo seu autor com tudo aquilo que já foi dito, à noção de discurso como dispositivo-ato-instituição, torna-se possível considerar a CFP como instituição que regulariza não só a prática profissional, mas também a produção de conhecimento, e cujo exercício constrói um discurso que produz e reproduz verdades, com base no discurso da ciência.

Conceber a CFP como instituição requer definir um objeto imaterial ou impalpável, em nome do qual ela é exercida e sobre o qual reivindica o monopólio de legitimidade. Segundo Foucault (1995), todo saber se constitui através dos jogos de verdade que têm origem na tessitura das correlações de força, poder e resistência, bem como nas relações que daí são instituídas, para então dar conta de alguma espécie de perigo ou risco social.

Afinal, é no próprio ato de conhecer que se exerce o poder, razão pela qual normas são construídas pelos dispositivos e discursos que constituem o CFP que, além de regulamentar, orienta e fiscaliza o exercício profissional de psicólogos - que acaba resvalando no trabalho dos psicanalistas - também tem a missão de promover espaços de discussão sobre os grandes temas da Psicologia, levando assim à qualificação dos serviços profissionais prestados pela categoria à sociedade.

Ao considerar o discurso como acontecimento, extrapolando o âmbito das palavras, Foucault (1996) o compreende como um produto de procedimentos institucionais que evitam o acaso, controlam o imponderável e alimentam nossa vontade de verdade. Portanto, é no discurso que se constroem verdades, obedecendo a condições e exigências de controle do que será creditado como uma prática profissional verdadeira e regulamenta por parte dos psicólogos, conforme pode ser observado nos seguintes trechos:

[...] Parágrafo Único: Em quaisquer modalidades destes serviços **a(o) psicóloga(o) está obrigada(o) a especificar** quais são os recursos tecnológicos utilizados para garantir o sigilo das informações e esclarecer o cliente sobre isso.

[...]

Art. 2º. Quando os serviços psicológicos referentes à presente resolução forem prestados regularmente pelo profissional, **este está obrigado à**

realização de cadastramento desses serviços no Conselho Regional de Psicologia no qual está inscrito. **Para realizar este cadastro o profissional deverá manter** site exclusivo para a oferta dos serviços psicológicos na internet com registro de domínio próprio mantido no Brasil e de acordo com a legislação brasileira para este fim.

[...]

Art. 5º. A permissão de funcionamento do site mediante cadastro terá a duração de 3 (três) anos renováveis por igual período, entretanto, **a(o) psicóloga(o) está obrigada(o) a comunicar** ao seu Conselho Regional sempre que houver qualquer alteração de conteúdo no site que oferece os serviços.

Vale destacar a tentativa de normatizar, controlar e regulamentar uma prática que se dá e se apresenta de novas maneiras na atualidade. Essas obrigações impostas ao profissional que queira realizar o atendimento online consistem em formas de assujeitá-lo no e pelo discurso, por meio de dispositivos de inclusão e exclusão que representam mecanismos de controle e de poder, tais como a realização de cadastramento, a manutenção de um site oficial e a comunicação de determinadas exigências e especificidades.

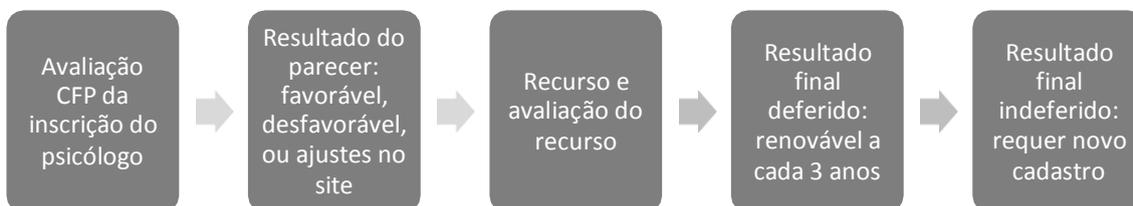


Figura 2 - Procedimento de cadastro do site para terapeutas que pretendem oferecer o atendimento online, segundo recomendação do CFP.

Contudo, vale dizer que as relações de poder também oferecem a possibilidade de resistência, pois só há relações de poder onde há sujeitos livres: livres para resistir, para escapar, para atacar, para se mover, ou mesmo, para inverter a situação (FOUCAULT, 2004).

Isso porque o efeito de verdade que emana dessas práticas depende tanto da inserção dos seus agentes como da noção de pertencer aos rituais de conduta ética da sua ciência – apresentando-se, via práticas discursivas já normatizadas, entre os que podem proferir a palavra verdadeira.

Isso quer dizer que toda produção de um saber/poder não passa de uma espécie de reconhecimento da verdade que é sócio-historicamente legitimada via discurso, cujo estatuto é convencionalmente estabelecido, por meio de processos discursivos.

3.3 Analisando as formulações de analistas e pacientes

Com o propósito de compreender o processo de subjetivação dos sujeitos que fazem uso do atendimento psicoterapêutico online de orientação psicanalítica, bem como as especificidades desta modalidade de atendimento, passemos à análise discursiva das respostas dadas pelos analistas e analisandos, a partir das perguntas que compõem o questionário de pesquisa.

Antes de procedermos à análise, apresentamos uma breve descrição dos entrevistados, já que tais informações, enquanto condições de produção estritas do discurso, afetam diretamente a produção de sentido(s) dos enunciados que se seguem. Em outras palavras, é importante abordarmos as condições de produção estritas do discurso que nos permitem observar o lugar que o sujeito enunciator ocupa na formação social mais ampla e que incide, diretamente, na produção dos efeitos de sentido que seu dizer produz.

- A primeira analista entrevistada (A1) é psicóloga, formada há 40 anos, com 60 anos de idade. Possui formação em psicanálise há 35 anos. Realiza atendimento online há 4 anos. É professora e supervisora em uma universidade federal, além de possuir consultório particular.

- A Analista 2 (A2) é advogada e jurista, formada há 32 anos, com 63 anos de idade. Possui formação em psicanálise há 24 anos. Realiza atendimento online há 5 anos, integrando, também, o projeto genoma desenvolvido na USP. É professora e jurista ligada a uma universidade particular, além de possuir consultório particular.

- A Analista 3 (A3) é engenheira de produção, formada há 38 anos, com mestrado e doutorado pela Escola Politécnica de São Paulo, e 63 anos de idade. Possui formação em psicanálise há 12 anos. Realiza atendimento online há 4 anos. É

mestranda em psicanálise na Université Paris VIII Vincennes - Saint-Denis e possui consultório particular.

- A Analista 4 (A4) é psicóloga formada há 23 anos, com 42 anos de idade. Possui formação em psicanálise há 20 anos. Realiza atendimento online há 8 anos, integrando, também, o projeto genoma desenvolvido na USP. É diretora de ensino em um instituto de psicanálise e possui consultório particular.

- O Paciente 1 (P1) é médico, com 25 anos de idade. Possui consultório particular. Iniciou a análise há dois anos, antes de se mudar. Realiza o atendimento psicoterapêutico online há 1 ano e 8 meses.

- O Paciente 2 (P2) é farmacêutico e estudante de medicina, com 24 anos. Iniciou a análise há três anos, antes de se mudar de cidade. Pratica o atendimento online há 1 ano e 5 meses.

- O Paciente 3 (P3) é estudante de cursinho preparatório para Medicina, com 19 anos de idade. Iniciou a análise há 2 anos, já morando em uma cidade diferente da cidade do seu analista. Realiza o atendimento online há 8 meses.

- A Paciente 4 é médica e professora em uma universidade federal, com 54 anos de idade. Iniciou sua análise há 3 anos antes de se mudar. Submete-se ao atendimento online há 4 anos.

Vale ressaltar que a maioria dos pacientes que procura por essa modalidade de tratamento virtual é bastante jovem. Os jovens desta geração, diferentemente de outras gerações, parecem ter uma relação bastante próxima e significativa com as novas tecnologias, conforme será possível perceber na análise do corpus.

3.3.1 O posicionamento do analista

Ao responder à pergunta “Como é para você ser atendido/atender online?”, o analista 1 (A1) parece reproduzir o posicionamento da regulamentação do CFP, sobretudo quando “indica” o atendimento online para os casos em que o analisando estiver impedido de comparecer às sessões:

Atender online é uma nova possibilidade de intervenção **indicado** principalmente para quem está impedido de comparecer às sessões. [...]

Paralelamente, A1 reconhece, através da afirmação categórica e das suas escolhas lexicais, a legitimidade do atendimento, ao afirmar que “Atender online ‘é’ uma nova ‘possibilidade’ de intervenção”. Interessante destacar ainda, no excerto anterior, a presença do vocábulo “indicado” que evoca o discurso médico que, por sua vez, prescreve e indica a conduta a ser seguida. Para reforçar a legitimidade ao atendimento online, **A1** destaca, ainda, o fato de o tratamento ter sido iniciado presencialmente, na tentativa de respaldar ou validar sua conduta:

Iniciei quando alguns pacientes mudaram de cidade e tinha o **respaldo** de um **tratamento iniciado com atendimento presencial**. [...]

Embora apresente ressalvas em relação ao atendimento online, nas respostas seguintes, **A1** revela uma postura um tanto quanto diferente: ele ratifica, através do interdiscurso que permeia o seu dizer, a importância de se adaptar aos novos tempos, acompanhando a evolução sociocultural, afirmando que “não teve maiores dificuldades” (apesar de repetir o argumento sobre ter iniciado o tratamento presencialmente), conforme pode ser observado a seguir:

[...] Além disto, **é uma adaptação aos novos tempos, uma maneira de acompanhar a evolução sociocultural**. [...] Como minha experiência se deu com pacientes que haviam iniciado o tratamento de forma presencial **não tive maiores dificuldades**.

Ao dizer “minha experiência se deu com pacientes que haviam iniciado o tratamento de forma presencial; não tive maiores dificuldades”, A1 deixa escapar o pressuposto de que o atendimento psicoterapêutico circunscrito exclusivamente à modalidade online pode trazer “dificuldades”.

Contudo, aquilo que é explicitamente verbalizado como único empecilho por A1 para condução do atendimento online são as falhas na conexão de internet; é como se as falhas de conexão apagassem todas as outras dificuldades que qualquer situação de enunciação interpessoal pode produzir:

O que atrapalha são as falhas na conexão com a internet, às vezes limitada e até mesmo impedida [...].

O analisando é incorporado ao seu discurso quando **A1** diz que ambos estabeleceram um novo *setting* terapêutico, com a discussão do horário, o local, o silêncio e o uso do divã:

[...] No início houve apenas uma adaptação ao novo espaço, **estabelecemos um novo setting terapêutico, ou seja, o horário, o local, o silêncio e o uso do divã foram discutidos.**

E ainda aponta como benefício possibilitado pelo atendimento online o conforto e a chance oferecida aos analisandos de não interromperem o atendimento.

O que auxilia é o **conforto e a chance oferecida ao analisando e os pacientes até o momento não interromperam o atendimento.**

Os excertos acima parecem se inserir na formação discursiva capitalista, que valoriza o conforto e a comodidade do paciente – que é posto no lugar de cliente e se mantém satisfeito com o atendimento ofertado.

Segundo Moreira e Esteves (2012), o *setting* psicoterápico oferece uma base sólida e constante para que a prática psicoterapêutica possa ter início e se desenvolva:

A segurança de um local que, em silêncio, permeará todas as sessões, dá ao terapeuta e ao paciente definições claras sobre seus papéis e sobre a técnica. Assim, o terapeuta pode encontrar soluções até mesmo quando algo lhe foge do controle, pois ele terá um ambiente seguro e regras técnicas bem fundamentadas e incorporadas por ele em seu modo de agir. Poder retomar ao enquadre sempre que houver necessidade é a segurança de que estamos no caminho certo, como terapeutas, de que sabemos qual é o nosso lugar, mantendo, por exemplo, a neutralidade e a abstinência (MOREIRA; ESTEVES, 2012, p.1).

Contudo, ao longo das formulações dos entrevistados, podemos perceber que o uso de ferramentas virtuais como o Skype provoca mudanças e transformações no *setting* analítico que precisam ser endereçadas, e não silenciadas ou evitadas. Desta perspectiva, Ribeiro (2010) argumenta:

[...] acreditamos também que o *setting* é mais do que o ambiente físico ou os acordos (mais ou menos) estáveis negociados no contrato terapêutico. Ele integra também um “espaço mental” que permite manter os papéis e a ética sem depender do ambiente físico, do local. Assim, o terapeuta pode internalizar o “lugar” do *setting* e não o perderá por contingências do espaço físico ou do meio envolvente (RIBEIRO, 2010, p.60).

Esta noção mais flexível em torno do *setting*, assentada pela ética da psicanálise, vai justamente ao encontro das mudanças impostas pela sociedade atual, dominada pelas relações cotidianas no ciberespaço que se refletem na prática psicoterapêutica.

Já o Analista 2 (**A2**) – que atende pacientes e faz supervisão online – inicia o seu relato dizendo que não sentiu nenhuma diferença entre a supervisão presencial e a online, apresentando como justificativa para a realização da última o fato de ter sido uma situação excepcional e urgente.

Cumpramos destacar que, embora tentem se posicionar de forma favorável à nova modalidade de atendimento online, veremos que os analistas entrevistados buscam justificar o porquê de terem iniciado essa forma de atendimento que, embora esteja em experimentação, ainda não se encontra totalmente regulamentada pelo CFP. A2, por exemplo, atribui a isso o caráter de urgência da supervisão¹².

Foi uma supervisão **urgente**. Não senti nenhuma diferença entre a supervisão presencial e a on-line. Talvez, porque se tratava de uma situação excepcional.

Apesar de afirmar não ter sentido diferenças entre a supervisão presencial e a online, logo em seguida, o enunciador posiciona-se negativamente em relação à modalidade de atendimento em voga, ao alegar “prefiro o atendimento presencial”, pois a diferença entre os dois atendimentos é grande, e que é muito difícil dar continuidade ao atendimento. Um de seus analisandos, inclusive, acabou desistindo. Em sua fala, **A2** parece associar o insucesso da sessão online ao fato de não haver nenhuma sessão presencial.

Sinceramente, prefiro o atendimento presencial, porque certos tipos de manejo (gestos) **só** fazem efeito no presencial.

[...] Está sendo **muito difícil**. [...] **Não funcionou**.

¹² Considerada um dos pilares básicos para a formação de um psicanalista, a supervisão visa fornecer os meios para que o analista desenvolva as suas habilidades até que tenha condições plenas de auxiliar os seus pacientes com as mesmas técnicas básicas, ajustando-as conforme as necessidades de cada um (SILVA, 2003). Além disso, a supervisão de psicoterapia também oferece ao aluno o feedback sobre sua performance, apontando para outras alternativas possíveis diante de alguma dúvida sobre qual rumo seguir em relação ao tipo de intervenção a ser adotada. Isso contribui, portanto, para o processo de formação da identidade do terapeuta (WATKINS JR., 1997).

Com efeito, por meio do uso de modalizadores como “sinceramente”, “prefiro”, “só” e “muito”, A2 evidencia o seu posicionamento favorável ao atendimento presencial, mostrando-se reticente em relação ao atendimento online.

Além disso, **A2** demonstra-se tão contrário ao atendimento virtual que recorre à ironia: “o corte da sessão é uma maravilha”. Conforme foi explicado no capítulo teórico, o corte da sessão é um manejo no atendimento, de certa forma obrigando analista e paciente a resgatarem os principais pontos discutidos para conseguir retomar a sessão. Contudo, logo em seguida, **A2** emenda com **mais** uma modalização categórica: “Não há a menor possibilidade de retomar o assunto”.

[...] O corte da sessão é uma maravilha. Não há a menor possibilidade de retomar o assunto para esticar e consertar.

Assim como **A1**, também **A2** aponta para as interrupções técnicas como um aspecto tecnológico que interfere negativamente no atendimento online, sobretudo em termos de escuta e intervenção. E omite-se de apontar para alguma ajuda proporcionada por esta modalidade.

Quando cai a linha no meio de uma narrativa importante, **a escuta sofre. Até retomar escapou** a oportunidade de intervenção.

O relato acima aponta para as implicações da tecnologia no processo de escuta, resignificando-o. Ou seja, a virtualidade do atendimento está sujeita às falhas da internet, as quais podem acabar funcionando, à revelia do analista, como um corte acidental da sessão e trazer consequências indesejadas para o percurso analítico. O corte indesejado da sessão produz significação tanto para o paciente como para o analista e acaba exigindo diferentes manejos e tomadas de posição que provavelmente seriam diferentes se o atendimento fosse presencial.

O Analista 3 (**A3**), por seu turno, mostra-se mais aberto à modalidade de atendimento online, dizendo que lhe é “muito natural”, salientando, inclusive, que já a pratica “há pelo menos três anos”, argumento este que, de certa forma, parece legitimar o atendimento online, ratificando sua possibilidade e continuidade.

Atender online, **para mim é muito natural, já faço isto há pelo menos três anos.** Não tenho problemas, mesmo que seja um primeiro atendimento **sinto que é como se fosse presencial.**

Ao dizer “sinto que é como se fosse presencial” A3 acaba confessando que o atendimento presencial consiste na medida de todos os atendimentos, ou como um ideal a ser alcançado ou reproduzido online.

Apesar de admitir que “existem diferenças sem dúvida” em relação ao atendimento presencial, **A3** afirma que “elas não são suficientes para se tornarem barreiras para o atendimento via Skype”. É interessante observar, no excerto abaixo, que a diferença é vista como barreira ou entrave e não como uma possibilidade de transformação ou de deslocamento da prática analítica.

[...] Sim, existem diferenças sem dúvida. Mas elas não são suficientes para se tornarem barreiras para o atendimento por Skype.

Além disso, **A3** enfatiza a variação do grau de formalidade com que cada analisando se comporta diante da câmera, fazendo uso da paráfrase para exemplificar casos em que seus analisandos se vestiram de modo bastante formal ou informal para serem atendidos diante da câmera.

Assim como no atendimento presencial depende muito do paciente como ele se comporta diante da câmera, indo da absoluta informalidade (tipo estou na minha casa e me apresento para a sessão como eu fico em casa, tive caso da pessoa fazer a sessão deitada na cama de camisola. Outros, vc percebe que se preparam... maquiagem, os homens de camisa arrumada ou mesmo de gravata [...]).

Com efeito, o modo como as pessoas se apresentam para o analista via Skype pode nos levar a refletir, mais uma vez, sobre a nova configuração do ato analítico mediado pela tecnologia. Nesse sentido, é possível observar mudanças como o uso mais frequente da linguagem informal, a ênfase acentuada à relação com o espaço, com o tempo, com o corpo e com o modo de estar na sessão, talvez em razão das novas formas de comunicar, que são praticadas na era digital e que possibilitam, inclusive, que o paciente seja visto e ouvido sem sair da própria casa.

Quando se refere a algo que o incomoda, **A3** costuma modalizar o seu discurso, a fim de atenuá-lo, utilizando termos como “nem sempre é muito fácil”, “às vezes me incomoda”, “às vezes se a qualidade do sinal”. Em contrapartida, quando faz referência ao atendimento online, costuma afirmar categoricamente e modalizar

positivamente o seu discurso, como por exemplo “Atender online para mim é muito natural”, “não tenho problemas”.

Às vezes me incomoda o excesso de movimento de alguns pacientes que ficam continuamente mudando a posição da câmera. Deixo eles à vontade se quiserem falar sem me ver como se estivessem no divã, mas eu sempre os vejo.

Em relação às eventuais interferências que a modalidade em voga possa causar, **A3** menciona o excesso de movimentação dos analisandos diante da câmera e a dificuldade para manter o contato visual com eles, bem como a interrupção das sessões pelo corte da internet. Em sua opinião, “a sessão cortada pela internet” não deve ter o sentido de “corte psicanalítico”, que implica a interrupção intencional da sessão por parte do analista.

É muito importante que a tecnologia dos dois lados tenha um bom desempenho, a sessão cortada pela internet não é a meu ver não deve ter o sentido de corte psicanalítico.

Cabe aqui dizer e ressaltar que embora não seja ideal que o corte da internet não seja interpretado como corte da sessão ou como um manejo do analista, isso pode acabar ocorrendo, pois todos esses elementos serão necessariamente significados e ressignificados por analistas e analisandos.

Por fim, o Analista 4 (**A4**) confessa que resistiu inicialmente à ideia de atender pelo Skype, dizendo que a sugestão partiu dos seus próprios analisandos. E reproduz parte do posicionamento do CFP, quando aponta para a modalidade online como uma alternativa para os pacientes que momentaneamente se encontram impossibilitados de comparecer ao atendimento presencial. Mais uma vez, trata-se de uma tentativa de legitimar uma prática ainda duvidosa aos olhos da instituição reguladora.

Reconheço que no início resisti à ideia de atender por Skype. Foram os analisandos que me sugeriram essa modalidade de atendimento. O online é uma alternativa quando de viagens ou longas distâncias, quando o analisando está em outro país, estado ou cidade distante.

Embora **A4** seja muito explícito e categórico ao afirmar que o atendimento virtual só pode ter êxito e eficácia se as primeiras sessões forem presenciais, ele depois titubeia, dizendo que há diferenças entre as modalidades e que prefere a sessão presencial – informações que possuem uma relação parafrástica, pois apontam para um mesmo posicionamento e posição discursiva (“eu pessoalmente prefiro”, “nada substitui o encontro”, “além da minha preferência pessoal”).

[...] **Procuo intercalar com sessões presenciais**, quinzenalmente ou mensalmente. Do ponto de vista transferencial não vejo que o online prejudique a eficácia do tratamento. Uma vez que o vínculo esteja bem estabelecido o tratamento se sustenta com êxito. Quando o analisando é de uma cidade distante, no início do tratamento, **as primeiras sessões coloco como regra serem presenciais**. O atendimento virtual é factível e tem eficácia, uma realidade que se impõe para nós psicanalistas pensar o advento da clínica no século XXI.

[...]

Vale ainda enfatizar que, no dizer acima, o vínculo só parece ser possível de se estabelecer presencialmente. Daí a necessidade de as primeiras sessões serem presenciais, até que o vínculo se estabeleça e a transferência possa ocorrer.

Há diferença sim. Eu pessoalmente prefiro a sessão presencial com o analisando. Nada substituí o encontro, o abraço, os sentidos presentes. É no caso a caso que eu avalio a possibilidade de atender online ou não. **Além da minha preferência pessoal, levo em consideração a demanda de análise**, o sintoma e sofrimento em questão e a implicação da pessoa ao tratamento.

No excerto acima, também proferido por **A4**, é possível destacar, mais uma vez, a contradição existente no discurso do analista que, por um lado, manifesta sua preferência pelo atendimento presencial, pelo contato e presença física na interação com o paciente. Contudo, diz levar em conta a demanda da análise e as implicações de cada tratamento, o que abre precedentes para o atendimento online.

Assim como os demais analistas entrevistados, **A4** aponta para o sinal e a qualidade da transmissão via Skype como a principal interferência no atendimento psicoterapêutico online.

O que interfere é o sinal e a qualidade da transmissão do Skype. Quando o sinal está ruim a chamada fica prejudicada, daí remarca-se a sessão.

Cabe destacar o efeito de pré-construído que emana dessas formulações: ao definir o que falha no atendimento online o enunciador parece pressupor que no atendimento presencial não há falhas, revelando, assim, um imaginário de que a comunicação presencial pudesse ser perfeita, completa e sem falhas. Além disso, no atendimento online, as falhas que são constitutivas de toda e qualquer comunicação parecem se apagar diante das falhas tecnológicas. É como se só o que pudesse falhar, nesse tipo de atendimento online fosse a qualidade da transmissão e do sinal da internet.

A seguir, o Quadro 1 apresenta algumas regularidades enunciativas observadas nas formulações dos analistas e que apontam para posicionamentos discursivos semelhantes em relação ao atendimento mediado pela tecnologia. Nele constam reformulações feitas pela pesquisadora, a partir dos enunciados formulados pelos analistas. O quadro ajuda, também, a observarmos o que se repete, as regularidades enunciativas que apontam para o posicionamento discursivo, portanto ideológico, do sujeito de linguagem.

	Analista 1	Analista 2	Analista 3	Analista 4
Atendimento online	Adaptação aos novos tempos	Existem diferenças. Prefere presencial	Depende do paciente. Grau de formalidade	Realidade que se impõe. É fundamental o contato
Diferenças online/presencial	Novo setting, mix entre online e presencial	Fica na palavra. Dito pelo dito. Mix entre online e presencial	Existem diferenças, mas não são barreiras	Existem diferenças. Mix entre online e presencial
Aspecto tecnológico	Falhas na conexão à internet	Falhas na conexão à internet	Falhas na conexão à internet	Falhas na conexão à internet

Quadro 1 - atendimentos online e presencial: principais aspectos levantados pelos Analistas entrevistados.

3.3.2 O posicionamento do Paciente

O Paciente 1 (**P1**) encara o atendimento online como uma alternativa ao presencial e relata que a sugestão partiu de sua antiga analista, como solução para que as sessões não fossem interrompidas. Além disso, ressalta a comodidade proporcionada por esta modalidade de atendimento, usando da paráfrase para ilustrar sua opinião:

É uma opção ao atendimento presencial. [...] **A ideia do atendimento online veio por parte de minha antiga analista para que não interrompêssemos as sessões. Eu acho uma comodidade,** faço a sessão na minha casa e dentro do meu quarto.

Este dizer – e inclusive a maior parte dos dizeres dos demais pacientes entrevistados – parece se afiliar à formação social capitalista, regulada por princípios neoliberais, o que desencadeia mudanças nas posições discursivas, de modo que o atendimento psicoterapêutico online passa a funcionar como um produto que pode ser consumido e entregue online.

Além disso, outras características atreladas ao discurso capitalista se apresentam como vantagens para os analisantes que buscam atendimento online, isto é: a economia de tempo, a comodidade. O imaginário de que as novas tecnologias encurtam distâncias e fronteiras também se faz presente neste dizer.

Ao comentar sobre a diferença entre ambas as modalidades, **P1** exime-se da responsabilidade pelo seu dizer, por meio da estratégia de impessoalização e generalização, quando afirma que “no atendimento presencial o analisado” possui mais facilidade para se expressar. E, depois, posiciona-se, afirmando que esta foi a sua “grande dificuldade”.

Sim, acredito que no atendimento presencial o analisado possua mais facilidade para se expressar. No início das minhas sessões online essa era minha grande dificuldade [...]

Para contorná-la, recorreu ao “Divã Online”, ao qual **P1** parece atribuir considerável relevância, em função do uso das aspas, e da estratégia da designação. Mais uma vez, por meio da paráfrase, ele desenvolve sua afirmação acerca do Divã Online, explicando-o: “Minha psicanalista e eu desabilitamos o vídeo durante as sessões”.

[...] com o tempo foi trabalhada e encontrada **uma maneira de contornar isso: o "Divã Online". Minha psicanalista e eu desabilitamos o vídeo durante as sessões.**

No que tange ao aspecto tecnológico que interfere no atendimento virtual, **P1** aponta para a qualidade da conexão que, segundo ele, “prejudica a sessão” “algumas vezes”.

Algumas vezes a qualidade da conexão prejudica a sessão, fazendo com que a conexão se interrompa com frequência.

Os relatos de P1, reproduzidos acima, suscitam a necessidade de refletir sobre os laços sociais estabelecidos na era do virtual. Segundo Forbes (2013), laço social é a maneira como o homem se constitui numa determinada época da existência. Nessa esteira, Ventura (2016) argumenta que o modo com que o laço social se constrói na contemporaneidade implica a redução do tempo operada pelo discurso, apontando para uma consumação imediata da satisfação. Como consequência disso, o sujeito contemporâneo se vê cada vez mais despojado das palavras que permitem habitar a sua experiência.

Paralelamente, o autor também afirma que as relações no ciberespaço modificaram radicalmente os vínculos interpessoais, já que os corpos têm deixado de ser o suporte para o encontro. Para ele, o elemento virtual introduz a possibilidade de abolir a presença real do corpo no encontro, daí podermos inferir que o laço social se organiza cada vez mais a partir desta ausência (VENTURA, 2016).

O Paciente 2 (**P2**), embora afirme preferir o preferencial, considera o atendimento online “válido” e “útil” nos casos em que o “atendimento presencial se revela inviável, e o indivíduo deseje continuar com a terapia com o mesmo profissional”. Vale destacar aqui que ambos parecem preferir o atendimento presencial, mas acabam se rendendo à lógica capitalista do “tempo é dinheiro”, que prega, entre outras coisas, a facilidade e a rapidez para consumir.

Para mim o atendimento online é algo válido. Ainda que eu prefira o presencial, eu acho que ele é útil em casos cujo atendimento presencial se revela inviável, e o indivíduo deseje continuar com a terapia psicanalítica com o mesmo profissional.

P2 aponta para as diferenças entre o atendimento a distância e o presencial, repetindo, via paráfrase, o argumento anterior a favor do primeiro. E, através deste recurso, apresenta também justificativas para explicar que, no atendimento presencial, “há uma maior doação do analisado para sua análise, além de ter mais elementos simbólicos que contribuem para construir a terapia”. Ao construir o seu argumento com as expressões “Maior tempo”, “ademais”, “maior doação”, “além de ter mais elementos”, **P2** mostra-se favorável à modalidade presencial.

[...] Todavia o **atendimento a distância seja muito útil em situações na qual o atendimento presencial faz se impraticável, o atendimento realizado da casa do atendido não é o mesmo do presencial**. Neste último, existe um deslocamento para a clínica do analista, em paralelo a **uma parcela maior de tempo** que o atendido reserva para realizar esse deslocamento. Ademais, existe o fato de você está em um local concreto, onde o único motivo do indivíduo estar naquele espaço físico é ser atendido. Dessa forma, **no atendimento presencial há uma maior doação do analisado para sua análise, além de ter mais elementos simbólicos que contribuem para construir a terapia psicanalítica**.

O excerto acima reforça, sob a forma de paráfrase, a subjetivação em conflito diante das duas modalidades de atendimento, reconhecendo a utilidade do atendimento online nas situações a distância, mas demonstrando uma forte inclinação para o setting analítico tradicional, proporcionado pelo atendimento presencial.

Todas essas questões levantadas pelos entrevistados suscitam que a interação virtual, no âmbito psicoterapêutico, impõe a necessidade de repensar a redefinição do conceito de setting terapêutico, reforçando a hipótese de que deve ser pensada como uma entidade dotada de estrutura e dinâmica próprias, cujo encontro das mentes de paciente e analista – e não o espaço físico material – torna-se central para a delimitação de papéis entre ambos os elementos da relação entre analistas e pacientes.

Em relação aos aspectos tecnológicos que possam vir a interferir no atendimento online, ou mesmo via telefone, **P2**, de modo semelhante aos analistas, aponta para baixa qualidade do sinal da internet ou da operadora.

Quando o atendimento é realizado por meio de Skype e similares, o aspecto tecnológico que algumas vezes poderia interferir seria: **o sinal da internet que pode ficar fraco chegando a cair**. Já no que tange os atendimentos feitos por meio de telefone, a interferência pode vir tanto do **sinal da operadora que pode ser fraco e do próprio telefone em si, que pode contribuir para que a voz seja escutada mais baixa**.

Face a esse depoimento, é interessante ressaltar o fato de o foco estar na qualidade do sinal e da internet e não na qualidade da sessão ou do próprio analista ou nas consequências que esse percurso analítico poderia produzir.

O Paciente 3 (**P3**), por seu turno, mostra-se bastante favorável ao atendimento online, ao qualificá-lo como “maravilhoso”, seguido de uma exclamação. E apresenta como justificativas, em consonância com a lógica capitalista, a facilidade, bem como a economia de tempo e dinheiro – estes últimos considerados “preciosos” por **P3**.

Pela facilidade, é maravilhoso! Ser atendida online veio ao encontro de aliar a distância da cidade onde moro até São Paulo e dificuldades financeiras. No final das contas, acabo por economizar dinheiro e tempo – tão precioso nos dias de hoje – [...].

É possível perceber, neste excerto, a presença forte do discurso capitalista-empresarial, regido por práticas neoliberais que, segundo Cavallari e Santos (2015), parece afetar as relações estabelecidas em nossa sociedade contemporânea. A partir da noção de poder e controle, calcada no isolamento e individualização do sujeito, Peters (1994 apud CARMAGNANI, 2001, p. 502) sugere uma nova concepção de sujeito: o sujeito de mercado, regido pelos princípios do capitalismo neoliberal. Esses princípios reestruturam o sujeito e permitem a constituição de um novo *setting* terapêutico.

Essa prática mercadológica, pautada na relação de causa e efeito e no discurso capitalista-empresarial (CAVALLARI; SANTOS, 2015), está fortemente presente no funcionamento no atendimento psicoterapêutico online que parece priorizar, por um lado, a redução de gastos e a economia de tempo, por parte do paciente, que não precisa se deslocar até o consultório para ser atendido e, por outro, a manutenção deste e, conseqüentemente, do lucro a ser obtido pelo analista. Conforme esta lógica, os analistas passam a adotar, sem, muitas vezes, se darem conta disso, práticas empresariais para se manterem em um mercado bastante competitivo.

A única diferença percebida por **P3** no atendimento online em relação ao presencial é “o abraço no final da sessão”, isto é, o contato físico. Mas reitera que o contato visual “continua estabelecido” e que, o “essencial”, ou seja, aquilo que na

sua opinião é mais importante “– a escuta e a fala que orienta – não sofre interferências”.

Apenas o abraço no final da sessão. O olhar continua estabelecido. O essencial – a escuta e a fala que orienta – não sofre interferências.

Cabe salientar que **P3** aponta “apenas” para a conexão falha como interferência no atendimento online – mas faz questão de dizer que “nunca” aconteceu de a sessão ser interrompida, atenuando, assim, qualquer indício desfavorável à referida modalidade.

Apenas atrapalha quando a conexão falha, no caso, nunca aconteceu de a sessão ser interrompida.

E, no que diz respeito à ajuda proporcionada pelo aspecto tecnológico, além de concordar “Ajudar [sic], sim”, **P3** justifica, por meio de uma afirmação categórica e acentuada (pelo uso do intensificador “muito”), “que a tecnologia hoje é uma ferramenta muito prática e otimiza o tempo”. Mais uma vez, é possível notar a presença do discurso capitalista-empresarial atribuindo efeito de verdade a esse dizer sobre os benefícios alcançados pelo uso das novas tecnologias.

Ajudar, sim, uma vez que a tecnologia hoje é uma ferramenta muito prática e otimiza o tempo.

Analogamente à **P3**, também o Paciente 4 (**P4**) afirma que o atendimento online “foi a solução perfeita” para o seu caso, pois mudou de estado e “desejava” “manter” o atendimento com a mesma profissional. A afirmação categórica feita por **P4** e os qualificadores sinalizados sugerem a sua inclinação favorável ao atendimento a distância.

No meu caso foi a solução perfeita, pois mudei de estado (MG/SC) e desejava manter o segmento com a mesma profissional.

Diferentemente dos demais entrevistados, **P4** afirma que “não” percebe diferença e que “considera a mesma coisa” ambas as formas de atendimento online e presencial, ao responder, sucintamente, à pergunta do questionário “Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?”, conforme podemos ver a seguir:

Não, considero a mesma coisa.

Em se tratando dos aspectos tecnológicos, **P4** aponta como interferência nos atendimentos a falha da internet; entretanto, o faz de maneira modalizada, atenuando este possível problema por meio da expressão “às vezes”, além de, logo em seguida, apresentar uma solução, evocando também a presença da terapeuta, ao responder “Mas conseguimos, eu e minha terapeuta, nos adequar”.

Interessante observar que ele se refere à analista como terapeuta, o que aponta para o fato de que muitos pacientes desconhecem as diferenças na formação e na prática de psicólogos e psicanalistas e acreditam que todos são, necessariamente, psicólogos ou terapeutas.

A internet, às vezes, falha. Mas conseguimos, eu e minha terapeuta, nos adequar.

É possível perceber, assim, que a adequação, transformação ou mudanças que venham a acontecer no atendimento online são atribuídas, a princípio, à falha da internet e não a outro fator.

O Quadro 2 abaixo sintetiza os principais aspectos destacados pelos pacientes entrevistados: Nele constam reformulações feitas pela pesquisadora, a partir dos enunciados proferidos pelos analistas. O quadro ajuda, também, a percebermos aquilo que é reiterado, as regularidades enunciativas que assinalam o posicionamento discursivo do sujeito de linguagem.

	Analisando 1	Analisando 2	Analisando 3	Analisando 4
Atendimento online	Opção, comodidade	Válido, útil, mas prefere o presencial	Facilidade, ganhos em tempo e dinheiro	Solução perfeita
Diferenças online/presencial	Mais facilidade de se expressar no presencial. Solução: Divã online (desabilitar o vídeo)	Presencial maior doação do analisando.	Apenas o abraço. Olhar continua estabelecido, escuta e fala que orienta não sofrem interferências	Considero a mesma coisa
Aspecto tecnológico	Falhas na conexão à internet	Falhas na conexão à internet	Falhas na conexão à internet. Tecnologia é uma ferramenta prática e otimiza o tempo	Falhas na conexão à internet

Quadro 2 - atendimentos online e presencial: principais aspectos levantados pelos Pacientes entrevistados.

Uma vez feitas as análises das respostas aos questionários, a próxima seção busca discutir e comparar as subjetividades de Analistas e Pacientes.

3.3.3 Discutindo as subjetividades de Analistas e Pacientes

Do ponto de vista dos Analistas entrevistados, o fenômeno discursivo mais recorrente é o da polifonia, quando reproduzem os pressupostos estabelecidos pela regulamentação do CFP, ensejando, assim, a dimensão jurídica da sua fala – legitimando não apenas o conteúdo proferido, mas a sua posição diante do assunto, cujo teor ainda é polêmico. Tal mecanismo aponta para uma dimensão constitutiva, e não acessória, do discurso. De modo geral, os Analistas dizem preferir a modalidade presencial, apesar de admitirem a necessidade de se adaptarem à realidade social e cultural que se impõe a todos, referente à comunicação e ao trabalho a distância, por meio do suporte das novas tecnologias.

Embora concordem que existem diferenças entre ambas as modalidades, muitas vezes mostram-se oscilantes em seus posicionamentos, quando admitem que as diferenças podem ser contornadas, o que não impede que o tratamento aconteça. A maior parte deles defende a necessidade de intercalar atendimento presencial e virtual, pois, segundo eles, o contato e o vínculo entre analista e analisando são enfatizados como elementos essenciais para o bom resultado do atendimento.

Em linhas gerais, os analisandos mostraram-se muito mais abertos à modalidade virtual, ao considerarem o atendimento online como uma solução “perfeita” (P4), “útil” (P2) e dotada de “comodidade” (P1), sobretudo quando se quer manter o tratamento com o mesmo profissional e a distância não permite. Aliada à lógica neoliberal, a tecnologia digital contribui, segundo os relatos dos entrevistados, para obter mais comodidade, gerando efeitos não só na forma de se estabelecer a comunicação, como também afeta as relações de trabalho e de mercado.

Na modalidade de atendimento psicoterapêutico online, analistas e pacientes tornam-se corresponsáveis pela preparação do *setting* virtual. Cabe a cada um dos envolvidos no processo cuidar para que seus equipamentos (computador e demais acessórios) estejam em boas condições de funcionamento, bem como para que o local físico onde estejam com os seus computadores fique resguardado da presença de outras pessoas. Também é importante que o analista instrua o seu paciente quanto à necessidade do sigilo e sobre as providências que deverá tomar para assegurá-lo.

Para justificar o argumento favorável ao atendimento online, recorrem a um mecanismo efetivo de reformulação via paráfrase, pela qual o locutor restaura (na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de sua opinião-fonte sob a forma de um texto-segundo.

O principal ponto de consenso entre todos os entrevistados é a interferência nos atendimentos causada pelas falhas nas conexões à internet. Ainda que o aprimoramento das tecnologias e da internet seja um processo permanente, o risco de uma queda de energia ou de conexão continuará existindo.

Essas falhas podem trazer novos impactos e necessidades de adaptação no manejo da sessão: a vulnerabilidade ou a perda repentina da comunicação, conforme verificado nas respostas dos entrevistados, pode significar um fator

particular de angústia, impaciência ou frustração, sobretudo nos primeiros estágios da relação, quando o vínculo entre analista e paciente ainda não se estabeleceu.

Um outro impacto, apontado por Carlino (2010), refere-se a situações em que o paciente acabe ensinando ou aconselhando o analista sobre o manejo tecnológico, podendo afetar, assim, a necessária assimetria do vínculo entre ambos e também o vínculo transferencial.

Cumprido ressaltar que os processos discursivos que constituem a fala dos entrevistados que se posicionam a favor do atendimento presencial – tais como a ironia, a polissemia, a negação e as estratégias discursivas de exclusão da autoria da fala ou inclusão de mais uma pessoa no discurso – frequentemente materializam opacidades discursivas. Funcionam como rachaduras no discurso, que driblam intenções, sentidos e responsabilidade por determinados tipos de falas.

Já os defensores do atendimento online recorrem a qualificadores positivos, utilizam aspas para designar as características do novo setting virtual e endossam o seu argumento favorável por meio de paráfrases para reforçar suas justificativas e evocar a presença do analista à sua fala, a fim de conferir mais autoridade e legitimidade às suas colocações.

Analisando, assim como os analistas, vivem (e, provavelmente, não sobrevivem mais) em meio a um complexo sistema de dispositivos de comunicação, através dos quais a linguagem se apresenta e se materializa de diferentes formas. Cada vez mais evoluídos e intrínsecos à vida humana, os dispositivos móveis têm se tornado uma espécie de extensão do corpo humano.

Uma nova subjetividade parece ser construída face a esta nova realidade: nossos corpos estão cada vez mais biologicamente sincronizados com os estímulos provocados pelas tecnologias. Tanto que, na falta dela, sentimos-nos incompletos e angustiados, como se faltasse um pedaço do nosso corpo.

Influenciados pelas novas formas de comunicação a distância, as pessoas em geral – e, no caso em questão, os pacientes entrevistados –, têm deixado de priorizar o contato pessoal, apresentando como justificativas para esta opção a maior comodidade, bem como a economia de tempo e dinheiro proporcionadas pelo atendimento via Skype.

Conforme pôde ser verificado, essa nova prática social e discursiva tende a reforçar uma ordem já vigente, regida por princípios neoliberais, o que tem

possibilitado o surgimento de novas formas de laço social, unicamente materializadas pela mediação digital.

Nossas vivências cotidianas, numa relação com a perspectiva psicanalítica e discursiva, têm possibilitado problematizações que produzem conhecimento(s) e ressignificam a relação entre linguagem e sociedade, mas que também produzem resistências, como acontece com todo fenômeno novo, que implica em mudanças nas práticas sociais. Tais mudanças demandam novas reflexões pelo campo analítico, tanto em termos teóricos como na prática profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado teve como principal objetivo investigar como se dá o funcionamento da linguagem, bem como os processos de significação, a partir do uso das novas tecnologias no atendimento online de orientação psicanalítica, em contraposição ao atendimento presencial, a fim de problematizar esta nova modalidade de atendimento e seus efeitos na relação entre analista e analisante, em particular, e na sociedade, de modo mais amplo.

Para tanto, selecionou-se um corpus composto pelas resoluções do CFP sobre o atendimento online e pelas respostas a um roteiro para entrevista, contendo quatro perguntas abertas. Este roteiro foi enviado e respondido, via e-mail, por quatro analisandos e quatro analistas que fazem uso da tecnologia para realizar os atendimentos de orientação psicanalítica. Foram escolhidos analistas e analisandos que praticam o atendimento online de orientação psicanalítica via skype.

Sem perder de vista os objetivos propostos neste estudo, a análise do referido corpus discursivo buscou contemplar as seguintes perguntas de pesquisa: a) como as relações entre analista e analisando se dão nessa nova modalidade de atendimento online?; b) a transferência entre analista e analisando, que é condição para que ocorra uma análise de orientação psicanalítica, se sustenta na virtualidade?; c) como analistas e analisandos se subjetivam diante deste tipo de atendimento online?; d) como se dá o funcionamento da linguagem e da comunicação no meio digital e de que modo afetam os processos de significação e de subjetivação?

Para alicerçar a análise dos registros discursivos, balizamo-nos pelos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa (AD) numa interface com a Psicanálise e outros referenciais que endereçam as especificidades existentes nas relações entre linguagem, novas tecnologias e virtualidade.

Através da análise dos registros discursivos, pudemos desvelar o funcionamento da linguagem no atendimento analítico, via aparatos tecnológicos, e o modo como esse novo formato de atendimento afeta a subjetividade de analistas e analisandos e os processos de significação, sem perder de vista o enquadre teórico da AD na interface com conceitos oriundos da Psicanálise, em especial com os que

dizem respeito ao *setting* analítico.

Ao longo das análises discursivas, pode-se perceber que não houve unanimidade quanto ao uso do atendimento via Skype, nem por parte de analistas nem por parte de analisandos, o que sugere que esta é uma prática ainda em construção e que exige mudanças no posicionamento discursivo, além de transformações ou adaptações teórico-práticas. Mostra-se necessário, para tal empreitada, revisitar a teoria psicanalítica, a princípio pensada exclusivamente para o *setting* analítico presencial.

Primeiramente, procedeu-se à análise do processo de regulamentação do atendimento psicológico online, nomeadamente a Resolução nº 011/2012 do CFP, que regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios eletrônicos de comunicação a distância e o atendimento psicoterapêutico. Cumpre assinalar também a relevância para a pesquisa de se ter analisado o documento que rege a prática dos psicólogos, tendo em vista que existe uma estreita relação entre a Psicologia e a Psicanálise, no Brasil, sobretudo quando o profissional trabalha em instituições como escola, hospitais e demais espaços terapêuticos.

Percebeu-se, com base na análise deste documento, uma relação instituída pelo jogo de forças, de poder, de contradição e de resistência, materializada no e pelo discurso do CFP, que busca produzir um saber ou uma verdade sobre práticas discursivas que fogem aos padrões já regulamentados nas resoluções anteriores, uma vez que se dão a distância, por meio das chamadas tecnologias da comunicação e informação.

Também observamos a tentativa de normatizar, controlar e regulamentar uma prática que se dá e se apresenta de novas maneiras na atualidade e cujas consequências e efeitos são difíceis de delimitar e de impedir. Essas prescrições (im)postas ao profissional que queira realizar o atendimento online representam formas de assujeitá-lo no e pelo discurso, por meio de mecanismos de controle e de poder, tais como a realização de cadastramento, a manutenção de um site oficial e a comunicação de determinadas exigências e especificidades.

Em seguida, procedemos à análise das respostas fornecidas pelos analistas e pacientes entrevistados, que realizam o atendimento online de orientação psicanalítica, via Skype. Em linhas gerais, os Analistas relataram preferir a modalidade presencial, apesar de admitirem a necessidade de se adaptarem à

realidade social e cultural que se impõe a todos, qual seja, a comunicação e o trabalho a distância, por meio do suporte das novas tecnologias.

Influenciados pelas novas formas de comunicação a distância, os pacientes entrevistados mostraram-se mais abertos ao atendimento online, deixando de valorizar o contato pessoal, apresentando como justificativas para esta opção a maior comodidade, bem como a economia de tempo e dinheiro proporcionadas pelo atendimento via Skype. Como consequência, uma nova subjetividade parece ser construída face a esta nova realidade: nossos corpos e nossas práticas estão cada vez mais sincronizados com os estímulos provocados pelas tecnologias.

Parece, inclusive, que já não conseguimos conceber uma sociedade ou as práticas sociais atuais sem que estas sejam permeadas e/ou constituídas pelas novas tecnologias. E, quando ocorre a falta de conexão, instala-se uma imensa sensação de frustração ou impaciência, conforme pode ser comprovado nesta dissertação, quando salientamos que o principal ponto de consenso entre todos os entrevistados foi a interferência nos atendimentos causada pelas falhas nas conexões à internet.

Nesse sentido, é fundamental destacar as mudanças observadas no *setting* analítico, a partir do uso das novas tecnologias, em especial em relação ao corte da sessão decorrente de falhas de conexão da internet e a (im)possibilidade de transferência online. As respostas analisadas sugerem que a experiência do analista e, sobretudo, do analisante em relação ao tempo se modifica radicalmente, pois passa pela ilusão de instantaneidade e onipresença do analista. É como se o analista estivesse “sempre à mão” e que não fosse mais necessário aguardar um tempo maior até a próxima sessão. Um possível desdobramento da presente pesquisa seria investigar se tal fato teria consequências para o tratamento ofertado pelo terapeuta.

Essas falhas trazem novos impactos e necessidades de adaptação no manejo da sessão: a vulnerabilidade ou a perda repentina da comunicação, conforme foi destacado nas respostas dos entrevistados, pode representar um fator desencadear de angústia, impaciência ou frustração, sobretudo nos primeiros estágios da relação, quando o vínculo entre analista e paciente ainda não se estabeleceu. Ademais, na modalidade de atendimento psicoterapêutico online, analistas e pacientes tornam-se corresponsáveis pela construção do *setting* virtual, que parece se valer de outras

técnicas que levem em conta a câmera, a ausência do divã, o contato visual, entre outras.

Mudanças no trato com a linguagem, na relação com o espaço, com o tempo, com o corpo e com a sexualidade são alguns dos inúmeros fatores que incidem na maneira do analisando experienciar o atendimento terapêutico online. A construção de novos paradigmas trouxe como consequência a necessidade de rearranjos e transformações nos tipos de vínculos entre os indivíduos. Lévy (2002) define o virtual como uma mutação da identidade, que dá origem a uma nova re-configuração. O próprio Freud (1912) já citava a virtualidade como parte do processo psicanalítico, ao tratar da relação paradoxal existente entre analista-analisando, uma vez que o processo analítico fica circunscrito ao espaço mental dessas duas pessoas, e se passa num nível que é simultaneamente real e ilusório.

De modo semelhante, no que tange às relações no “ciberespaço”, o outro com quem se conecta é, ao mesmo tempo, real quando está disponível para os sujeitos online, e um não-objeto quando ele se ausenta. Por isso, torna-se produtivo refletir sobre como o sujeito tem lidado com essas transformações que afetam a subjetividade e os tipos de vínculo constituídos no campo virtual, já que a experiência virtual com o “outro” virtual provoca, no sujeito, um sentimento de ambivalência, uma vez que esse “objeto” com quem ele se relaciona está ao mesmo tempo presente e ausente no seu mundo real.

Cumprindo ainda destacar que o referencial teórico-metodológico da AD mostrou-se produtivo e oportuno para a análise do corpus, ao desvelar questões ligadas à subjetividade de analistas e analisandos e às consequências da proeminente presença das tecnologias digitais em nossas vidas e, mais especificamente, no atendimento online de orientação psicanalítica.

Por fim, assinala-se a importância de se estender as pesquisas concernentes a atendimentos online de orientação psicanalítica, visto que se trata de uma modalidade terapêutica em processo de desenvolvimento e expansão. Em virtude disso, estudos futuros podem ser desenvolvidos para elucidar questões como: quando a conexão cai, quem da dupla deve tentar retomar a sessão? Como fica o pagamento de uma sessão interrompida assim? O paciente deve deitar-se ou usar fones de ouvido? Como é, para o analista, ver-se durante toda a sessão, na pequena janela que surge em sua tela do Skype? Outra interessante pesquisa seria realizar um estudo comparativo entre atendimentos completos realizados de modo

presencial e atendimentos realizados integralmente a distância, levantando pontos de aproximação, distanciamento e mudança.

O fato é que não se pode mais desconsiderar a presença das novas tecnologias na vida de pacientes e analistas e seus impactos nos tratamentos. É imprescindível trazer à tona a discussão sobre a aplicabilidade do setting flutuante, estabelecido desde o início da análise através de um contrato que considere as variáveis apresentadas pelos entrevistados que inviabilizam o encontro presencial.

A possibilidade de comunicação permanente e a localização instantânea do terapeuta alimentam as fantasias onipotentes de controle, de poder contornar tempo e espaço. Afinal, as sensações de exclusão e abandono temporariamente se dissipam por meio da invasão virtual na vida do terapeuta. Assim, a transferência encontra nas novas tecnologias um poderoso canal de expressão. É por tais razões que analistas devem buscar a ampliação dos espaços (in) existentes para melhor exercer sua função primordial de analisar.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, M. F. S. Formulário para Avaliação de Aprendizagem: dispositivo ótico-enunciativo e funcionamento neoliberal. **Revista da Faculdade de Letras**, PUC-Campinas, v. 21, n.112, p.74-91, dez. 2002.
- AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. **A Filosofia da Linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BARBOSA, A. M. F de C et al. **As novas tecnologias de comunicação**: questões para a clínica psicanalítica. In: Cad. Psicanal., Rio de Janeiro, v.35, n.29, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952013000200004>. Acesso em: 14 set. 2016.
- BERNARDO, N. C. **Psicanálise on-line?** Disponível em: <<http://www.psicanalise.online.nom.br/papsicanlise.htm>>. Acesso em: 21 set. 2015.
- BONAMINIO, V. **Nas margens de mundos infinitos**. Rio de Janeiro: Imago, 2011.
- CARLINO, R. **Psicoanálisis a distancia**. Buenos Aires: Lumen, 2000.
- CARMAGNANI, A. M. G.; GRIGOLETTO, M. (Orgs.). **Inglês como língua estrangeira**: identidade, práticas e textualidade. São Paulo: Humanitas, 2001.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CAVALLARI, Juliana Santana. Deslocamentos subjetivos diante do impossível de educar. In: **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 39, p. 92-101, jul./ago. 2015.
- CAVALLARI, Juliana Santana; SANTOS, Tatiana Silvia Andrade dos. As práticas neoliberais no ensino-aprendizagem de língua inglesa. In: **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v.10, p.79-88, jan./jun. 2015.
- CHAGAS, Carmen Elena das. **A concepção de sujeito da psicanálise à Análise do Discurso**. Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF, v.15, n.5, t.1, 2011.

CHAMORRO, Jorge. La presencia del analista y las redes sociales. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE, 10. 2016. Copacabana, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.congressoamp2016.com/uploads/b759b0af7492f5d8731029d7fb8a72707029fe48.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

CHINAGLIA, Josiane Pereira Fonseca. **A relação de alunos de um curso técnico em agropecuária com o ensino de línguas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Univás, Pouso Alegre, MG, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1974/2011 de 19 de agosto de 2011** – Estabelece os critérios norteadores da propaganda em Medicina, conceituando os anúncios, a divulgação de assuntos médicos, o sensacionalismo, a autopromoção e as proibições referentes à matéria. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2011/1974_2011.htm>. Acesso em: 05 jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CPF nº 003/2000 de 25 de setembro de 2000** – Regulamenta o atendimento psicoterapêutico mediado por computador. Disponível em: <<http://www.pol.br/legislacao/pdf/resolucao/003-00.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CPF nº 006/2000 de 16 de dezembro de 2000** – Institui a comissão nacional de credenciamento e fiscalização dos serviços de psicologia pela internet. Disponível em: <<http://www.pol.br/legislacao/pdf/resolucao/006-00.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CPF nº 010/2005 de 27 de agosto de 2005** – Aprova o código e ética profissional do psicólogo. Disponível em: <<http://www.pol.org.br/pol/export/sites/>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CPF nº 012/2005 de 18 de agosto de 2005** – Regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador e revoga a Resolução CPF nº 003/2000. Disponível em: <<http://www.pol.br/legislacao/pdf/resolucao/2005-12.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CPF nº 011/2012 de 25 de junho de 2012** – Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios eletrônicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental e revoga a resolução CPF nº 12/2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Resoluxo_CFP_nx_011-12.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

DIAS, C. A língua em sua materialidade digital. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Clara Luz, 2009, p. 83-92.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DONNAMARIA, C.P. **Experiências de atendimento psicológico grupal via internet: uma perspectiva psicanalítica**. Tese (Doutorado em Psicologia como Profissão e Ciência) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUC, Campinas, SP, 2013.

FERRAREZI, L.; ROMÃO, L. M. S. Efeitos de Leitura: a (Re) construção de sentidos no discurso eletrônico. In: **Signótica** (UFG), v.24, n.2, 2012.

FERREIRA, A.C.F. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. In: **Entremeios** – Revista de estudos do discurso, v.11, jul. /dez. 2015. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br>>. Acesso em: 9 nov. 2015.

FERREIRA, M. C. L. **Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**. Organon (UFRGS), v. 24, p. 17-34, 2010.

FORBES, J. O divã além da porta. In: **Psique**, n.64, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.jorgeforbes.com.br/br/artigos/o-div%C3%A3-al%C3%A9m-da-porta.html>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FORBES, J. **Pegada Clínica**. In: III Jornadas de Psicanálise da Biblioteca Freudiana Brasileira, São Paulo, 1º de julho de 1984. Disponível em:

<<http://www.jorgeforbes.com.br/br/artigos/Pegada-Clinica.html>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

FOUCAULT, Michel [1975]. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Bras. Petrópolis: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. [1980]. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. [1983]. O sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Foucault: uma Trajetória Filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, F. Linguagem, tecnologia, conhecimento e suas relações no contexto de formação continuada de professores. **RUA**, v.2, n.15, p.69-88, 2009.

FREUD, Sigmund [1930]. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. **Edição Padrão Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **A Psicopatologia da Vida Cotidiana** - Vol. XXI. Publicação original (1901).

_____. **Artigos sobre a técnica e outros trabalhos** - Vol.XII. Publicação original (1911-1913).

_____. **Cinco lições de Psicanálise** - Vol. XI. Publicação original (1910).

_____. **Os Chistes e Sua Relação com o Inconsciente** - Vol. VIII. Publicação original (1905).

_____. **O Futuro de Uma Ilusão** - Vol. XXI. Publicação original (1927).

_____. **O Mal-Estar na Civilização** - Vol. XXI. Publicação original (1930).

_____. **O método psicanalítico de Freud** - Vol. VII. Publicação original (1903-1904).

_____. **Sobre a psicoterapia** - Vol. VII. Publicação original (1904-1905).

_____. **Um estudo autobiográfico** - Vol. XX. Publicação original (1925-1926).

GILLIO, C.; LEITE, D.; GÓIS, E.; UYENO, E.; MARCHIORI, F.; FURLAN, P.; CHIAVASSA, R. **Os diferentes manejos da transferência**. Disponível em: <<http://www.ipla.com.br/assets/files/Trabalhos/grupoClaudia.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HORNE, Bernardino. Per via di porre ou per via di levare. In: FORBES, J. (Org.). **Psicanálise ou psicoterapia**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

JORGE, Marco Antônio Coutinho; FERREIRA, Nádia Paulo. **Freud, o criador da psicanálise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan** - Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LACAN, Jacques [1951]. Intervenção sobre a transferência. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 214-225,1998.

_____. [1960]. Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.807-842,1998.

_____. [1964]. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução de M.D. Magno. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

_____. **A transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. **O eu na teoria da Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. **Vocabulário da psicanálise**. 10.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LASAGNA, P. **Enquadre Invisível e Princípios do Tratamento Hoje**. Disponível em: <<http://www.jorgeforbes.com.br/br/movimento-analitico/pratica-lacanianana-sem-standard.html#.Vx-9lpneLd4.email>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

LEITE, Nina. Só há Causa daquilo que falha. **Estudos da Língua(gem)**, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Vitória da Conquista, Edições Uesb, n.1, p.3-130, jun. 2005.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LISE, Liege. **Psicanálise a distância**. 2012. Disponível em: <<http://www.ipla.com.br/editorias/saude/psicanalise-on-line.html>>. Acesso em 10 mai. 2016.

LONGO, Leila. **Linguagem e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MARIANI, Bethania. Subjetividade e Imaginário Linguístico. In: **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 55-72, 2003.

_____. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. **Revista Polifonia**, Cuiabá, v.12, 2006. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/131.pdf>>. Acesso em: 12 Ago. 2015.

MAROT, R. S. V. **A consistência entre as atitudes e as intenções dos internautas em relação a aprovação da terapia on-line no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

MATOS, F.A.M. **O Skype como ferramenta de interação e colaboração no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras em teletandem**. Dissertação

(Mestrado em Pedagogia do Elearning) – Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal, 2011.

MAURANO, Denise. **A transferência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MEIRELLES, C.E.F. O manejo da transferência. In: **Stylus**, Rio de Janeiro, n.25, nov. 2012.

MELO, Maria de Fátima Vilar de. Psicanálise e análise de discurso: interlocuções possíveis e necessárias. **Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line**, v.1, p. 61-71, nov. 2005. Disponível em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/latin_american/v2_n2/psicanalise_e_analise_de_discurso.pdf>. Acesso em 11 set. 2015.

MILLER, G. (Org.). **Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

MOCELLIM, Alan. Lugares, Não Lugares, Lugares Virtuais. In: **Em Tese** - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v.6, n.3, p.77-101, jan./jul. 2009.

MOREIRA, L.M; ESTEVES,C.S. Revisitando a teoria do setting terapêutico. In: **Psicologia.pt.**, p.1-8, 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0628.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

OLIVEIRA, P.C.S. **O divã virtual e a linguagem do atendimento psicanalítico online no ciberespaço**. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (Org.). **Institucionalização dos Estudos da Linguagem**. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5.ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Tradução de Bethânia Marianni. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b.

_____. Só há causa daquilo que falha... In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: **Fórum Linguístico**, n.1 (73-81), jul./dez. 1998.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 6.ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. In: **Linguística: questões e controvérsias**, publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Série Estudos – 10, 1984, p. 9-26.

PAMPONET, Reinaldo. Internet e o Sintoma Contemporâneo. **Revista Espaço**

Acadêmico, ano 1, nº.4, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/004/04internet.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2006.

PAULON, A.; NASCIMENTO, J.V.; LARUCCIA, M.M. Análise do Discurso: Fundamentos Teórico-Metodológicos. In: **Revista Diálogos Interdisciplinares**, vol. 3, n.1, p. 25-45, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1996.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** [1975]. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento** [1988]. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

PINHEIRO, P. N. da C. et al. Ética na formação profissional - uma reflexão. In: **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, vol.10, n.1, abr. 2006.

ROSA, Jorge Martins. Cibercultura “em construção”. In: **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 28, p. 319-332, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHULTZ, Duane; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

SILVA, J. F.G. Comunicação e aprendizagem na supervisão analítica. In: **Cadernos de Psicanálise – SPCRJ**, 19(22), p.113-133, 2003.

SILVESTRE, M. A transferência é um amor que se dirige ao saber. In: MILLER, G. (Org.). **Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

SOUZA, C. H. M. **Comunicação, educação e novas tecnologias**. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro: Editora FAFIC, 2003.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; COSTA, Marco Aurélio Borges. Fronteiras do ciberespaço. In: **Vértices**, v. 7, n. 1/3, jan./dez. 2005.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TFOUNI, L.V. **Letramento e analfabetismo**. Tese. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1992.

TRISKA, V.H.C.; D’AGORD, M.R. de L. O Corte Interpretativo em Psicanálise. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n.4, p. 361-367, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n4/v29n4a02.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

VENTURA, Oscar. Las redes sociales en la clínica. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE, 10. 2016. Copacabana, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.congressoamp2016.com/uploads/b759b0af7492f5d8731029d7fb8a72707029fe48.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

WATKINS Jr., C. E. **Handbook of psychotherapy supervision**. Hoboken, New Jersey: Wiley, 1997.

ZOPPI-FONTANA, M.G.; DINIZ, L.R.A. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE). In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 37 (3), p.89-119, set./dez. 2008.

ANEXOS

ANALISTA 1

1) Como é para você ser atendido/atender online?

Atender online é uma nova possibilidade de intervenção indicado principalmente para quem está impedido de comparecer às sessões. Iniciei quando alguns pacientes mudaram de cidade e tinha o respaldo de um tratamento iniciado com atendimento presencial.

Além disto, é uma adaptação aos novos tempos, uma maneira de acompanhar a evolução sociocultural.

2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?

Como minha experiência se deu com pacientes que haviam iniciado o tratamento de forma presencial não tive maiores dificuldades. No início houve apenas uma adaptação ao novo espaço, estabelecemos um novo setting terapêutico, ou seja, o horário, o local, o silêncio e o uso do divã foram discutidos.

3) Existe algum aspecto tecnológico que interfere ou ajuda nos atendimentos psicanalíticos online?

O que atrapalha são as falhas na conexão com a internet, às vezes limitada e até mesmo impedida. O que auxilia é o conforto e a chance oferecida ao analisando e os pacientes até o momento não interromperam o atendimento.

ANALISTA 2

1) Como é para você ser atendido/atender online?

Já fui atendida online por meu psicanalista. Foi uma supervisão urgente. Não senti nenhuma diferença entre a supervisão presencial e a on-line. Talvez, porque se tratava de uma situação excepcional.

Pratico, nesse momento, dois atendimentos online. Sinceramente, prefiro o atendimento presencial, porque certos tipos de manejo (gestos) só fazem efeito no presencial. Entre os dois atendimentos tem uma diferença grande. No primeiro, encontro a paciente periodicamente no consultório. Ela vem de 6 em 6 meses a São Paulo para várias sessões presenciais. No segundo caso, isso não é possível. Está sendo muito difícil. Já atendi um terceiro caso, no qual o paciente desistiu depois de três sessões. Não havia nenhuma sessão presencial. Não funcionou.

2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?

No atendimento via Skype ou até por telefone, fica muito na palavra, no “dito pelo dito”. É difícil dar peso ao silêncio. Esse silêncio é necessário em algumas situações e o fato de ser on-line interfere. As intervenções mudam. Tenho conseguido trabalhar mais com chistes. O corte da sessão é uma maravilha. Não há a menor possibilidade de retomar o assunto para esticar e consertar.

3) Existe algum aspecto tecnológico que interfere ou ajuda nos atendimentos psicanalíticos online?

Quando cai a linha no meio de uma narrativa importante, a escuta sofre. Até retomar escapou a oportunidade de intervenção. É importante saber manejar essas interrupções técnicas. Não tenho ainda conseguido perceber como fazer.

ANALISTA 3

1) Como é para você ser atendido/atender online?

Assim como no atendimento presencial depende muito do paciente como ele se comporta diante da câmera, indo da absoluta **informalidade** (tipo estou na minha casa e me apresento para a sessão como eu fico em casa, tive caso da pessoa fazer a sessão deitada na cama de camisola. Outros, vc percebe que se preparam... maquiagem, os homens de camisa arrumada ou mesmo de gravata.

O fato de estar com a câmera aberta, face to face aumenta a exposição do paciente e do analista. Sustentar o olhar do outro nem sempre é muito fácil!

Atender online, para mim é muito natural, já faço isto há pelo menos três anos. Não tenho problemas, mesmo que seja um primeiro atendimento sinto que é como se fosse presencial. Às vezes me incomoda o excesso de movimento de alguns pacientes que ficam continuamente mudando a posição da câmera. Deixo eles a vontade se quiserem falar sem me ver como se estivessem no divã, mas eu sempre os vejo.

2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?

Sim, existem diferenças sem dúvida. Mas elas não são suficientes para se tornarem barreiras para o atendimento por Skype.

3) Existe algum aspecto tecnológico que interfere ou ajuda nos atendimentos psicanalíticos online?

É muito importante que a tecnologia dos dois lados tenha um bom desempenho, a sessão cortada pela internet não e a meu ver não deve ter o sentido de corte psicanalítico.

As vezes se a qualidade do sinal do paciente não é boa, o fato de ele tentar melhorar a tecnologia tem um efeito psicanalítico importante.

ANALISTA 4

1) Como é para você ser atendido/atender online?

Reconheço que no início resisti a ideia de atender por Skype. Foram os analisandos que me sugeriram essa modalidade de atendimento. O online é uma alternativa quando de viagens ou longas distâncias, quando o analisando está em outro país, estado ou cidade distante. É imprescindível aliar a imagem a palavra, daí eu não atender por telefone ou mensagem. Procuro intercalar com sessões presenciais, quinzenalmente ou mensalmente. Do ponto de vista transferencial não vejo que o online prejudique a eficácia do tratamento. Uma vez que o vínculo esteja bem estabelecido o tratamento se sustenta com êxito. Quando o analisando é de uma cidade distante, no início do tratamento, as primeiras sessões coloco como regra serem presenciais. O atendimento virtual é factível e tem eficácia, uma realidade que se impõe para nós psicanalistas pensar o advento da clínica no século XXI.

2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?

Há diferença sim. Eu pessoalmente prefiro a sessão presencial com o analisando. Nada substituí o encontro, o abraço, os sentidos presentes. É no caso a caso que eu avalio a possibilidade de atender online ou não. Além da minha preferência pessoal, levo em consideração a demanda de análise, o sintoma e sofrimento em questão e a implicação da pessoa ao tratamento.

3) Existe algum aspecto tecnológico que interfere ou ajuda nos atendimentos psicanalíticos online?

O que interfere é o sinal e a qualidade da transmissão do Skype. Quando o sinal está ruim a chamada fica prejudicada, daí remarca-se a sessão.

PACIENTE 1

1) Como é para você ser atendido/atender online?

É uma opção ao atendimento presencial. Quando me mudei de cidade encontrei muita resistência em achar um novo analista ao qual me adequasse. A idéia do atendimento online veio por parte de minha antiga analista para que não interrompêssemos as sessões. Eu acho uma comodidade, faço a sessão na minha casa e dentro do meu quarto.

2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?

Sim, acredito que no atendimento presencial o analisado possua mais facilidade para se expressar. No início das minhas sessões online essa era minha grande dificuldade, que com o tempo foi trabalhada e encontrada uma maneira de contornar isso: o "Divã Online". Minha psicanalista e eu desabilitamos o vídeo durante as sessões.

3) Existe algum aspecto tecnológico que interfere ou ajuda nos atendimentos psicanalíticos online?

Algumas vezes a qualidade da conexão prejudica a sessão, fazendo com que a conexão se interrompa com frequência.

PACIENTE 2

1) Como é para você ser atendido/atender online?

Para mim o atendimento online é algo válido. Ainda que eu prefira o presencial, eu acho que ele é útil em casos cujo atendimento presencial se revela inviável, e o indivíduo deseje continuar com a terapia psicanalítica com o mesmo profissional.

2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?

Sim. Todavia o atendimento a distância seja muito útil em situações na qual o atendimento presencial faz se impraticável, o atendimento realizado da casa do atendido não é o mesmo do presencial. Neste último, existe um deslocamento para a clínica do analista, em paralelo a uma parcela maior de tempo que o atendido reserva para realizar esse deslocamento. Ademais, existe o fato de você está em um local concreto, onde o único motivo do indivíduo estar naquele espaço físico é ser atendido. Dessa forma, no atendimento presencial há uma maior doação do analisado para sua análise, além de ter mais elementos simbólicos que contribuem para construir a terapia psicanalítica.

3) Existe algum aspecto tecnológico que interfere ou ajuda nos atendimentos psicanalíticos online?

Quando o atendimento é realizado por meio de Skype e similares, o aspecto tecnológico que algumas vezes poderia interferir seria: o sinal da internet que pode ficar fraco chegando a cair. Já no que tange os atendimentos feitos por meio de telefone, a interferência pode vir tanto do sinal da operadora que pode ser fraco e do próprio telefone em si, que pode contribuir para que a voz seja escutada mais baixa.

PACIENTE 3

1) Como é para você ser atendido/atender online?

Pela facilidade, é maravilhoso! Ser atendida online veio ao encontro de aliar a distância da cidade onde moro até São Paulo e dificuldades financeiras. No final das contas, acabo por economizar dinheiro e tempo – tão precioso nos dias de hoje –. Todas as semanas eram, aproximadamente, 6 horas de viagem (ida e volta).

2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?

Apenas o abraço no final da sessão. O olhar continua estabelecido. O essencial – a escuta e a fala que orienta – não sofre interferências.

3) Existe algum aspecto tecnológico que interfere ou ajuda nos atendimentos psicanalíticos online?

Apenas atrapalha quando a conexão falha, no caso, nunca aconteceu de a sessão ser interrompida. Ajudar, sim, uma vez que a tecnologia hoje é uma ferramenta muito prática e otimiza o tempo.

PACIENTE 4

1) Como é para você ser atendido/atender online?

No meu caso foi a solução perfeita, pois mudei de estado (MG/SC) e desejava manter o segmento com a mesma profissional.

2) Você percebe alguma diferença nos atendimentos online em relação ao atendimento presencial?

Não, considero a mesma coisa.

3) Existe algum aspecto tecnológico que interfere ou ajuda nos atendimentos psicanalíticos online?

A internet, às vezes, falha. Mas conseguimos, eu e minha terapeuta, nos adequar.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Os Efeitos da Internet no Atendimento Psicanalítico Online”, de responsabilidade das pesquisadoras Prof.^a Dra. Juliana Santana Cavallari e da mestranda Andréa Martins Teixeira.

Nesta pesquisa, buscamos compreender como o funcionamento da linguagem, pelo uso das novas tecnologias ou aparatos tecnológicos, afeta o atendimento psicanalítico realizado online e se torna ou não legítimo em contraposição ao atendimento presencial.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Andréa Martins Teixeira mediante a aceitação do colaborador em participar da pesquisa, por meio do preenchimento do questionário e sua devolução via e-mail.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em ter sua identidade revelada, e para que isso não ocorra, a pesquisadora Andréa Martins Teixeira manterá a identidade dos participantes sob sigilo.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Pouso Alegre, _____ de _____ de 2015.

Assinatura da Pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da Pesquisa: _____

RESOLUÇÃO CFP N° 006/2000

Institui a Comissão Nacional de Credenciamento e Fiscalização dos Serviços de Psicologia pela Internet.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo de que o profissional deve estar a par dos estudos e pesquisas mais atuais de sua área, contribuindo para o seu progresso, bem como deve conhecer as pesquisas de ciências afins;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções do CFP nºs 10/97 e 11/97 que dispõem, respectivamente, sobre critérios para divulgação, publicidade e exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia e sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia;

CONSIDERANDO o teor dos artigos 25 e 30, do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que dispõem, respectivamente, sobre o uso de meios eletrônicos e sobre a realização de estudos e pesquisas no âmbito da Psicologia;

CONSIDERANDO que, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, os serviços psicológicos devem ser prestados em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional;

CONSIDERANDO que o psicólogo deve em seus atendimentos garantir condições ambientais adequadas à segurança e à privacidade que garantam o sigilo profissional;

CONSIDERANDO que os efeitos do atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador que ainda não são suficientemente conhecidos nem comprovados cientificamente podem trazer riscos aos usuários;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Resolução CFP N° 003, de 25 de setembro de 2000, que regulamenta o atendimento psicoterapêutico mediado por computador, estabelecendo que durante os 5 (cinco) primeiros anos, a contar da data de publicação da referida Resolução, será mantida,

pelos Conselhos, Comissão Nacional de validação, acompanhamento e fiscalização dos sites;

R E S O L V E:

Art. 1^o Fica instituída a Comissão Nacional de Credenciamento e Fiscalização dos Serviços de Psicologia pela Internet, responsável pela validação, acompanhamento e fiscalização dos sites na forma de que trata o art. 7^o, da Resolução CFP N^o 003/2000.

Art. 2^o A Comissão de que trata a presente Resolução tem por atribuições:

- I - desenvolver critérios, por meio de rigorosa análise e coleta de informações qualificadas, para avaliar a qualidade dos serviços psicológicos oferecidos pela *Internet*;
- II - Acompanhar o credenciamento e fiscalizar os *sites* de atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador;
- III - Acompanhar a certificação dos *sites* de pesquisa sobre atendimento mediado pelo computador que tenham sido aprovados por Comitê de Ética em Pesquisa reconhecido pelo Conselho Federal de Psicologia.

Art. 3^o Os Conselhos de Psicologia envidarão esforços para dispor de meios e recursos para o cumprimento da presente Resolução.

Art. 4^o O Conselho Federal de Psicologia baixará Portaria nomeando os membros que comporão a Comissão de que trata a presente Resolução, a partir de indicação dos Conselhos Regionais.

Art. 5^o Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 2000.

ANA MERCÊS BAHIA BOCK

Conselheira - Presidente

RESOLUÇÃO CFP N° 012/2005

Regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador e revoga a Resolução CFP N° 003/2000.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

CONSIDERANDO que, de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo é dever do psicólogo prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimento e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional;

CONSIDERANDO o disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo sobre a realização de estudos e pesquisas no âmbito da Psicologia;

CONSIDERANDO o princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo que determina que o psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática;

CONSIDERANDO as Resoluções do CFP n°. 10/97 e 11/97 que dispõem, respectivamente, sobre critérios para divulgação, publicidade e exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia e sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia;

CONSIDERANDO que os efeitos do atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador ainda não são suficientemente conhecidos nem comprovados cientificamente e podem trazer riscos aos usuários;

CONSIDERANDO o encaminhamento do V CNP – Congresso Nacional da Psicologia – de que o Sistema Conselhos de Psicologia deve continuar e aprimorar a validação de *sites* que possam prestar serviços psicológicos pela internet, de acordo com a legislação vigente, ainda que em nível de pesquisa;

CONSIDERANDO a importância de atestar para a sociedade os serviços psicológicos que possuam respaldo técnico e ético;

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em 13 de agosto de 2005;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DO ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO

Art. 1^o. O atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador, por ser uma prática ainda não reconhecida pela Psicologia, pode ser utilizado em caráter experimental, desde que sejam garantidas as seguintes condições:

I - Faça parte de projeto de pesquisa conforme critérios dispostos na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde ou legislação que venha a substituí-la, e resoluções específicas do Conselho Federal de Psicologia para pesquisas com seres humanos em Psicologia;

II - Respeite o Código de Ética Profissional do Psicólogo;

III - O psicólogo que esteja desenvolvendo pesquisa em atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador tenha protocolo de pesquisa aprovado por Comitê de Ética em pesquisa reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme resolução CNS 196/96 ou legislação que venha a substituí-la;

IV - O psicólogo pesquisador não receba, a qualquer título, honorários da população pesquisada; sendo também vedada qualquer forma de remuneração do usuário pesquisado;

V - O usuário atendido na pesquisa dê seu consentimento e declare expressamente, em formulário em que conste o texto integral desta Resolução, ter conhecimento do caráter experimental do atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador, e dos riscos relativos à privacidade das comunicações inerentes ao meio utilizado;

VI - Esteja garantido que o usuário possa a qualquer momento desistir de participar da pesquisa, retirando a autorização, impedindo que seus dados até então recolhidos sejam utilizados na pesquisa;

VII - Quando da publicação de resultados de pesquisa, seja mantido o sigilo sobre a identidade do usuário e evitados indícios que possam identificá-lo;

VIII - O psicólogo pesquisador se compromete a seguir as recomendações técnicas e aquelas relativas à segurança e criptografia reconhecidas internacionalmente;

IX - O psicólogo pesquisador deverá informar imediatamente a todos os usuários envolvidos na pesquisa, toda e qualquer violação de segurança que comprometa a confidencialidade dos dados.

Art. 2^o. O reconhecimento da validade dos resultados das pesquisas em atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador depende da ampla divulgação dos resultados e reconhecimento da comunidade científica e não apenas da conclusão de pesquisas isoladas.

Art. 3^o. Os psicólogos, ao se manifestarem sobre o atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador, em pronunciamentos públicos de qualquer tipo, nos meios de comunicação de massa ou na Internet, devem explicitar a natureza experimental desse tipo de prática, e que como tal, não pode haver cobrança de honorários.

Art. 4^o. As disposições constantes na presente Resolução são válidas para todas as formas de atendimento psicoterapêutico mediado por computador realizado por psicólogo, independente de sua nomenclatura, como psicoterapia pela Internet, ou quaisquer termos que designem abordagem psicoterapêutica pela Internet, tais como psyberterapia, psyberpsicoterapia, psyberatendimento, cyberterapia, cyberpsicoterapia, cyberatendimento, e-terapia, webpsicoterapia, webpsicanálise, e outras já existentes ou que venham a ser inventadas. São também igualmente válidas quando a mediação computacional não é evidente, como o acesso à Internet por meio de televisão a cabo, ou em aparelhos conjugados ou híbridos, bem como em outras formas possíveis de interação mediada por computador, que possam vir a ser implementadas.

Art. 5^o. As pesquisas realizadas sobre atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador deverão ser identificadas com certificado eletrônico próprio para pesquisa, desenvolvido e conferido pelo Conselho Federal de Psicologia, na forma de selo, número com hiperligação ou equivalente, a ser incluído visivelmente nos meios em que são realizadas, como sites e páginas de Internet e equivalentes.

I - Para efeito do disposto acima, o psicólogo responsável pela pesquisa, que esteja regularmente inscrito em Conselho Regional de Psicologia e em pleno gozo de seus direitos, dirigirá requerimento ao Conselho Regional de Psicologia via site www.cfp.org.br/selo, com protocolo em que detalha a pesquisa da forma padronizada recomendada pelo Conselho Federal de Psicologia e pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, e após análise e constatada a regularidade da pesquisa, será concedida a certificação eletrônica, devendo o psicólogo notificar ao Conselho Regional de Psicologia toda eventual mudança de endereços eletrônicos e de formatação da pesquisa realizada.

II - A hiperligação nos selos, números ou outra forma de certificado eletrônico deverá remeter ao site do Conselho Federal de Psicologia ou Conselho Regional de Psicologia onde conste o texto integral desta Resolução e outras informações pertinentes a critério do Conselho Federal de Psicologia.

CAPÍTULO II - DOS DEMAIS SERVIÇOS PSICOLÓGICOS

Art. 6^o. São reconhecidos os serviços psicológicos mediados por computador, desde que não psicoterapêuticos, tais como orientação psicológica e afetivo-sexual, orientação profissional, orientação de aprendizagem e Psicologia escolar, orientação ergonômica, consultorias a empresas, reabilitação cognitiva, ideomotora e comunicativa, processos prévios de seleção de pessoal, utilização de testes psicológicos informatizados com avaliação favorável de acordo com Resolução CFP N^o 002/03, utilização de softwares informativos e educativos com resposta automatizada, e outros, desde que pontuais e informativos e que não firam o disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo e nesta Resolução, sendo garantidas as seguintes condições:

I - Quando esses serviços forem prestados utilizando-se recursos de comunicação *on line* de acesso público, de tipo Internet ou similar, os psicólogos responsáveis deverão ser identificados através de credencial de autenticação eletrônica por meio de número de cadastro com hiperlink, hiperligação ou outra forma de remissão automática, na forma de selo ou equivalente, desenvolvido e conferido pelo Conselho

Federal de Psicologia. Os selos, números ou outros tipos de certificados eletrônicos conferidos trarão a identificação do ano de sua concessão e prazo de validade, a critério do Conselho Federal de Psicologia. As hiperligações ou remissões automáticas dos certificados eletrônicos concedidos deverão necessariamente remeter à página do site do Conselho Federal de Psicologia que conterá o texto integral desta Resolução e também os números de cadastro ou sites que estejam em situação regular, e outras informações pertinentes a critério do Conselho Federal de Psicologia.

II – Para efeito do disposto acima o psicólogo responsável técnico pelo serviço, que esteja regularmente inscrito em Conselho Regional de Psicologia e em pleno gozo de seus direitos, dirigirá requerimento ao Conselho Regional de Psicologia via site www.cfp.org.br/selo, prestando as informações padronizadas solicitadas em formulário a respeito da natureza dos serviços prestados, qualificação dos responsáveis e endereço eletrônico, e receberá certificação eletrônica do tipo adequado que deverá ser incluída visivelmente em suas comunicações por meio eletrônico durante a prestação dos serviços validados. O procedimento de cadastro e concessão de certificado eletrônico será sempre gratuito.

III – A Comissão Nacional de Credenciamento de Sites avaliará os dados enviados para a aquisição de certificação, e encaminhará parecer a ser julgado na Plenária do Conselho Regional de Psicologia em que o psicólogo requerente está inscrito.

IV – Da decisão do Conselho Regional de Psicologia caberá recurso voluntário ao Conselho Federal de Psicologia.

V – O Conselho Regional de Psicologia utilizará os dados enviados pelo requerente para verificar e fiscalizar os serviços oferecidos pelos psicólogos por comunicação mediada pelo computador à distância. Na detecção de qualquer irregularidade nos serviços prestados, o Conselho Regional de Psicologia efetuará os procedimentos costumeiros de orientação e controle ético.

VI - O cadastramento eletrônico deverá ser atualizado anualmente junto ao Conselho Regional de Psicologia via site www.cfp.org.br/selo. Essa reatualização deverá ser sempre gratuita, e o novo certificado conferido trará a data de sua concessão e prazo de validade. Os serviços em situação irregular não receberão a revalidação do cadastramento.

VII – O psicólogo responsável pelo site deverá informar ao Conselho Regional de Psicologia, via site www.cfp.org.br/selo alterações no serviço psicológico prestado.

Art. 7º. Caso o Sistema Conselhos de Psicologia identifique, a qualquer tempo, irregularidades no site que firmam o disposto nesta Resolução, no Código de Ética Profissional do Psicólogo e na legislação profissional vigente estará configurada falta ética e o site será descredenciado.

Art. 8º. É permitido aos psicólogos que prestam os serviços indicados no Art. 6º desta Resolução a cobrança de honorários desde que se respeite o Art. 20 do Código de Ética Profissional do Psicólogo que veda a utilização do preço como forma de propaganda.

Parágrafo Único - Caso o psicólogo queira prestar um serviço gratuito, o mesmo deverá seguir o padrão de qualidade e rigor técnico que trata essa Resolução sendo necessário seu credenciamento.

Art. 9º Será mantida, pelo Sistema Conselhos de Psicologia, Comissão Nacional de Credenciamento de Sites que além da avaliação dos sites, apresentará sugestões para o aprimoramento dos procedimentos e critérios envolvidos nesta tarefa e subsidiará o Sistema Conselhos de Psicologia a respeito da matéria.

Art. 10. Para realização do credenciamento de sites de que tratam os artigos anteriores a Comissão Nacional de Credenciamento de Sites terá um prazo máximo de 30 dias para encaminhar sua avaliação ao CRP.

I - Da data de recebimento do parecer da referida Comissão, o Plenário do Conselho Regional de Psicologia terá o prazo máximo de 60 dias para efetuar o julgamento.

II – Da decisão do CRP, as partes terão um prazo de 30 dias a contar da data da ciência da decisão para interpor recurso ao Conselho Federal de Psicologia.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CFP n.º 003/2000.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 18 de agosto de 2.005

ANA MERCÊS BAHIA BOCK
Conselheira – Presidente

RESOLUÇÃO CFP N° 011/ 2012

Regulamenta os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental e revoga a Resolução CFP N.º 12/2005

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei nº 5.766/71;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o), é dever da(o) psicóloga(o) prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o), é dever da(o) psicóloga(o) respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, dos grupos ou das organizações a que tenha acesso no exercício profissional;

CONSIDERANDO o disposto no Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o) sobre a realização de estudos e pesquisas no âmbito da Psicologia e as resoluções vigentes que disponham, respectivamente, sobre critérios para divulgação, publicidade e exercício profissional da(o) psicóloga(o), associados a práticas que não estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia e sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia;

CONSIDERANDO o princípio fundamental do Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o) que determina que a(o) psicóloga(o) atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática;

CONSIDERANDO os encaminhamentos dos Congressos Nacionais de Psicologia – CNPs – a respeito da necessidade de que o Sistema *Conselhos de Psicologia* deva continuar a aprimorar a validação de sites que possam prestar serviços psicológicos pela internet, de acordo com a legislação vigente, ainda que em nível de pesquisa;

CONSIDERANDO a importância de atestar para a sociedade os serviços psicológicos que possuam respaldo técnico e ético;

CONSIDERANDO que os meios tecnológicos de comunicação e informação são entendidos como sendo todas as mediações computacionais com acesso à internet, por meio de televisão a cabo, aparelhos telefônicos, aparelhos conjugados ou híbridos, ou qualquer outro modo de interação que possa vir a ser implementado;

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em 15 de junho de 2012;

RESOLVE:

CAPÍTULO I- DOS SERVIÇOS PSICOLÓGICOS REALIZADOS POR MEIOS TECNOLÓGICOS DE COMUNICAÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 1º. São reconhecidos os seguintes serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância desde que pontuais, informativos, focados no tema proposto e que não firam o disposto no Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o) e esta Resolução:

- I. As Orientações Psicológicas de diferentes tipos, entendendo-se por orientação o atendimento realizado em até 20 encontros ou contatos virtuais, síncronos ou assíncronos;
- II. Os processos prévios de Seleção de Pessoal;
- III. A Aplicação de Testes devidamente regulamentados por resolução pertinente;
- IV. A Supervisão do trabalho de psicólogos, realizada de forma eventual ou complementar ao processo de sua formação profissional presencial;
- V. O Atendimento Eventual de clientes em trânsito e/ou de clientes que momentaneamente se encontrem impossibilitados de comparecer ao atendimento presencial.

Parágrafo Único: Em quaisquer modalidades destes serviços a(o) psicóloga(o) está obrigada(o) a especificar quais são os recursos tecnológicos utilizados para garantir o sigilo das informações e esclarecer o cliente sobre isso.

Art. 2º. Quando os serviços psicológicos referentes à presente resolução forem prestados regularmente pelo profissional, este está obrigado à realização de cadastramento desses serviços no Conselho Regional de Psicologia no qual está inscrito. Para realizar este cadastro o profissional deverá manter site exclusivo para a oferta dos serviços psicológicos na internet com registro de domínio próprio mantido no Brasil e de acordo com a legislação brasileira para este fim. Obriga-se, no site, a:

- I. Especificar o nome e o número do registro da(o) psicóloga(o) Responsável Técnica(o) pelo atendimento oferecido, bem como de todos os psicólogos que forem prestar serviço por meio do site;
- II. Informar o número máximo de sessões permitidas de acordo com esta resolução;
- III. Manter links na página principal para: o Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o); esta resolução; o site do Conselho Regional de Psicologia no qual a(o) psicóloga(o) está inscrita(o); o site do Conselho Federal de Psicologia no qual consta o cadastro do site.

Art. 3º. O site a ser cadastrado não poderá conter links para nenhum outro site, exceto os links referidos nesta resolução.

Art. 4º. O atendimento às crianças, adolescentes e interditos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância deverá obedecer aos critérios do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Código de Ética da(o) psicóloga(o) e aos dispositivos legais cabíveis.

Art. 5º. A permissão de funcionamento do site mediante cadastro terá a duração de 3 (três) anos renováveis por igual período, entretanto, a(o) psicóloga(o) está

obrigada(o) a comunicar ao seu Conselho Regional sempre que houver qualquer alteração de conteúdo no site que oferece os serviços.

Art. 6°. A partir do recebimento da solicitação de um cadastro, o Conselho Regional de Psicologia terá 60 dias para proceder à análise do processo e emitir parecer sobre o mesmo.

Parágrafo Único: Após a comunicação ao requerente sobre a decisão da Plenária do Conselho Regional de Psicologia, aquele poderá apresentar recurso ao Conselho Federal de Psicologia no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão do parecer no sistema de cadastramento específico para análise dos sites.

Art. 7°. Caso o Sistema *Conselhos de Psicologia* identifique, a qualquer tempo, irregularidades na atuação profissional ou no site que firam o disposto nesta Resolução, no Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o) e na legislação profissional vigente, o profissional responsável pelo site será notificado e orientado quanto às adequações a serem realizadas. A(o) psicóloga(o) deverá dar conhecimento ao seu Conselho Regional das adequações atendidas, no prazo estabelecido pelo Conselho Regional. Se as modificações solicitadas não forem realizadas e devidamente comunicadas ao CRP, a(o) psicóloga(o) perderá o cadastro do site.

Art. 8°. Será considerada falta ética, conforme o disposto no Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o), o profissional que mantiver serviços psicológicos regulares por meios tecnológicos de comunicação a distância, sem o cadastramento do site no Conselho Regional de Psicologia.

CAPÍTULO II - DO ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO EM CARÁTER EXPERIMENTAL REALIZADO POR MEIOS TECNOLÓGICOS DE COMUNICAÇÃO A DISTÂNCIA

Art. 9°. O Atendimento Psicoterapêutico realizado por meios tecnológicos de comunicação a distância pode ser utilizado em caráter exclusivamente experimental, desde que sejam garantidas as seguintes condições:

- I - Apresentar certificado de aprovação do protocolo em Comitê de Ética em Pesquisa, conforme os critérios do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.
- II – Respeitar o Código de Ética Profissional da(o) psicóloga(o);
- III– É vedado ao participante pesquisado, individual ou coletivamente, receber qualquer forma de remuneração ou pagamento;
- IV- A(o) psicóloga(o) deve se comprometer a especificar quais são os recursos tecnológicos utilizados no seu trabalho e buscar garantir o sigilo das informações;
- V - As informações acima citadas deverão constar de forma visível e com fácil acesso no site que realiza a pesquisa.

Parágrafo Único: Nos casos de atendimentos psicoterapêuticos em caráter experimental, o número de sessões corresponderá ao que estiver estabelecido no protocolo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Art. 10. O reconhecimento da validade dos resultados das pesquisas em atendimento psicoterapêutico realizadas por meios tecnológicos de comunicação a distância depende da ampla divulgação dos resultados e do reconhecimento da comunidade científica e não apenas da conclusão de pesquisas isoladas.

Art. 11. As disposições constantes na presente Resolução são válidas para todas as formas de atendimentos psicoterapêuticos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância, independentemente de sua nomenclatura, como psicoterapia pela Internet, ou quaisquer outros termos que designem abordagem psicoterapêutica online, pela Internet, já existentes ou que venham a ser utilizadas.

Art. 12. As pesquisas sobre atendimentos psicoterapêuticos realizadas por meios tecnológicos de comunicação a distância deverão seguir os mesmos procedimentos de cadastramento dos demais serviços regulamentados nesta resolução.

Art. 13. Orientações sobre o processo de cadastramento dos sites constam no Anexo I desta Resolução, no *Manual Sobre o Cadastramento de Sites*.

Parágrafo Único – O Anexo de que trata o *caput* deste Artigo é parte integrante desta Resolução.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CFP n.º 012/2005.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Brasília (DF), 21 de junho de 2012.

HUMBERTO COTA VERONA
Conselheiro-Presidente

ANEXO 1 DA RESOLUÇÃO CFP N° XXX/XX MANUAL SOBRE O CADASTRAMENTO DE SITES

O presente manual tem o objetivo de orientar a(o) psicóloga(o) na construção dos sites que prestam serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância ou psicoterapia online em caráter experimental. Da mesma forma, deve nortear os Conselhos Regionais no processo de cadastramento desses sites.

Este manual compreende os seguintes itens:

- I – Do processo de Cadastramento dos Sites
- II – Dos Sites

I – DO PROCESSO DE CADASTRAMENTO DOS SITES:

Os Conselhos Regionais de Psicologia analisarão os sites que prestam serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância e atendimentos psicoterapêuticos em caráter experimental, bem como apresentarão sugestões para o aprimoramento dos procedimentos e critérios envolvidos nessa tarefa, subsidiando as decisões do seu Plenário a respeito da matéria.

As solicitações de cadastramento de sites seguirão as seguintes etapas, cujo procedimento se descreve abaixo:

1 - Recepção: Consiste no preenchimento do protocolo no sistema de cadastramento específico para análise dos sites e encaminhamento para o Conselho Regional de Psicologia em que a(o) psicóloga(o) é inscrita(o).

A partir do recebimento da solicitação de um cadastro o Conselho Regional de Psicologia terá 60 dias para proceder à análise do processo e emitir parecer sobre o mesmo.

O procedimento de cadastro do site será gratuito.

2 – Avaliação do Conselho Regional de Psicologia- CRP: Consiste na verificação do Conselho Regional de Psicologia quanto à inscrição da(o) psicóloga(o), se está ativa e sem processo ético (transitado em julgado) que caracterize impedimento do exercício da profissão e na verificação técnica do cumprimento das condições contidas nesta Resolução.

A avaliação poderá ser **favorável**, quando, por decisão do plenário do Conselho Regional de Psicologia, o site for considerado em condições de funcionamento; **desfavorável**, quando, por decisão do plenário do Conselho Regional de Psicologia, a análise indicar que o site não apresenta as condições para oferecer os serviços psicológicos. No último caso, o parecer deverá apresentar as razões, bem como as orientações para a adequação do site. Ou poderá ser **não se aplica** quando a natureza dos serviços oferecidos não se enquadrar no escopo desta Resolução.

3 – Ajustes no site: Em caso de necessidade de alterações no site, durante o processo de avaliação do Conselho Regional de Psicologia, este concederá 20 (vinte) dias à(ao) psicólogo(a) para fazer as regularizações. Atendidas as adequações no site, o(a) psicólogo(a) se obriga a dar conhecimento ao seu Conselho Regional de Psicologia, para que o processo continue. Se não houver manifestação da(o) psicóloga(o) nesse prazo, o processo de cadastramento receberá avaliação desfavorável.

4 - **Recurso:** Após a comunicação ao requerente sobre a decisão da Plenária do Conselho Regional de Psicologia, aquele poderá apresentar recurso ao Conselho Federal de Psicologia até 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão do parecer do CRP no sistema de cadastramento específico para análise dos sites.

O Conselho Federal de Psicologia emitirá novo parecer em até 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento do recurso no sistema de cadastramento específico para análise dos sites.

5 - **Avaliação do recurso:** No caso de recurso, será considerado site com permissão de funcionamento mediante cadastro aquele que receber parecer favorável pelo Conselho Federal de Psicologia. A avaliação desfavorável prevalece quando for negado provimento ao recurso apresentado.

Os sites que receberam avaliação final desfavorável por não atenderem aos parâmetros de avaliação poderão, após alterados, ser reapresentados a qualquer tempo ao Conselho Regional de Psicologia. Estes sites deverão iniciar um novo processo de cadastramento.

A permissão de funcionamento mediante cadastro deverá ser renovada a cada 3 (três) anos no Conselho Regional de Psicologia; poderá ser solicitada a partir de 3 (três) meses antes da data de validade do cadastro do site expirar.

Durante a fase de avaliação inicial e/ou de recadastramento, quando este ocorrer após o vencimento da validade do cadastro do site, os(as) psicólogos(as) não poderão prestar os serviços psicológicos oferecidos no site.

Os(as) psicólogos(as) que estão com a solicitação do cadastro de sites em análise e desejam cancelar o processo de avaliação ou aqueles já possuem o site cadastrado e desistiram de oferecer os serviços psicológicos, deverão solicitar o cancelamento do processo ou do cadastro no sistema de cadastramento específico para análise dos sites. O Conselho Regional de Psicologia analisará o pedido e o autorizará no sistema.

Os sites pessoais, profissionais, institucionais que sejam somente de divulgações de serviços presenciais não necessitam de cadastramento.

II- DOS SITES:

Após a aprovação do cadastro do site, o Conselho Federal de Psicologia enviará um script a ser incluído no *código fonte* do site que oferece exclusivamente os serviços psicológicos descritos nessa Resolução.

É recomendável que as seguintes informações constem no site a ser cadastrado:

- 1- Descrição clara dos serviços que serão realizados por meio tecnológico de comunicação a distância;
- 2- Público alvo;
- 3- Contatos do(s) psicólogo(s): e-mail e telefone

Não serão cadastrado sites sem domínio próprio ou que produzam conteúdos não categorizados (formato de blogs, por exemplo).

O Conselho Federal de Psicologia disponibilizará sistema de cadastramento específico para análise dos sites e a lista de sites com permissão de funcionamento aprovada mediante cadastro e outras informações pertinentes ao público em geral.

RESOLUÇÃO CFP Nº 003/2000
DE 25 DE SETEMBRO DE 2.000

Regulamenta o atendimento psicoterapêutico mediado por computador.

O **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

CONSIDERANDO que, de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o psicólogo só pode prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o psicólogo deve em seus atendimentos garantir condições ambientais adequadas à segurança e à privacidade que garantam o sigilo profissional; considerando o artigo 25 do Código de Ética Profissional do Psicólogo que dispõe sobre o uso de meios eletrônicos; considerando, ainda, o artigo 30 do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que dispõe sobre a realização de estudos e pesquisas no âmbito da Psicologia;

CONSIDERANDO o princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo de que o profissional deve estar a par dos estudos e pesquisas mais atuais de sua área, contribuindo para o seu progresso, bem como deve conhecer as pesquisas de ciências afins; considerando as resoluções do CFP no. 10/97 e 11/97 que dispõem, respectivamente, sobre critérios para divulgação, publicidade e exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia e sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia;

CONSIDERANDO que os efeitos do atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador que ainda não são suficientemente conhecidos nem comprovados cientificamente podem trazer riscos aos usuários;

CONSIDERANDO que ainda não há formação específica para os psicólogos nesse campo de conhecimentos;

CONSIDERANDO a decisão deste plenário nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º. O atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador, por ser uma prática ainda não reconhecida pela Psicologia, pode ser utilizado no exercício profissional, desde que sejam garantidas as seguintes condições:

I - Faça parte de projeto de pesquisa conforme critérios dispostos na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde ou legislação que venha

a substituí-la, e resoluções específicas do Conselho Federal de Psicologia para pesquisas com seres humanos em Psicologia;

II - Respeite o Código de Ética Profissional do Psicólogo;

III - O psicólogo que esteja desenvolvendo pesquisa em atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador tenha protocolo de pesquisa aprovado por Comitê de Ética em pesquisa reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme resolução CNS 196/96 ou legislação que venha a substituí-la;

IV - O psicólogo pesquisador não receba, a qualquer título, honorários da população pesquisada; sendo também vedada qualquer forma de remuneração do usuário pesquisado;

V - O usuário atendido na pesquisa dê seu consentimento e declare expressamente, em formulário em que conste o texto integral desta Resolução, ter conhecimento do caráter experimental do atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador, e dos riscos relativos à privacidade das comunicações inerentes ao meio utilizado;

VI - Esteja garantido que o usuário possa a qualquer momento desistir de participar da pesquisa, retirando a autorização, impedindo que seus dados até então recolhidos sejam utilizados na pesquisa;

VII - Quando da publicação de resultados de pesquisa, seja mantido o sigilo sobre a identidade do usuário e evitados indícios que possam identificá-lo;

VIII - O psicólogo pesquisador se compromete a seguir as recomendações técnicas e aquelas relativas à segurança e criptografia disponibilizadas pelo CFP, no site oficial do Conselho Federal de Psicologia.

IX - O psicólogo pesquisador deverá informar imediatamente a todos os usuários envolvidos na pesquisa, toda e qualquer violação de segurança que comprometa a confidencialidade dos dados.

Art. 2º. O reconhecimento da validade dos resultados das pesquisas em atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador depende da ampla divulgação dos resultados e reconhecimento da comunidade científica e não apenas da conclusão de pesquisas isoladas.

Art. 3º. Os psicólogos, ao se manifestarem sobre o atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador, em pronunciamentos públicos de qualquer tipo, nos meios de comunicação de massa ou na Internet, devem explicitar a natureza experimental desse tipo de prática, e devem explicitar que como tal não pode haver cobrança de honorários.

Art. 4º. Essas disposições são válidas para todas as formas de atendimento psicoterapêutico mediado por computador realizado por psicólogo, independente de sua nomenclatura, como psicoterapia pela Internet, ou quaisquer termos que designem abordagem psicoterapêutica pela Internet, tais como psyberterapia, psyberpsicoterapia, psyberatendimento, cyberterapia, cyberpsicoterapia, cyberatendimento, e-terapia, webpsicoterapia, webpsicanálise, e outras já existentes ou que venham a ser inventadas. São também igualmente válidas quando a mediação computacional não é evidente, como o acesso à Internet por meio de televisão a cabo, ou em aparelhos conjugados ou

híbridos, bem como em outras formas possíveis de interação mediada por computador, que possam vir a ser implementadas.

Art. 5º. São reconhecidos os serviços psicológicos mediados por computador, desde que não psicoterapêuticos, tais como orientação psicológica e afetivo-sexual, desde que pontuais e informativos, orientação profissional, orientação de aprendizagem e Psicologia escolar, orientação ergonômica, consultorias a empresas, reabilitação cognitiva, ideomotora e comunicativa, processos prévios de seleção de pessoal, utilização de testes informatizados devidamente validados, utilização de softwares informativos e educativos com resposta automatizada, e outros, desde que não firam o disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo e nesta Resolução, e garantidas as seguintes condições:

I - Quando esses serviços forem prestados utilizando-se recursos de comunicação on line de acesso público, de tipo Internet ou similar, os psicólogos responsáveis deverão ser identificados através de credencial de autenticação eletrônica por meio de número de cadastro com hiperlink, hiperligação ou outra forma de remissão automática, na forma de selo ou equivalente, a ser desenvolvido e conferido pelo Conselho Federal de Psicologia. Os selos, números ou outros tipos de certificados eletrônicos conferidos trarão a identificação do ano de sua concessão e prazo de validade, a critério do Conselho Federal de Psicologia. As hiperligações ou remissões automáticas dos certificados eletrônicos concedidos deverão necessariamente remeter à página do site do Conselho Federal de Psicologia que conterà o texto integral desta Resolução e também os números de cadastro ou sites que estejam em situação regular, e outras informações pertinentes a critério do Conselho Federal de Psicologia.

II - Para efeito do disposto acima o psicólogo responsável técnico pelo serviço dirigirá requerimento ao Conselho Regional de Psicologia no qual esteja inscrito, preferencialmente por via on line no site do respectivo Conselho, prestando as informações padronizadas solicitadas em formulário a respeito da natureza dos serviços prestados, qualificação dos responsáveis e endereço eletrônico, e receberá automaticamente uma certificação eletrônica do tipo adequado que deverá ser incluída visivelmente em suas comunicações por meio eletrônico durante a prestação dos serviços validados. O procedimento de cadastro e concessão de certificado eletrônico será sempre gratuito.

III - Os Conselhos Regionais se comprometem a avaliar os dados enviados para a aquisição de certificação, e os utilizará para constante verificação e fiscalização dos serviços oferecidos pelos psicólogos por comunicação mediada pelo computador a distância. Na detecção de qualquer irregularidade nos serviços prestados, o Conselho Regional de Psicologia efetuará os procedimentos costumeiros de orientação e controle ético.

IV - O cadastramento eletrônico deverá ser atualizado periodicamente junto ao Conselho Regional de Psicologia, de preferência de forma automática. Essa reatualização deverá ser sempre gratuita, e o novo certificado conferido trará o ano de sua concessão e prazo de validade, a critério do Conselho Federal de Psicologia. Os serviços em situação irregular não receberão a revalidação do cadastramento.

Art. 6^o. As pesquisas realizadas sobre atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador deverão ser identificadas com certificado eletrônico próprio para pesquisa, desenvolvido e conferido pelo Conselho Federal de Psicologia, na forma de selo, número com hiperligação ou equivalente, a ser incluído visivelmente nos meios em que são realizadas, como sites e páginas de Internet e equivalentes.

I - Para efeito do disposto acima, o psicólogo responsável pela pesquisa dirigirá requerimento ao Conselho Regional de Psicologia, com protocolo em que detalha a pesquisa da forma padronizada recomendada pelo Conselho Federal de Psicologia e pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, e após análise e constatada a regularidade da pesquisa, será concedida a certificação eletrônica, devendo o psicólogo notificar ao Conselho toda eventual mudança de endereços eletrônicos e de formatação da pesquisa realizada.

II - A hiperligação nos selos, números ou outra forma de certificado eletrônico deverá remeter ao site do Conselho Federal de Psicologia ou Conselho Regional de Psicologia onde conste o texto integral desta Resolução e outras informações pertinentes a critério do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 7^o. Durante os 5 (cinco) primeiros anos, a contar da data de publicação desta Resolução, será mantida, pelos Conselhos, Comissão Nacional de validação, acompanhamento e fiscalização dos sites.

Art. 8^o. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9^o. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2.000

ANA MERCÊS BAHIA BOCK

Conselheira – Presidente